

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGDS**

GRAZIELLA FERNANDES DE CASTRO

**ESTUDO DOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO-
DESTERRITORIALIZAÇÃO-RETERRORIZAÇÃO E EXCLUSÃO DE UM
TERRITÓRIO COM DUAS FACES: O “BAIRRO CHIQUINHO GUIMARÃES”,
MONTES CLAROS/MG**

**MONTES CLAROS – MG
Março / 2009**

GRAZIELLA FERNANDES DE CASTRO

**ESTUDO DOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO-
DESTERRITORIALIZAÇÃO-RETERRORIZAÇÃO E EXCLUSÃO DE UM
TERRITÓRIO COM DUAS FACES: O “BAIRRO CHIQUINHO GUIMARÃES”,
MONTES CLAROS/MG**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Renato Theóphilo

Coorientadora: Prof^ª. Dra. Luciene Rodrigues

MONTES CLAROS – MG
Março / 2009

C355e Castro, Graziella Fernandes de.
Estudo dos processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização e exclusão de um território com duas faces: O “Bairro Chiquinho Guimarães”, Montes Claros/MG / Graziella Fernandes de Castro. – 2009.

162 f. : il.

Bibliografia: f. 141-150

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, 2009.

Orientador: Dr. Carlos Renato Theóphilo.

Co-Orientador: Dra. Luciene Rodrigues

1. Sociodinâmica - Ambiental. 2. Processo de Territorialização. 3. Conjunto habitacional. 4. Exclusão social. 5. Desenvolvimento social. 6. Urbanização – Montes Claros (MG). I. Theóphilo, Carlos Renato. II. Rodrigues, Luciene. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV.

GRAZIELLA FERNANDES DE CASTRO

Dissertação de Mestrado intitulada “Estudo Dos Processos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização e Exclusão de um Território com Duas Faces: o “Bairro Chiquinho Guimarães”, Montes Claros/MG” apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre, aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Orientador: **PROF. DR. CARLOS RENATO THEÓPHILO** – Unimontes

Coorientadora: **PROF^a. DRA. LUCIENE RODRIGUES** – Unimontes

Titular: **PROF^a. DRA. ANETE MARÍLIA PEREIRA** – Unimontes

Titular: **PROF. DR. ANTÔNIO DIMAS CARDOSO** – Unimontes

MONTES CLAROS – MG
Março / 2009

Ao meu marido, Flaviano, por todo o apoio, companheirismo e paixão!

A minha filhinha, Yasmin, por não compreender a minha ausência e mesmo assim me receber tão calorosamente todos os dias!

E a toda minha família por toda a ajuda e crença em meus estudos!

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não poderia ser concluído se não houvesse a colaboração de Maria Alves de Almeida, a querida Dona Maria, Presidente da Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Chiquinho Guimarães, pessoa que, desde quando me foi apresentada, se demonstrou interessada e disposta em ajudar com esta pesquisa. Wesley, mais conhecido como ‘boy’, morador do conjunto desde o início da década de 1980. Este foi quem ‘abriu as portas’ para mim em seu território, juntamente com a simpática Dona Dinha, sua mãe. As meninas que me ajudaram com as entrevistas, mostrando-se sempre dedicadas e confiáveis: Adriele Pereira de Souza, Wilma Mendes Azevedo (Wilminha) e Dulcinéia Alves de Jesus (Néia). A agradável Avilmara, representante da pastoral da criança atuante no bairro. A todos do Conjunto Chiquinho Guimarães, por cederem um momento de seus dias e aceitarem participar de nossas entrevistas.

Grande sorte obtive, pois contei com a colaboração de extraordinários personagens nos setores públicos: na SEPLAN através da funcionária Rosa Maria Oliveira e Ferreira e, em especial, do administrador Rubens Martins Fernandes, que com muita presteza sempre atendeu as minhas solicitações; a Margarida Martins Fernandes Bispo, por me possibilitar o acesso ao Centro de Controle de Zoonoses, através de Lucimar Cristina Pimenta Maia que providenciou a disponibilização de todos de sua equipe para atender as minhas solicitações; do 10º Batalhão da Polícia Militar na pessoa de Pedro Ivo, pelas informações em relação às estatísticas de crimes no conjunto; e do Sr. João Guimarães, engenheiro civil da Prefeitura Municipal de Montes Claros e Gerente de Infraestrutura do Projeto Cidade de Porte Médio – Subprojeto Montes Claros, pelas informações valiosas acerca do processo e implantação da COHAB.

Vejo o papel do orientador extremamente essencial para o desenvolvimento da pesquisa, por isso, agradeço sem ficar receosa em parecer muito bajuladora. Meu orientador, que carinhosa e respeitosamente chamo de Renato, sinônimo de amizade, humildade, simplicidade, companheirismo, paciência e inteligência. Agradeço pelas valiosíssimas intervenções, discussões e sugestões, sem as quais este trabalho não poderia ser concluído. Agradeço imensamente as preciosas contribuições e sugestões da querida Luciene Rodrigues com sua grandiosa coorientação. Sei que ambos reconhecem o quão importante foram para a realização deste sonho.

Sou muito grata a três pessoas que muito influenciaram na continuidade dos meus estudos, que admiro como seres humanos e profissionais da geografia: eterna professora e amiga, Maria Ivete Soares de Almeida, pelas conversas agradáveis e pelos sábios conselhos; a querida Professora Anete Marília Pereira, esbanja simpatia e conhecimento, virtudes que a tornam enormemente grande, agradeço-a imensamente, pelas contribuições e sugestões norteadoras desta pesquisa. E a querida amiga Professora Yara Maria Soares da Silveira, pela amizade, carinho e por me ensinar a confiar em mim mesma.

Ao Professor Doutor Antônio Dimas Cardoso, pelas proveitosas sugestões e atenção ao nosso trabalho. A Professora Patrícia M. Carvalho que, mesmo com o pouco tempo disponível, se prestou a realizar a correção desta pesquisa.

Aos colegas e companheiros do mestrado, em especial, aquelas de quem me tornei amiga: Shirley, Antônia, Lídia e Yara. Obrigada pelas conversas muitas vezes descontraídas e pelas discussões sobre a pesquisa.

Ao amigo, João de Deus Leite, pelo incentivo e correções no projeto.

Aquelas que tiveram muita paciência comigo e compreenderam minhas ausências neste momento de pesquisa e escrita, as amigas: Dulce, Sarah, Clitien, Janaína, Kerciley e Silvia.

Não poderia deixar de agradecer àqueles que são a minha base, meu ponto de apoio, meu porto seguro, àqueles que sabem que sem a paciência, compreensão e ajuda de cada um, eu não teria forças para continuar e terminar este trabalho: meu marido, Flaviano Alves Ferreira; minha florzinha, Yasmin; meus pais, Carlos Antônio de Castro e Ângela Fernandes Castro; minhas irmãs, Carla Daniella F. de Castro e Cecília F. de Castro; a minha amiga-irmã, Selma Regina Costa de Oliveira; meu avô Vicente Fernandes Silva, minha avó Ozita Martins Fernandes, tios, tias, primos e primas que de alguma maneira contribuíram para compensar a minha ausência neste primeiro aninho de vida da minha filha.

E, finalmente, a todos que não tenha citado, mas que, de algum modo, sabem que colaboraram para a realização desta pesquisa.

Muito Obrigada!

Território visto por muitos numa perspectiva política ou mesmo cultural, é focado aqui numa perspectiva geográfica, intrinsecamente integradora, que vê a territorialização como o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos. Cada um de nós necessita, como um “recurso” básico, territorializar-se.

Rogério Haesbaert

Vivemos um mundo de opulência sem precedentes, mas também de privação e opressão extraordinárias. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de cidadão.

Amartya Sen

RESUMO

Este estudo tem como objetivo principal discutir os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização do ‘Conjunto Habitacional’ Chiquinho Guimarães, situado na zona sul da cidade de Montes Claros e analisá-lo como um território de exclusão. Estes processos podem ser retratados em outras comunidades que apresente características de pobreza ou não, desde que sejam formadas por meio de políticas públicas com pouco ou nenhum planejamento e ordenamento territorial. Tais modificações na configuração espacial e social urbana tornaram-se possível compreender por meio do estudo de caso. Buscamos discutir os processos de T-D-R deste ‘Conjunto Habitacional’ desde a concepção, a implantação, até o ano de 2008; diagnosticar as peculiaridades e os fatores adjacentes que proporcionaram as transformações neste território ao ponto de ser estigmatizado como um território de exclusão; apontar alguns dos problemas e soluções indicadas pelos próprios moradores. Partimos do pressuposto que o Chiquinho Guimarães é um território de exclusão para os “de fora”, e verificamos se também o é para os “de dentro”, os moradores. Para realização do estudo efetuamos pesquisa bibliográfica e pesquisa de levantamento, por meio de análise de dados quantitativos e qualitativos. As questões norteadoras do estudo são: como e quando se deu o processo de territorialização da COHAB Chiquinho Guimarães? Como e quando se deram os processos de desreterritorializações? Quais foram as transformações ocorridas no bairro entre as décadas de 1980 até o ano de 2008? Quais os fatores que proporcionaram estas modificações? Que consequências as desreterritorializações do bairro trouxeram para a população local? É considerado um “território de exclusão” para os seus moradores? Estes se sentem excluídos (social e espacialmente) da sociedade montesclareense? Quais ações poderiam ser realizadas no bairro pelo governo municipal na concepção dos moradores? Caso a população local se sinta excluída, o que eles poderiam fazer para reverter a situação e permitir se sentirem incluídos num processo de desenvolvimento social? Este estudo contribui para a compreensão das transformações socioespaciais na periferia da região sul do espaço urbano montesclareense, além de discutir acerca do processo T-D-R focalizando um bairro que se apresenta dividido entre dois atores sociais: conjunto e favela. Constatamos que o conjunto passou por quatro processos de T-D-R, compreendidos entre meados da década de 1980 a 2008. Ao tratarmos do ‘Território de Exclusão’, percebemos que, apesar de os moradores deste bairro afirmarem que sentem certa indiferença em relação ao território em que vivem, não se sentem excluídos. Reconhecem que há diversos problemas socioespaciais e econômicos no conjunto, porém o identificam relacionando-o sempre a ‘minha rua’ ou ao ‘meu beco’. Apesar de existir um sentimento de territorialidade, notamos que prevalece a individualidade e não a coletividade nesta comunidade.

Palavras-chave: Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização, Exclusão, Favela, Conjunto Habitacional.

ABSTRACT

This study aims to discuss the processes of territorialization-desterritorialization-reterritorialization of 'Housing State' Chiquinho Guimarães, located in the southern city of Montes Claros and analyze it as an area of exclusion. These processes can be retraced in other communities that have characteristics of poverty or not, if they are formed by means of public policy with little or no planning and territorial organization. Such changes in social and urban spatial configuration have become possible to understand through the case study. We seek to discuss the processes of T-D-R 'Housing State' from conception, implantation, until the year of 2008; diagnose the peculiarities and the factors surrounding that provided changes in this area to the point of being stigmatized as a territory of exclusion, to indicate some of the problems and possible solutions given by the residents. On the assumption that the Chiquinho Guimarães is an area of exclusion to the "outside", and also see if it is for the "inside", the residents. We made to the study bibliographic and survey research, through analysis of quantitative and qualitative data. The questions guiding the study are: how and when was the process of territorialization of 'Housing State' Chiquinho Guimarães? How and when were the processes of desreterritorializations? What were the changes in the neighborhood from the 1980s until the year 2008? What are the factors that brought these changes? Which consequences that the desreterritorializations of the district brought to the local population? It is considered an "area of exclusion" for its residents? They feel excluded (social and spatial) of *montesclarenses* society? What actions could be accomplished in the district by the municipal government in the conception of the residents? If local people feel excluded, what they could do to reverse the situation and be allowed to feel included in a process of social development? This study contributes to understanding the changes in sociospatial southern periphery of the *montesclarenses* urban space, and discuss the T-D-R process focusing on a neighborhood that has been divided between two social actors: the set and slum. We verify that all went through four cases of T-D-R, between the decades of 1980 to 2008. To treat the 'Territory of Exclusion', we realize that although the residents of this neighborhood say they feel certain indifference in respect to the territory in which they live, they do not feel excluded. Recognize that there are various sociospatial and economic problems in the set, however identifying reporting it always to 'my street' or 'my alley'. Although there is a sense of territoriality, we noticed that the individuality prevails and not the collectivity in this community.

Key-words: Territorialization-desterritorialization-reterritorialization, Exclusion, Slum, Housing State.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Crescimento demográfico do município de Montes Claros por décadas	64
TABELA 2 - Percentual referente à situação dos Moradores no Conjunto Chiquinho Guimarães em relação ao imóvel onde residem.	90
TABELA 3 - Quantidade de famílias cadastradas para possível transferência às unidades a serem construídas e aos lotes a serem disponibilizados no Conjunto Rotary.....	92
TABELA 4 - Serviços realizados no Bairro Chiquinho Guimarães de acordo com os moradores, por tempo de residência neste.	111
TABELA 5 - Três diferenças apontadas pelos moradores, no bairro, no período compreendido entre o ano que migraram para este e o ano de 2008.....	114
TABELA 6 - Você diz com orgulho que mora no Bairro Chiquinho Guimarães x tempo de residência no bairro. Sem distinção entre conjunto e favela	125
TABELA 7 - Por que você diz com orgulho que mora no Chiquinho Guimarães?.....	126
TABELA 8 - Setor de atividade econômica do responsável pela família – bairro Chiquinho Guimarães, Montes Claros – 2003.....	131
TABELA 9 - Profissão do responsável pela família - moradores do bairro Chiquinho Guimarães, Montes Claros – 2003.....	132
TABELA 10 - Renda mensal do responsável pela família - moradores do bairro Chiquinho Guimarães, Montes Claros - 2003	135

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - “Tipos ideais” de organização espaço-territorial	41
QUADRO 2 - Microrregiões e municípios que compõem a Mesorregião do Norte de Minas	61

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Carta Imagem do Conjunto Habitacional Chiquinho Guimarães.....	83
FIGURA 2 - Rua 06	84
FIGURA 3 - Rua 07	84
FIGURA 4 - Planta do Conjunto 'Rotary'	87
FIGURA 5 - Escola Estadual Antônio Canela	88
FIGURA 6 - Passagem improvisada na parede lateral da Escola Estadual Antônio Canela que dá acesso à quadra	88
FIGURA 7 - Planta do Conjunto Chiquinho Guimarães realizado em 24/08/06.	95
FIGURA 8 - Rua 06	96
FIGURA 9 - Rua 09	96
FIGURA 10 - Beco 'sem nome'. Mas de acordo com os moradores: Beco E	96
FIGURA 11 - Lixo e esgoto à margem do Córrego dos Mangues	96
FIGURA 12 - Beco 'C'	97
FIGURA 13 - Beco 'B'	97
FIGURA 14 - Rua 10, sem pavimentação.....	97
FIGURA 15 - Beco 'E', sem pavimentação.....	97
FIGURA 16 - Parte da Rua 10, sem pavimentação.....	103
FIGURA 17 - Avenida 'B', situada à margem do Córrego dos Mangues.....	103
FIGURA 18 - Rua 08, a pavimentação necessita de restauração	104
FIGURA 19 - Beco 'E'	104
FIGURA 20 - Recorte da Planta do Conjunto Chiquinho Guimarães, em destaque, a Favela.	105
FIGURA 21 - Beco Beira Rio	107
FIGURA 22 - Pequeno curral situado entre o Beco Beira Rio e a Rua 08.....	107
FIGURA 23 - Centro de Convívio Professor Raimundo Neto, situado na Rua 02	112
FIGURA 24 - Escola Estadual Antônio Canela. Situada na Avenida Nossa Senhora de Fátima	112
FIGURA 25 - Lixo depositado próximo ao Córrego dos Mangues.	113
FIGURA 26 - Lixo depositado no 'campo', próximo da Escola Estadual Antônio Canela... ..	113
FIGURA 27 - Córrego dos Mangues canalizado.....	115
FIGURA 28 - Vista Lateral da quadra situada na Escola Estadual Antônio Canela.....	115
FIGURA 29 - Casa da Associação dos Moradores do Bairro	115
FIGURA 30 - Empório Medeiros. Um dos poucos comércios que há no conjunto.....	115
FIGURA 31 - "Área Institucional". À frente, Avenida Nossa Senhora de Fátima	129
FIGURA 32 - "Área Institucional". Ao fundo: casa da Associação dos Moradores e Quadra da Escola Estadual Antônio Canela.....	129

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Divisão dos imóveis no Conjunto Rotary	86
GRÁFICO 2 - Relação de Moradores da COHAB Chiquinho Guimarães e atual situação imobiliária destes	89
GRÁFICO 3 - Você paga o Imposto Predial do Território Urbano (IPTU)?	89
GRÁFICO 4 - Porcentagem de entrevistados em relação ao lugar de origem	93
GRÁFICO 5 - Porcentagem em relação ao tempo que residem na COHAB Chiquinho Guimarães	93
GRÁFICO 6 - Porcentagem em relação ao tempo que residem no Conjunto	99
GRÁFICO 7 - Porcentagem em relação à forma de aquisição do terreno	99
GRÁFICO 8 - Local de Origem das famílias que residem nos ‘Becos’ – Conjunto Chiquinho Guimarães	100
GRÁFICO 9 - Percentual de moradores por tempo de residência no bairro Chiquinho Guimarães?	110
GRÁFICO 10 - Total de crimes registrados na COHAB Chiquinho Guimarães no período de 2000 a 2007	116
GRÁFICO 11 - Percentual de Crimes Violentos por endereço na COHAB Chiquinho Guimarães no período de 2000 a 2007	116
GRÁFICO 12 - RUAS – Você sempre, nas diversas circunstâncias, se apresenta como morador do Chiquinho Guimarães?	123
GRÁFICO 13 - BECOS – Você sempre, nas diversas circunstâncias, se apresenta como morador do Chiquinho Guimarães?	123
GRÁFICO 14 - Você venderia a sua casa?	124
GRÁFICO 15 - Você acha que o bairro como está hoje está melhor ou pior do que 20 anos atrás?	136

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Localização do município de Montes Claros	60
MAPA 2 - Montes Claros: Distritos e Localidades	63
MAPA 3 - Localização das Aglomerações subnormais da cidade de Montes Claros.....	73
MAPA 4 – Localização dos Conjuntos na Área Urbana de Montes Claros – MG	76
MAPA 5 – Os Processos T-D-R no Bairro Chiquinho Guimarães	80
MAPA 6 - Aglomeração Subnormal Chiquinho Guimarães	94
MAPA 7 – Região Administrativa do Jardim São Geraldo/Localização da Região Administrativa Jardim São Geraldo na Cidade de Montes Claros/MG.....	106
MAPA 8 - Divisão do Bairro Chiquinho Guimarães	119

LISTA DE SIGLAS

ADENE – Agência para o Desenvolvimento do Nordeste
ANDES – Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial
BC – Banco Comunitário
BH – Belo Horizonte
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNH – Banco Nacional de Habitação
BPM – Batalhão da Polícia Militar
COHAB – Conjunto Habitacional
COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais
COPOM – Centro de Operações de Policiais Militares de Montes Claros
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU – Imposto Predial do Território Urbano
MG – Minas Gerais
ONU – Organização das Nações Unidas
PCC – Primeiro Comando Criminal
PDLI – Plano de Desenvolvimento Local Integrado
PIB – Produto Interno Bruto
PMMC – Prefeitura Municipal de Montes Claros
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGDS – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social
PSF – Programa de Saúde da Família
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEDESE – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Estratégica
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
T-D-R – Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – TERRITORIALIZAÇÃO – DESTERRITORIALIZAÇÃO - RETERRITORIALIZAÇÃO E TERRITÓRIO DE EXCLUSÃO.....	27
1.1 O termo Território e seus cognatos	28
1.1.1 Territorialidade	31
1.1.2 Processo T-D-R	34
1.2 Desterritorialização e reterritorialização segundo Haesbaert	38
1.3 Por que território de exclusão?	42
1.3.1 Pobreza	43
1.3.2 Exclusão	44
1.3.3 Desenvolvimento Social	46
1.3.4 Território de Exclusão	50
1.4 Agentes sociais que influenciam nos processos de T-D-R e na concretização dos territórios de exclusão	53
1.4.1 O Estado	54
1.4.2 Os Proprietários Fundiários	55
1.4.3 Os Proprietários dos Meios de Produção.....	56
1.4.4 Os Promotores Imobiliários.....	57
1.4.5 Os Grupos Sociais Excluídos	57
CAPÍTULO 2 - O ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE MONTES CLAROS.....	59
2.1 A mesorregião do Norte de Minas.....	59
2.2 O espaço intraurbano da cidade de Montes Claros.....	62
2.3 A periferia intraurbana montesclareense.....	68
2.3.1 O Território: A Favela	70
2.3.2 Outros Territórios: Conjunto habitacional x loteamento popular.....	74
2.3.2.1 Implantação de lotes urbanizados – exemplo de Planejamento Urbano em Montes Claros	77
CAPÍTULO 3 - OS PROCESSOS DE T-D-R DO BAIRRO CHIQUINHO GUIMARÃES	79
3.1 Implantação do “Conjunto Rotary”	82
3.2 Favelização no conjunto – Os “Becos”	93
3.3 Aterro da ‘barroca’ – atual Rua 10	101
3.4 Quase extinto Beco Beira Rio	104
CAPÍTULO 4 – TERRITÓRIO DE EXCLUSÃO – O ATUAL CHIQUINHO GUIMARÃES	108
4.1 Transformações socioespaciais na percepção dos moradores	109
4.2 Excluídos para quem?.....	118
4.3 O Desenvolvimento como Liberdade no território Chiquinho Guimarães	127
4.4 A pobreza no Bairro Chiquinho Guimarães	134

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS	141
APÊNDICES	151
ANEXOS	160

INTRODUÇÃO

O espaço urbano está se tornando cada vez mais alvo de pesquisas com diferentes abordagens. Isso se dá porque a problemática da questão socioespacial vem ganhando maior atenção dos setores públicos e da sociedade. No caso de Montes Claros, cidade localizada no norte de Minas Gerais, o aumento da população urbana oriunda das migrações e do êxodo rural, principalmente a partir da década de 1970, influenciados pela procura de melhores condições e qualidade de vida, colabora para sua expansão urbana. Pereira e Leite (2008, p. 16) afirmam que “[...] distante das áreas metropolitanas, a cidade de Montes Claros se individualiza no contexto regional norte-mineiro, pela sua situação geográfica favorável, pela capacidade de retenção da população migrante e pela estrutura para ofertar bens e serviços [...]”.

Deste então, a cidade tem expandido seu território, tornando-o cada vez mais periférico. Isto ocorre tanto por necessidade de moradia de baixo custo, em locais de menor valor fundiário, quanto por intervenção dos agentes sociais (Estado, proprietários fundiários, proprietários dos meios de produção e proprietários imobiliários). Esses dois fatores contribuem para a formação dos agentes sociais excluídos na sociedade: cortiços, favelas, loteamentos populares e conjuntos habitacionais (COHABs).

Essa dinâmica socioespacial compõe o espaço urbano cujo arcabouço teórico perpassa as ideias de Corrêa (2000, p. 8) quando o autor descreve o espaço como sendo “[...] fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas.” O espaço urbano é assim um reflexo social (desigual) e mutável (com ritmos e natureza diferenciados) que apresenta como agentes sociais aqueles que fazem e refazem a cidade, juntamente com os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e o Estado:

[...] os grupos sociais excluídos têm como possibilidades de moradia os densamente ocupados cortiços localizados próximos ao centro da cidade [...], a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, via de regra também distantes do centro, e a favela. (CORRÊA, 2000a, p. 30)

A ideia de periferização da população local contida na transcrição acima nos remete à ideia de que periferia está relacionada com exclusão, com segregação residencial, pois está diretamente relacionada à ‘separação residencial’ das classes sociais no meio urbano. Buscamos em Estivill (2003) a concepção de “exclusão”. Segundo o autor (2003, p. 13), exclusão refere-se “[...] à insatisfação, ao mal-estar de todo o ser humano quando se encontra em situações nas quais não pode realizar aquilo que deseja e ambiciona para si próprio e para sua família.” Para Castel (2005), “exclusão” é um termo pejorativo relacionado à periferia da estrutura social, é um termo atual. Segundo este autor, em outros tempos uma pessoa “excluída” seria sinônimo do pejorativo “vagabundo” (antes da Revolução Industrial) ou do pejorativo “miserável” (no século XIX). Além do mais, exclusão é, em sua concepção atual, o mesmo que “invalidação social”, ou seja, uma pessoa excluída não tem valor social, é alguém nulo para a sociedade.

Estivill (2003, 2006) destaca ainda que exclusão e pobreza são conceitos concomitantes, sobrepostos e frequentemente complementares, porém não os considera como conceitos equivalentes. Para tratarmos do termo pobreza, reportarmo-nos a Sen (2000), o qual pondera que esta não se relaciona apenas à renda inferior, mas também ao que denomina de “privações” das capacidades básicas de um indivíduo, gerando: fome coletiva, pouco acesso a serviços de saúde, de saneamento básico, de água tratada, negação da liberdade política e dos direitos civis básicos.

Estivill (2003, p. 20) destaca que “[...] é possível ser pobre e não ser excluído e, o contrário, nem todos os excluídos são pobres”, bem como também é possível ser pobre e ser excluído. Considera que a exclusão pode ser tanto interna (dentro de um grupo) quanto externa (de um grupo sobre o outro) e pode envolver características: econômica, política, cultural, social e espacial. Afirma que a última manifestação de exclusão se dá no território¹: “[...] embora a mobilidade da humanidade esteja cada vez mais intensa, o território continua a ser o lugar onde se produz e manifesta a exclusão, sendo assim uma das dimensões-chave para tentar conhecer e combater a exclusão” (2003, p. 50).

O território é também o lugar onde domina quem tem o poder. Território, neste trabalho, será considerado como ‘o espaço habitado socialmente’, sempre relacionado à concepção de poder. Seja este o poder do Estado como, por exemplo, ao escolher a área de

¹ Haesbaert (1997) corrobora com Raffestin (1993, p.144) quando este esclarece que o espaço é “a prisão original”, enquanto que “o território é a prisão que os homens constroem para si”.

implantação de um conjunto habitacional e as famílias que serão beneficiadas; seja este, noutro exemplo, o poder daqueles que comandam o tráfico no lugar.

Balsa (2006) chama a atenção para, ao analisarmos pobreza e exclusão, não deixarmos de observar todo o contexto no qual o território a ser analisado esteja inserido, ou seja, não devemos analisar simplesmente o território local, mas todo o contexto socioespacial em que se insere. Ele afirma que:

[...] a compreensão da pobreza e da exclusão não se pode restringir apenas aos espaços delimitados localmente. Se é verdade que pode existir uma expressão local da pobreza e da exclusão, sabemos também que as causas destas situações se encontram quase sempre bem longe dos espaços em que a pobreza se manifesta (BALSA, 2006, p. 31).

Partindo desses aspectos, optamos neste estudo por utilizar o termo “território de exclusão” para nos referirmos a um determinado território que apresenta como características: que seja um espaço socialmente habitado; que seja um tipo de “grupo social excluído” e que apresente características de exclusão e pobreza, relacionadas às discussões de autores, dentre outros: Estivill, Castel, Sen e Balsa. Assim, ao analisarmos um território como “território de exclusão”, trataremos do desenvolvimento socioespacial do território.

Este trabalho apresenta um estudo relacionado à fragmentação do espaço urbano montesclarensense, especificamente, um Estudo de Caso de uma COHAB situada na área periférica da zona sul da cidade que, por processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) tem o seu território constituído por peculiaridades distintas de favela e COHAB. O objetivo principal do estudo é discutir o processo de transformação do Conjunto Habitacional Chiquinho Guimarães, em vista da tríade (T-D-R), bem como analisá-lo como um território de exclusão.

A discussão acerca do Processo T-D-R é iniciada a partir do momento em que os ”geo”filósofos Deleuze e Guattari (2007b, 2008b) discutem, de maneira mais aprofundada, sobre a concepção dos termos desterritorialização e reterritorialização. Estes autores destacam que tudo que se desterritorializa tende a se reterritorializar. Sendo a primeira a destruição do território, enquanto que a segunda se refere ao novo território que surge a partir de sua desterritorialização. Posteriormente, Claude Raffestin denomina a tríade de T-D-R, a qual se refere ao território apropriado (territorialização), modificado/destruído (desterritorialização) e transformado, apresentando novas características socioespaciais (reterritorialização).

Para Saquet (2007, p.111), os processos de T-D-R “[...] são simultâneos e podem ocorrer no mesmo lugar ou entre diferentes lugares, no mesmo momento ou em distintos momentos e período históricos, de acordo com cada situação, cada relação espaço-temporal.” A(s) “constante(s) transformação(ões)” que sofre(m) o(s) território(s) permite(m)-nos observar modificações espaços-temporais, permite(m)-nos observar o(s) processo(s) desreterritorializante(s) pelo(s) qual(is) passou(passaram) e/ou passa(m) o(s) território(s).

A exposição acerca da tríade nos permite questionar as múltiplas facetas do território a ser estudado e possibilita-nos perceber o surgimento de áreas como as excluídas e as incluídas, como as periféricas e as centrais distribuídas territorialmente no espaço urbano. Pois a diversidade da dinâmica socioespacial inerente ao processo de desreterritorialização proporciona constante modificação do território com o passar do tempo.

Ao pensarmos o desenvolvimento socioespacial dentro da discussão da tríade T-D-R, será de extrema importância destacar os fatores que levaram o território ao processo de desreterritorialização e as consequências destas modificações territoriais para a população local no intuito de melhor compreender as características do território “ontem” e “hoje”.

Ressaltamos que, conforme Sen (2000, p. 30), o desenvolvimento social deve ser realizado com “liberdade”, ou seja, deve envolver tanto “os processos que permitem a liberdade de ações e de decisões” quanto “as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais”. A expansão desta liberdade proporcionará à população local vivenciar o desenvolvimento social em seu território. A propagação das liberdades sejam elas: política, econômica, cultural e/ou social, é vista pelo autor como o fim primordial e o principal meio para se obter o desenvolvimento.

A nossa preocupação com a questão social, mais especificamente com a exclusão socioespacial, deve-se a acreditarmos que, se não resolvidos os problemas sociais em sua origem, estes se prolongarão e/ou aumentarão com o passar dos anos, evoluindo conjuntamente suas características e contradições, levando a população a sofrer maiores privações das diversas ‘naturezas’: econômica, política, social, cultural e espacial.

Os objetivos específicos do estudo são: realizar a discussão acerca dos processos T-D-R deste ‘Conjunto Habitacional’ desde a concepção, a implantação, até os dias atuais; diagnosticar as peculiaridades e os fatores adjacentes que proporcionaram as modificações neste território ao ponto de ser estigmatizado como um território de exclusão; apontar os problemas e apresentar as possíveis soluções indicadas pelos moradores, para que assim a

comunidade possa ter um desenvolvimento social com liberdade e se sentir cada vez mais incluída socioespacialmente na sociedade de Montes Claros. Ponderamos que focalizaremos na exclusão para os “de dentro”, ou seja, na perspectiva dos moradores. Partimos da premissa de que este conjunto é um território de exclusão para os “de fora”, ou seja, para aqueles que lá não residem.

Consideramos a COHAB Chiquinho Guimarães como um “território de exclusão” por três fatores: primeiro por ser um espaço habitado; segundo, porque é um tipo de agente social considerado como um “grupo social excluído”; e terceiro porque o bairro apresenta características de pobreza.

Apesar de o Projeto de Implantação da referida COHAB destacar que as famílias que foram beneficiadas com casa, lote ou embrião no Conjunto eram de “mais baixa renda”, não consideraremos pobreza apenas sob essa perspectiva. Levaremos em conta também as “privações” a que os indivíduos são submetidos no sentido de não obtenção de condições básicas necessárias para sobrevivência, como por exemplo: o pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico, água tratada, coleta de lixo, área de lazer, enfim, aos direitos civis básicos.

A escolha do bairro Chiquinho Guimarães como objeto de estudo se deu da seguinte maneira: primeiramente, partindo dos agentes sociais considerados como “grupos sociais excluídos”, ou seja, os cortiços, os loteamentos populares, as favelas e os conjuntos habitacionais. Optamos por trabalhar com os conjuntos habitacionais, por acreditarmos que ainda é muito escasso o número de pesquisas em relação às COHABs em Cidades Médias, em especial, na cidade de Montes Claros/MG.

Posteriormente investigamos quantos e quais são os conjuntos habitacionais existentes em Montes Claros até o presente ano (Anexo B). Como tínhamos a pretensão de desenvolver um estudo de caso, optamos por selecionar apenas uma COHAB, o que nos permite aprofundar a discussão do processo de T-D-R e “território de exclusão”. A escolha do bairro para estudo se deu após análise de quatro critérios: primeiro, o bairro deveria estar localizado na periferia urbana da cidade; segundo, deveria apresentar discrepantes alterações em seu território; terceiro, deveria ser um bairro estigmatizado² na cidade como um “território de exclusão” e, quarto, ter sido um loteamento popular ou assentamento popular. Após estas análises chegamos, então, ao Conjunto Habitacional Chiquinho Guimarães.

² Estigmatizar, de acordo com o Dicionário Eletrônico Houaiss (2007), além de outros conceitos, é “fazer julgamento ignominioso é irrevogável sobre; condenar; tachar”.

Destacamos que diversas são as denominações dadas a esse território: a) COHAB, pela Prefeitura Municipal de Montes Claros; b) favela, denominada pelos “de dentro” e pelos “de fora”, pois há dentro do conjunto uma área caracterizada por ruas estreitas (becos), casas tumultuadas e resquícios de ruralidade; c) loteamento popular, de acordo com a Legislação Federal; e d) bairro, pelos moradores do lugar.

Apesar de este território ser considerado legalmente um loteamento popular, não utilizaremos este termo para nos referir a ele. Optamos por empregar os termos “conjunto habitacional” ou “bairro”. A primeira expressão é a maneira conforme é denominado o Conjunto Chiquinho Guimarães, antigo Conjunto Rotary, pela Prefeitura Municipal desde a sua concepção e implantação. A segunda expressão é a forma como os moradores denominam o seu território, isto é, o ‘bairro’ Chiquinho Guimarães. Destacamos ainda que, sempre que nos referirmos a “favela”, esta não se refere ao território como um todo, mas sim à parte dele que se apresenta caracterizada pelos becos.

Surgem diversas inquietações para as quais buscamos respostas com o desenvolvimento deste estudo. São elas: como e quando se deu o processo de territorialização da COHAB Chiquinho Guimarães? Como e quando se deram os processos de desreterritorializações? Quais foram as transformações ocorridas no bairro da década de 1980 até o ano de 2008? Quais os fatores que proporcionaram essas modificações? Que consequências as desreterritorializações do bairro trouxeram para a população local?

Partimos da premissa que o bairro Chiquinho Guimarães é um “território de exclusão” para os “de fora”. Desejamos saber: Este é considerado um “território de exclusão” pelos moradores? Os residentes se sentem excluídos (social e espacialmente) da sociedade montesclareense? Quais ações, para que o bairro tivesse melhorias sociais e espaciais, poderiam ser realizadas pelo governo municipal na concepção dos moradores? Caso a população local se sinta excluída, o que acreditam que poderia se feito para reverter a situação e permitir se sentirem incluídos num processo de desenvolvimento social?

Estivill (2003, p. 2) destaca que as estratégias utilizadas para combater a exclusão não são as mesmas em todo o mundo, pois as pessoas, os atores socioeconômicos e os diversos setores da administração pública, não atuam em consonância. E afirma que a “[...] exclusão como produto social é cada vez mais visível, embora se torne também mais opaco devido, entre outros fatores, à dificuldade de identificar as causas mais profundas que a originam.”

O recorte temporal delimitado nesta pesquisa compreende o período entre a década de 1980 até o ano de 2008. A escolha em iniciar a pesquisa a partir de 1980 se justifica porque foi justamente nesta década que “surgiu” o Conjunto Rotary, atual Conjunto Habitacional Chiquinho Guimarães. A ideia em continuar a pesquisa até o ano de 2008 se prende ao fato de podermos discutir as alterações e as transformações ocorridas, fazendo uso de dados atuais obtidos através da pesquisa a campo.

Para alcançarmos nossos objetivos, além do uso de fontes diversas e referências, utilizamos como técnica de coleta de dados, que resultaram em dados qualitativos e quantitativos: a) observação do território, realizada em diversas visitas no decorrer de 04 (quatro) meses³; b) análise de fotografias; c) leituras cartográficas das representações espaciais do bairro fornecidas pela Prefeitura e pelo Centro de Controle Zoonoses; d) informações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Estratégica - SEPLAN; e) entrevista com o Gerente de Infraestrutura do Projeto Cidade Porte Médio Subprojeto Montes Claros⁴, Sr. João Guimarães; f) consulta às Atas de Reuniões da Associação dos Moradores do Chiquinho Guimarães; e g) entrevistas realizadas com os moradores do conjunto.

As entrevistas semiestruturadas com os moradores do bairro foram realizadas no mês de janeiro de 2009 e se processaram da seguinte maneira:

1. Utilizamos o formulário⁵ (ver Apêndices) a ser utilizado como instrumento;
2. optamos por não calcular estatisticamente a quantidade de entrevistas a serem realizadas, porém entrevistamos até que não observássemos mais dispersão entre as respostas, ou seja, o número de pessoas que colaboraram com a pesquisa está relacionado às respostas dadas;
3. a entrevista foi realizada por 05 (cinco) pessoas que aqui denominaremos de agentes⁶;

³ No período compreendido entre meados de outubro de 2008 a meados de janeiro de 2009.

⁴ Foi através deste projeto que se constituiu, no ano de 1985, o Conjunto ‘Rotary’.

⁵ As perguntas, neste formulário, estão direcionadas a colaborar para que seja possível destacar os processos T-D-R ocorridos no bairro, bem como nos permitir interpretar se os moradores do Conjunto Chiquinho Guimarães se sentem excluídos em relação à sociedade montesclareense.

⁶ Além da pesquisadora Graziella, optamos por selecionar quatro moradoras para ajudar nas entrevistas, sendo: Dona Maria, Néia, Wilma e Adriele. A primeira é a presidenta da Associação dos Moradores do Bairro e as outras três colaboram voluntariamente com os trabalhos da Pastoral da Criança desenvolvidos na comunidade. Informamos que, em 17 de janeiro de 2009, nos reunimos com as agentes, para treinamento. Apresentamos nosso trabalho e informamos como deveriam ser realizadas as entrevistas, o período e os procedimentos para sua realização.

4. utilizando o mapa do bairro, fizemos a divisão deste em cinco setores, ficando cada agente responsável por entrevistar em um setor;
5. sorteamos o número 03, dentre 01 a 05, para demarcar a residência na qual iríamos iniciar as entrevistas em cada rua. A partir da terceira casa eram visitadas de três em três casas. O(a) morador(a) entrevistado(a) era o responsável pelo imóvel ou o mais antigo. Caso nenhum dos dois estivesse presente, entrevistaríamos outro adulto ou adolescente de no mínimo 16 (dezesesseis) anos de idade; e
6. encerradas as entrevistas, os dados foram digitalizados no Software *Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS, o que facilitou a análise e a interpretação dos dados.

As entrevistas realizadas nos ‘becos’ fugiram do nosso método inicial (entrevistar contando sempre a partir da terceira casa do quarteirão, em seguida de três em três), pois em alguns becos havia poucas residências. Optamos então por entrevistar os moradores até que as respostas passassem a se repetir, não mais revelando algo novo.

Com estes estudos desejamos chamar a atenção da sociedade em geral e do poder público para a problemática da questão social na periferia urbana montesclareense. Problemática esta que envolve diversos fatores, tanto políticos, econômicos, sociais, culturais, quanto espaciais. Neste trabalho, focalizaremos nas questões sociais e espaciais. Desta maneira, ao questionarmos se a COHAB “Chiquinho Guimarães” é um “território de exclusão” para seus moradores, pretendemos chamar a atenção para a importância acerca do ‘desenvolvimento social’ neste território, apontando os problemas do lugar e as possíveis soluções.

Frisamos que o processo de desreterritorialização está a todo o momento presente no recorte temporal delimitado neste trabalho. A desterritorialização pela qual passou e vem passando a cidade de Montes Claros com o seu crescimento altera o seu território e se reterritorializa. A formação de áreas planejadas/estruturadas, como os conjuntos habitacionais e/ou os loteamentos populares, contribuem para que possamos compreender/discutir a T-D-R local. Estes planejamentos proporcionam, ao território urbanizado, a redução de moradias indevidas, o que normalmente ocorre por meio de invasões a lotes abandonados, bem como contribui para que as famílias que residem em áreas irregulares, sobrevivendo precariamente, com péssimas condições de vida, possam obter o mínimo necessário para que tenham qualidade de vida e para que possam usufruir os seus direitos civis básicos.

Este trabalho está, então, dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresentamos as diversas concepções sobre o conceito de território e os termos derivados: territorialização, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização. Para isto, nos reportaremos às obras e aos artigos de diversos autores que tratam acerca dos temas como: Rogério Haesbaert, Claude Raffestin, Marco Aurélio Saquet, Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, dentre outros. Trataremos a ideia acerca do termo “território de exclusão” com destaque para os temas pobreza, exclusão e desenvolvimento social. Para isto, nos reportaremos a autores como: Jordil Estivill, Casimiro Balsa, Robert Castel, Amartya Sen, Rogério Haesbaert, Marc-Henry Soulet, Guy Bajoit, dentre outros. Por serem os responsáveis pelas transformações espaciais, frisaremos o papel dos agentes sociais transformadores deste espaço: os agentes de produção (os proprietários dos meios de produção, o poder público, os proprietários da terra e os promotores imobiliários) e os seus agentes sociais excluídos.

No segundo capítulo, optamos por, primeiramente, contextualizar Montes Claros na Mesorregião do Norte de Minas para, posteriormente, analisarmos o espaço urbano montesclarenses. E, a partir deste contexto, tratamos acerca da periferia urbana da cidade, enfatizando suas favelas, seus conjuntos habitacionais ou loteamentos populares. Para ilustrar algumas transformações no espaço urbano montesclarenses, apresentaremos o subprojeto Montes Claros – implantação de lotes urbanizados. Para isto, utilizaremos a literatura de Ana Fani Alessandri Carlos, Maria Encarnação Beltrão Spósito, Osvaldo Bueno Amorim Filho, Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Eliseu Savério Spósito, Beatriz Maria Soares Pontes, dentre outros, faremos uso ainda de alguns autores locais que pesquisam a cidade de Montes Claros, em especial, Anete Marília Pereira, Marcos Esdras Leite e Maria Ivete Soares de Almeida.

No terceiro capítulo, apontaremos todos os principais processos de T-D-R observados no Chiquinho Guimarães no decorrer da pesquisa, o que nos permitirá desenvolver o histórico e a caracterização do bairro, no intuito de analisarmos as modificações socioespaciais pelas quais passou o território, na moldura temporal aqui delimitada. Reportamo-nos então a Haesbaert (1997, p. 31), quando afirmamos que anterior à análise do espaço concreto, do espaço habitado, do espaço humanizado, cumpre-nos realizar o levantamento histórico para que possamos compreender o processo desreterritorializante que sofreu o bairro no período compreendido entre a década de 1980 e o ano de 2008.

No quarto capítulo, analisaremos o Chiquinho Guimarães em sua configuração atual. Primeiro será apresentado como um Território de Exclusão para os “de fora”, pois esta foi a

nossa premissa. Em seguida apresentaremos a visão dos moradores do bairro, no intuito de responder nossos questionamentos anteriores sobre a ideia de “exclusão para os de dentro”. Apontaremos os principais problemas do conjunto, na perspectiva dos habitantes do bairro, relacionados à questão socioespacial e às possíveis sugestões propostas por estes para amenizar os referidos problemas. Ao realizarmos isto, temos a intenção de contribuir para o progresso daqueles que residem no bairro, permitindo a eles desenvolvimento social como liberdade.

Reportando-nos a Raffestin (2003, p. 143), ressaltamos que, “[...] ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço.” Completamos e afirmamos que, ao se apropriar de um espaço territorializado, o ator “reterritorializa” este espaço e o que este espaço T-D-R irá representar para sua população e para os outros de fora deste território somente o tempo irá revelar.

CAPÍTULO 1 – TERRITORIALIZAÇÃO – DESTERRITORIALIZAÇÃO – RETERRORIZAÇÃO E TERRITÓRIO DE EXCLUSÃO

Neste capítulo, discutiremos o Processo T-D-R, tomando como ponto de partida as definições de território e seus derivados: territorialidade, territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Segundo Haesbaert (2007, p. 127), “[...] o território é um ato, uma ação, uma relação, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle”, ele pode se desterritorializar, ou seja, abrir-se em “linhas de fuga” e chegar até mesmo a sua destruição, transformando-se em um novo território.

Para discutirmos acerca da tríade, partiremos do ideário de Rogério Haesbaert (2007), principalmente da obra “O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade”. Mito este que, de acordo com o autor, está relacionado à ideia daqueles que acreditam que o homem pode viver sem território ou que a sociedade pode existir sem territorialidade ou que o movimento de destruição do território não fosse sempre sua reconstrução em novas bases. Embasaremos o estudo, ainda, em outros autores que também tratam sobre os diversos termos, quais sejam: Claude Raffestin, Marcos Aurélio Saquet, Milton Santos, Manoel Corrêa de Andrade, Roberto Lobato Corrêa, Michael Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari.

Apresentaremos as concepções que proporcionaram desenvolver a ideia de “território de exclusão” a ser utilizada nesta pesquisa, para isto discorreremos sobre: pobreza, exclusão e desenvolvimento social. Faremos uso do termo “território de exclusão”, por acreditarmos que haveria diferenças conceituais caso utilizássemos “espaço de exclusão⁷” ou “aglomerado de exclusão⁸”. Acreditamos que o termo ‘território’ se adéqua melhor a esta pesquisa, primeiro porque tratamos de um ‘espaço socialmente habitado’ e segundo porque abordaremos, neste trabalho, não o território relacionado a rede, mas sim a um lugar específico.

Em se tratando do “território de exclusão”, pobreza, exclusão e desenvolvimento social, basearemos as discussões, dentre outros, nos seguintes autores: Jordil Estivill,

⁷ O termo ‘espaço’ é utilizado normalmente nas Ciências Sociais como sinônimo de ‘território’, porém, para a Ciência Geográfica, os dois termos são distintos.

⁸ É o termo utilizado por Haesbaert (1997, 2007) quando este trata de exclusão relacionada a território-rede.

Casimiro Balsa, Robert Castel, Amartya Sen, Rogério Haesbaert, Marc-Henry Soulet, Simon Schwartzman, Guy Bajoit.

Outros termos relacionados àqueles certamente aparecerão, como: espaço e poder. O primeiro por ser uma das categorias da geografia, juntamente com lugar, paisagem e território e por ser algo anterior ao processo de territorialização e o segundo por acreditarmos que sempre haverá relação de poder em qualquer território.

1.1 O termo Território⁹ e seus cognatos

[...] etimologicamente aparece tão próximo de *terra territorium* quanto de *térreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. (HAESBAERT, 2004, s/p., grifos do original)

A discussão sobre a categoria ‘território’ destacou-se a partir dos anos de 1950, dentro do processo de reflexão acerca dos paradigmas da ciência moderna¹⁰. Esta discussão ganhou força a partir da década de 1980, quando este passou a ser percebido como um produto de relações sociais, organizado política e espacialmente. As diversas abordagens teóricas sobre o território sofrem alterações significativas, a partir desta década, “[...] especialmente, no reconhecimento e explicação de aspectos simbólico-culturais vinculados ao desenvolvimento local com base territorial, do conceito de lugar e da territorialização de processos sociais” (SAQUET, 2007, p. 19).

⁹ Uma melhor compreensão acerca do *histórico* do termo “Território” na geografia é encontrada em Saquet (2007, p. 13): “[...] senti necessidade de produzir uma interpretação sobre diferentes abordagens e concepções do conceito de território na geografia, evidenciando estudos desta e outras ciências sociais, em virtude do caráter interdisciplinar da temática e dos desafios impostos pela complexidade da vida cotidiana.”

¹⁰ “Para a racionalidade moderna, a partir do século XVIII, só há uma grande certeza, um dogma: o da ciência como caminho único para a obtenção da *verdade*. [...] As outras formas de expressões humanas de significados, como as artes, a política, a moral, a filosofia, a religião, serão *reordenadas social* e epistemologicamente pela razão científica. Elas têm como ponto de partida comum fontes impuras para a produção do conhecimento científico: a imaginação, os sentimentos, os sentidos, as paixões, a especulação, a fé. Desde Descartes, nenhuma dessas fontes alimentará mais conscientemente a corrente da razão voltada para a ciência.” (LUZ, 1988, p. 36, grifos do original).

Dizemos que território é o espaço apropriado socialmente. Este, corroborado através da concepção de Haesbaert (2007) e Raffestin (1993), é algo anterior àquele, isto é, ao se apropriar de um determinado espaço, diz-se que o indivíduo o territorializou.

[...] o território se apóia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação. [...] Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (RAFFESTIN, 1993, p. 144)

É no território que nos deparamos com diferentes relações entre o lugar e o indivíduo. Dentre elas, destacamos a relação território e poder. Este, para Raffestin (1980, p. 153), está relacionado com a dominação e com o controle exercido sobre os homens e sobre as coisas, enquanto que aquele “[...] exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato, a delimitação [...]” do território. Enfatiza que delimitar é “[...] isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa” (1980, p. 153). A perspectiva teórica de Milton Santos (2002) está em concordância com a descrita por Raffestin (1980), ambos afirmam que o território deve ser analisado do ponto de vista funcional, tendo em vista o uso que se faz dele, sendo indissociável das relações de poder.

O ‘poder’, no ponto de vista destes dois autores, refere-se à ação de um grupo social em determinado território. Foucault (2004) destaca que não devemos utilizar ‘poder’ somente como uma concepção negativa, como algo que impõe limite, que castiga, que mutila, mas também percebê-lo como algo positivo que proporciona relações, práticas de poder, como algo que se exerce, que funciona. Alega que o poder “[...] não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação” (2004, p.175). Relaciona o poder a dois termos: à ‘repressão’ e à ‘opressão’. A primeira refere-se ao poder abusivo, dominante, “[...] seria a prática [...] de uma relação perpétua de força” (2004, p.177). A segunda ocorre quando o poder rompe os termos do ‘contrato’, ou seja, quando se excede, se torna arbitrário, tirânico.

Notamos que num território planejado, implantado pelo poder público, como a construção de um conjunto habitacional ou de um loteamento popular, a ideia que prevalece é de um território no qual quem tem o poder é o governo (Federal, Estadual ou Municipal). É ele quem define o espaço onde será realizada a obra, que projeta o futuro território e que determina as famílias que serão contempladas com a implantação desta. A partir do instante

em que o espaço se torna habitado socialmente, o poder não mais se restringe ao setor público, e sim aos moradores ou àqueles que adquirem maior respeito ou que são temidos na comunidade. De acordo com Foucault (2004, p.8), “[...] o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.”

Destacamos que as transformações que ocorrem no espaço possibilitarão a formação do território, nas mais variadas escalas, desde a escala local até a global, sempre serão influenciadas pelas relações de poder existentes entre seus componentes, pois cada indivíduo é, no fundo, titular de certo poder, portanto, veicula poder (FOUCAULT, 2004).

Haesbaert (2004) afirma que esta correlação – território e poder – ocorre independentemente de qual acepção se trata, ela aparece não somente quando tratamos de “poder político” ou “poder econômico”, mas a qualquer outro tipo de poder, como por exemplo, “o poder do tráfico”. O autor alega que o território “[...] diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (2004, p. 11). Destaca ainda que, mesmo o poder no sentido simbólico, também deve ser considerado nas diversas concepções da categoria território.

Corrêa (2001b), ao tecer considerações a respeito do estudo do território, corrobora Santos (2006) e Haesbaert (2007), uma vez que, para ambos os autores, este “se faz território” quando existe relação de poder que se define a partir de dois ingredientes: o espaço e o poder.

Segundo Haesbaert (2006a), as relações sociais são também relações espaciais, pois permitem a reprodução de grupos sociais num determinado lugar. Assim, antes de qualquer definição de território, este conceito deve ser definido “[...] como referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder” (2006a, p. 54). Concordamos com a ideia de Haesbaert (2006a, 2007) e de Souza (2001) quando resumem que o conceito de território se refere às relações sociais e de poder projetadas no espaço.

Dois são os tipos de territórios discriminados por Haesbaert (2004): o funcional e o simbólico. O primeiro refere-se às “funções”, como, por exemplo, um território de abrigo (o lar); o segundo faz menção aos “significados”, ou seja, os significados que caracterizarão o território, isto é, a exploração de petróleo, o tráfico de drogas, etc. Os territórios usados são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado, ou seja, de relações socioespaciais (SANTOS, 2002). Indica ainda que a formação do território é algo externo a

ele, sendo este modificado, organizado ou reorganizado na medida em que perpassam os períodos históricos. Afirma que este poderá adotar espacialidades particulares, posto que, sempre, haverá o movimento da sociedade em múltiplos aspectos: sociais, econômicos, políticos, culturais e espaciais. Outros autores também coadunam com esta ideia, Raffestin (1993) e Saquet (2007) são alguns deles.

Enquanto, Haesbaert (1997, p. 32) destaca que, apesar dos diversos conceitos¹¹ propostos pelas mais variadas ciências, a categoria em questão “[...] pode designar desde um espaço social qualquer, [...] até um espaço marcado e defendido por determinadas espécies.” Neste trabalho, território será tratado como um espaço habitado socialmente modificado, aquele que passa por transformações socioespaciais, se relacionando sempre à ideia de ‘poder’. Desta maneira, para discutirmos território, e conseqüentemente territorialidade, é preciso sutileza e habilidades para compreendermos a sociedade em estudo, pois as normas, as regras, as crenças, os valores, os ritos e os mitos, bem como as atividades cotidianas de cada sociedade são únicas.

1.1.1 Territorialidade

A territorialidade, conforme afirmam Andrade (2002) e Santos (2002), se refere ao sentimento desenvolvido em relação ao espaço que se habitou. Sentimento este que permite praticar a confraternização entre as pessoas que compõem o mesmo lugar. Santos (2002, 2006) enfatiza que é a população que desenvolve e transforma seu território, ainda que este seja planejado pelo governo. Caso o território seja analisado abstraindo-se as transformações fomentadas pela população, esse não poderá ser considerado objeto de análise social.

Para o autor, o estudo do território deve se permear pela influência dos grupos sociais no território local. Assim, a interação entre o território e o grupo social que o compõe possibilitará o desenvolvimento de um vínculo sentimental da população local pelo seu lugar, o que denomina de “sentimento de territorialidade”. Andrade (2002, p. 214) reforça a afirmação de Santos quando menciona que “[...] a formação do território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas.”

¹¹ Em Saquet (2007) e Haesbaert (1997), encontram-se diversos conceitos sobre território.

Haesbaert (2004) destaca que a territorialidade se refere tanto ao significado que o lugar tem para a pessoa quanto à relação econômica, política e cultural que esta pessoa tem no e com o território. Para Raffestin (1993) a territorialidade aparece nas mais diversas escalas espaciais e sociais, e abrange escalas tanto local, regional, nacional quanto global. Afirmamos que é este sentimento de pertencimento ao lugar que irá possibilitar relações de exclusão e inclusão espacial em qualquer escala, seja ela local, regional, nacional e/ou global.

Podemos dizer que, a partir da concepção de Haesbaert, a territorialidade é “algo abstrato”, pois se refere à “imagem” ou ao símbolo de um determinado território. Aquela, além de estar relacionada à dimensão política, relaciona-se também com as dimensões econômicas e culturais. Justifica isso afirmando que ela está arrolada tanto à maneira como as pessoas se organizam no espaço, quanto ao significado que dão ao lugar e a forma como utilizam a terra. É ainda a “soma” das relações entre o sujeito com o seu meio, trata-se de uma “totalidade de relações biossociais em interação” (RAFFESTIN, 1993). O autor destaca que Soja (1971) aponta três elementos que compõem a territorialidade, sendo: a) o senso de identidade espacial; b) o senso de exclusividade; e c) o senso de compartimentação da interação humana no espaço.

Concordamos com Saquet (2007), Raffestin (1993), Haesbaert (1999, 2004) e outros que afirmam que a identidade é um elemento primordial para a constituição do território, ela antecede a territorialidade. Haesbaert aponta três abordagens acerca da identidade: a) filosófica, a qual entende que ela é ‘indefinível’, alegando que se toda definição é uma identidade, logo esta não pode ser definida; b) psicológica, a identidade é pessoa, individual; c) antropológica, a qual trata tanto em relação a “[...] identidade das coisas quanto aquele, mais difundido, sobre a identidade social e coletiva” (2004, p.173).

[...] a identidade é trabalhada a partir da dificuldade de adaptação de um indivíduo em situações novas ou como um modo de ser *coletivo*. Podem-se destacar processos individuais ou de grupo. Uma pessoa pode se adaptar e se identificar em um *novo* contexto social ou um grupo social pode construir sua identidade, com relações de afetividade, confiança e reconhecimento. De qualquer forma, a identidade se refere à vida em sociedade, a um *campo simbólico* e envolve a reciprocidade. Na geografia, significa, simultaneamente, espacialidade e/ou territorialidade. (SAQUET, 2007, p. 147, grifos do original)

Não pretendemos discutir de forma aprofundada o conceito de identidade, entretanto não podemos tratar de território e sentimento de territorialidade sem abordar a questão da identidade. Como indica Haesbaert (1999, p. 174): “[...] por mais que se construa

simbolicamente um espaço, sua dimensão mais concreta constitui, de alguma forma, um componente estruturador da identidade.”

Contudo, afirma que somente será uma identidade territorial quando se tratar de “[...] uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico¹² quanto concreto” (1999, p.178), ou seja, apenas deverá ser considerada territorial se a estruturação para a transformação desta depender acima de tudo da apropriação simbólica com e no território.

Acerca da subjetivação entre território e grupo social, Andrade (2002) lembra que, para que seja ‘aflorado’ um sentimento positivo em seus moradores, o lugar em que irão residir deve ser escolhido e/ou desejado¹³. Quando este lhe é imposto, poderá acarretar uma relação negativa se levarmos em conta os três elementos apontados acima, a serem considerados quando se trata de territorialidade. Essa imposição, sobre a qual nos chama a atenção o autor, figura como, por exemplo, quando determinada população é obrigada a residir em um lugar construído pelo Estado, o que implica que esse fato poderá acarretar conflitos futuros. “Daí a necessidade de se encarar o território e, conseqüentemente, a territorialidade, como categoria temporária, de vez que no espaço e no tempo nada é permanente, tudo se acha em constante transformação” (ANDRADE, 2002, p. 220).

O autor supracitado não conceitua territorialidade somente como um sentimento, como um apego ao território habitado ou ao território de origem, mas destaca ainda que esta se relaciona “[...] tanto com o que se encontra no território e está sujeita à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar o território” (2002, p. 214).

Outra abordagem acerca da temática ‘territorialidade’ é resgatada na perspectiva de Souza (2001), o qual destaca que esta é “uma flexibilização da visão do que seja o território”, ou seja, se para os outros (os “de fora”) determinado território é considerado excluído, o sentimento que será gerado naquela comunidade será de exclusão. O território será visto, então, como um “campo de forças”, como uma “teia” ou como uma rede de relações sociais que, “[...] a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’ (os grupos, os membros da coletividade ou ‘comunidade’,

¹² Símbolo é percebido aqui de acordo com a mesma concepção de Haesbaert (1999, p.177), sendo “[...] muito mais arbitrário e mais racional, [...] dotado de um sentido mais primário e literal, [...] mantém uma relação mais direta com a coisa nomeada e ao mesmo tempo, mais carregado de subjetividade”.

¹³ Este sentimento é denominado por Y-Fu Tuan (1983) de topofilia, um elo entre o indivíduo e o lugar, sentimento de afeição ao lugar.

os *insiders*) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os *outsiders*)” (SANTOS, 2001, p. 86). É visto como uma ideia de restringir, de apontar o outro, é visto como uma ideia de excluir e incluir pessoas a um determinado território.

Raffestin (1993) coaduna que o próprio sistema territorial segrega a sua própria territorialidade, no qual estão inseridos os indivíduos. Para ele, a territorialidade está presente em todas as escalas, tanto espaciais quanto sociais; ou seja, “[...] ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder” (1993, p. 162). A territorialidade reflete aqui a multidisciplinaridade do “vivido territorial” tanto em relação aos membros de uma coletividade quanto em relação às sociedades em geral. Aponta a territorialidade como sendo as “relações determinadas por inclusão ou exclusão”.

Destacamos que, neste trabalho, optamos então por juntar estas duas concepções acerca do termo ‘territorialidade’, pois acreditamos que uma complementa a outra, isto é, para nós o sentimento gerado, por qualquer pessoa, a partir da sua relação com o lugar fará com que esta determine suas relações com outros, gerando assim a ideia de excluído e de incluído, gerando a sua identidade individual e coletiva.

1.1.2 Processo T-D-R

Em se tratando do termo ‘Territorialização’ dizemos que é o território modificado, alterado pela população. As transformações espaciais poderão acarretar, na desterritorialização da área, o sentimento de territorialidade, que pode ser positivo ou negativo. Positivo, quando não há o sentimento de excluído por parte dos moradores, ou seja, quando estes se sentem em seu território. Negativo, quando o sentimento que sentem é de estarem em um lugar que não lhes pertence.

O processo de territorialização, segundo Haesbaert (2004, p. 5), é a dominação e a apropriação do espaço, no qual se distinguem quatro objetivos ou “fins” a serem valorizados ao longo do tempo, sendo: 1) o “abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção”; 2) a “identificação/simbolização de grupos” por meio das “referências espaciais”, no qual utiliza as barreiras geográficas para demarcar o território do grupo; 3) a “disciplinarização ou controle através do espaço” (espaço este que pode ser coletivo ou

individualizado); e 4) o surgimento das redes (fluxos de pessoas, de informações e de mercadorias).

Haesbaert (2007, p. 189) destaca que a desterritorialização “[...] como ‘conquista’ ou ‘anulação’ do espaço significa sempre, também, e, sobretudo, uma nova produção do espaço.” Deleuze e Guattari (1993) enfatizam que as sociedades modernas, ditas civilizadas se determinam por procedimento de decodificação e de desterritorialização. Porém, afirmam que o que elas desterritorializam de um lado, elas reterritorializam do outro. Assim, não é possível distinguir a desterritorialização (D) e a reterritorialização (R), pois elas estão interligadas, chegam a compará-las como o “avesso e o direito de um mesmo processo”. A reterritorialização é determinada na envergadura da desterritorialização, temos, então, a D como a “destruição do território”, as transformações pelas quais passa o território e a R o “atual território”, o território alterado.

Deleuze e Guattari¹⁴ (2008b) alegam que território se constitui através do movimento mútuo dos dois tipos de agenciamentos: o maquímico¹⁵ de corpos e o coletivo de enunciação. O primeiro diz respeito às máquinas sociais, às relações entre os corpos humanos, animais e cósmicos. Enquanto o segundo se refere à produção de se efetivar no “*socius*”. Os autores afirmam que, além destes dois componentes, o território é composto ainda de outros dois: a desterritorialização e a reterritorialização.

Focalizaremos então no sentido “funcional” do termo “desterritorialização” apresentada por Deleuze e Guattari, de maneira a contribuir para a discussão acerca da tríade. Mas, primeiramente precisamos compreender o conceito de território na concepção desses autores. Para estes, o território apresenta mudanças escalares, ou seja, primeiramente temos o território etológico ou animal; em seguida, passamos ao território psicológico ou subjetivo; daí ao território sociológico; e, posteriormente, ao território geográfico (relação sociedade-natureza).

A noção de território é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia [e a Geografia, acrescenta Haesbaert]. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos

¹⁴ Segundo Haesbaert (1997; 2003; 2006a; 2007), é necessário conhecer o termo que eles utilizam, porque suas contribuições permitirão à geografia explorar cada vez mais esta discussão.

¹⁵ O termo “maquímico”, de acordo com Guattari e Ronilk (1996, s/p.), se origina de “máquinas”, “[...] elas engendram-se umas às outras, selecionam-se, eliminam-se, fazendo aparecer novas linhas de potencialidades. [...] no sentido lato (isto é, não só as máquinas teóricas, sociais, estéticas etc.), nunca funcionam isoladamente, mas por agregação ou por agenciamento. [...] O desejo é maquímico porque ele produz, é criativo, agencia elementos. Não podemos reduzir essa concepção de desejo ao simples maquinismo, como uma herança de algum tipo de racionalismo ou como uma metáfora de apologia ao mecânico como algo superior ao humano.”

outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.323).

Partindo desses pressupostos, Deleuze e Guattari (2007b, p. 220) destacam que “[...] o território é tão inseparável da desterritorialização quanto o era o código em relação à descodificação”. Afirmam que a D e a R não se separam, estão correlacionadas. A D é o movimento pelo qual se abandona o território, isto é, denominam como “a operação da linha de fuga”, e a R é o movimento de construção deste/do território. Isso fica claro quando observamos o trecho abaixo, no qual Guattari e Ronilk (1996, p. 323) destacam que:

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquímicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente as estratificações materiais e mentais.

Deleuze e Guattari (2008b) dividem a desterritorialização em quatro teoremas ou “proposições maquímicas”. Chamamos a atenção para as três primeiras proposições¹⁶, pois estas tratam diretamente do tema exposto/apresentado. A primeira destaca que a desterritorialização não acontece sozinha; há no mínimo dois termos correlacionados, boca-seio¹⁷, mão-objeto de uso e rosto-paisagem. E cada um dos termos se reterritorializa sobre o outro. Referem-se àquela ideia exposta anteriormente, na qual afirmam que o movimento de D e R são concomitantes. Ao analisarmos esta proposição em relação a este trabalho, afirmamos que os dois termos correlacionados são: território-indivíduo.

A segunda proposição questiona a relação entre desterritorialização e velocidade, na qual os autores afirmam que não é a velocidade que determinará se o processo de D é mais intenso ou não, “[...] desterritorialização não deve ser confundida com a velocidade de

¹⁶ A quarta proposição refere-se à desterritorialização relacionada à ideia de rostidade, que pode ser analisada em Deleuze e Guattari (2008b).

¹⁷ Para melhor compreensão das dualidades apontadas pelos autores, optamos por transcrever a explanação que fazem de pelo menos um exemplo, boca-seio: “[...] o seio da mulher em postura vertical indica uma desterritorialização da glândula mamária animal; a boca da criança, dotada de lábios por arregaçamento da mucosa para o exterior, marca a desterritorialização da goela ou da boca animais. E lábios-seios, cada um serve de correlato ao outro.” (DELEUZE; GUATTARI, 2008b, p. 37).

movimento ou de desenvolvimento” (DELEUZE; GUATTARI, 2008b, p. 41). Assim, indicam que:

De dois elementos ou movimentos de desterritorialização, o mais rápido não é forçosamente o mais intenso ou o mais desterritorializado. A intensidade da desterritorialização não deve ser confundida com a velocidade de movimento ou de desenvolvimento. De forma que o mais rápido conecta sua intensidade com a intensidade do mais lento, a qual, enquanto intensidade, não o sucede, mas trabalha simultaneamente sobre um outro estrato ou sobre um outro plano. (DELEUZE; GUATTARI, 2008b, p. 41)

Podemos concluir o terceiro teorema a partir do segundo; os autores afirmam que é aqui que surge um sistema de reterritorialização vertical, de baixo para cima. Além de proporem, a partir deste teorema, dois tipos de desterritorialização: a D relativa e a D absoluta. Apesar de uma perpassar a outra, a desterritorialização relativa está relacionada ao próprio *socius*, sendo considerada aqui como o abandono de territórios criados nas sociedades e sua concomitante reterritorialização. Enquanto que a desterritorialização absoluta reporta ao pensamento, à virtualidade do devir e do imprevisível, à criação.

Partindo destes pressupostos, destacamos que a desterritorialização “[...] é a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem [de alterarem] o território” (CORRÊA, 2001b, p. 252). Por outro lado, esse processo leva sempre ao surgimento de novos territórios ou reterritórios. Os reterritórios referem-se à criação de novos territórios, que poderão ocorrer ou através da reconstrução parcial de territórios antigos ou através de nova criação parcial de um território novo, possibilitando a origem de outros lugares. Esse reterritório deverá apresentar parte das características do velho território.

Temos então a tríade T-D-R, discutida pioneiramente pelos geofilósofos e posteriormente por Raffestin. Segundo Haesbaert (1997), dentre os geógrafos, este foi o que mais discutiu o conceito de território, tendo sido quem denominou o processo de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização.

Concordamos com Saquet (2007) quando afirma que, ao analisar o processo T-D-R, é fundamental observar os traços em comum, as desigualdades, as diferenças, as contradições, as diversidades, enfim, é fundamental tratar do contexto histórico e relacionar ao tempo coexistente. Para tanto, isto deve estar relacionado ao propósito de pesquisa e à concepção

adotada, não deixando de evidenciar certos aspectos, processos e dimensões, o que provavelmente irá facilitar no aprofundamento da abordagem que será discutida.

1.2 Desterritorialização e reterritorialização segundo Haesbaert

Haesbaert (2007) propõe que o fator necessário para que possamos entender a “desterritorialização” é pensar as abordagens em relação ao seu conceito original, ou seja, o território. Além do mais, devemos refletir ainda acerca do que denomina de “contraparte indissociável” que é a territorialização. Para ele, a desterritorialização é “[...] muito mais do que representar a extinção do território, e estar relacionada ou com uma recusa em reconhecer ou uma dificuldade em definir o novo tipo de território, muito mais múltiplo e descontínuo, que está surgindo” (2007, p. 143). Afirma que a desterritorialização sempre existiu durante toda a história humana, porém a discussão sobre os termos D e R é recente ou relativamente recente. Para ele, a alocação sobre o termo “desterritorialização” sobressai, em especial nos anos de 1990, relacionado, por muitos, ao advento de uma “pós-modernidade¹⁸”.

O autor divide sua reflexão em três questões que considera básicas: 1) quando se deseja focalizar a D, não há uma definição clara sobre o que é o território, que pode ser considerado um espaço absoluto, como um território positivo ou negativo; 2) a D “[...] é focalizada quase sempre como um processo genérico (e uniforme) numa relação dicotômica e não intrinsecamente vinculada à sua contraparte, a (re)territorialização” (2007, p. 31), e aponta as dissociações entre: espaço e tempo; fixação e mobilidade; espaço e sociedade, etc.; 3) D é o mesmo que o “fim dos territórios”. Haesbaert (2007) refere-se a D global, mas discutimos, no decorrer do trabalho, estas três questões numa perspectiva “local”.

Sugere ainda que a desterritorialização apresenta múltiplas dimensões: a econômica, a política, a cultural, a social e a espacial (esta última acrescentada por nós). Destacaremos neste trabalho, principalmente, a dimensão socioespacial, o que nos permitirá tratar da “exclusão social” que, na perspectiva de Haesbaert (2007), é “um fenômeno amplo e

¹⁸ “Partilhamos assim da interpretação de pós-modernidade como uma condição ou lógica cultural vinculada, de diversas formas, com a ‘modernidade radicalizada’ e, pelo viés econômico, com o capitalismo pós-fordista ou flexível, tal como enfatizado por autores como Jameson (1984) e Harvey (1989).” (HAESBAERT, 2007, p. 152). Somos adeptos à ideia de que vivemos uma modernidade tardia e não uma pós-modernidade, pois não acreditamos que tenhamos vivido um momento de ruptura da modernidade, com exceção da arte.

complexo” que abrange aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais ao mesmo tempo. Em relação à “exclusão social” ou à “precarização social”, conforme destaca Haesbaert (2006a), ocorre o aumento de milhões de pessoas convivendo com a miséria. Porém, numa primeira oportunidade, estas pessoas revalorizam as ligações básicas com o seu território, “[...] mesmo no seu sentido mais elementar – como ‘terra’, ‘terreno’, base primeira da reprodução social, como abrigo e fonte de sobrevivência” (2006a, p. 66).

Destacamos que desterritorialização e exclusão socioespacial são processos semelhantes. A exclusão aqui relacionada à Desterritorialização pode ser tanto em caráter funcional, ou seja, político-econômico, quanto em caráter simbólico, quando nos referimos à questão cultural.

Portanto, a D não apresenta o mesmo valor negativo que a exclusão social aparentemente aponta. Haesbaert (2007) corrobora com Deleuze e Guattari quando afirma que a D é composta de sentido positivo, pois esta apresenta um potencial transformador local. A desterritorialização vincula-se, neste trabalho, à noção de território, sendo observado o contexto político-econômico (sentido funcional) e a identificação cultural (sentido simbólico), sempre associada a um processo de R.

Corroboramos com Haesbaert (2006a) quando afirma que, antes mesmo de o processo de D denotar a desmaterialização, este é um processo de exclusão social, “de exclusão socioespacial”. Mesmo com toda a diversidade que há na sociedade contemporânea, “[...] não resta dúvida de que o processo de ‘exclusão’, ou melhor, de precarização sócio-espacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização” (HAESBAERT, 2006a, p. 67). Apresenta, então, três vertentes que considera básicas: política, cultural e econômica.

- Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas) [...] o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através de qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural [...] o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- Econômica (muitas vezes economicistas) [...] território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2007, p. 40)

Ao enfatizarmos essas três vertentes sobre o território, procuraremos melhor compreender a desterritorialização na concepção que Haesbaert (2007) frisa, tendo como ponto de partida cada uma delas. Em se tratando da primeira (política), a D estaria relacionada ao aumento das permeabilidades em relação às fronteiras nacionais; a segunda (cultural) destaca que a D se refere à “disseminação de uma hibridização de culturas, dissolvendo os elos entre o território e a identidade cultural” que deveria ser correspondente naquele território (2007, p. 172); e em relação à terceira (econômica), a D estaria arrolada a fenômenos de natureza econômica como, por exemplo, a mobilidade do capital em empresas.

A desterritorialização então se apresenta em múltiplas dimensões, o seu conceito é diversificado, podendo em cada uma delas se referir a questões diferenciadas. Por exemplo, a “desterritorialização” poderá significar a diminuição ou o enfraquecimento do controle de fronteiras (referindo-se a fronteiras nacionais); poderá significar, também, levando-se em conta a ideia de pós-modernidade, “a aniquilação do espaço pelo tempo” (HAESBAERT, 2007, p. 236).

O autor chama a atenção para um fenômeno que considera o mais ligado à D, que é a grande mobilidade das pessoas, desde “novos nômades”, “vagabundos”, até turistas, imigrantes, refugiados ou exilados. Questiona: até que ponto podemos vincular a mobilidade geográfica com a desterritorialização? Afirma que a mobilidade não deve, neste momento, ser considerada como um “[...] mero deslocamento ‘objetivo’ e genérico de um local para outro e muito menos como abstração e mesmo como simples metáfora onde tudo é passível de ‘mobilidade’.” (HAESBAERT, 2007, p. 237). Mobilidade na concepção de Jacques Lévy (2000, s/p.) é definida como “[...] a relação social ligada à mudança de lugar, isto é, como o conjunto de modalidades pelas quais os membros de uma sociedade tratam a possibilidade de eles próprios ou outros ocuparem sucessivamente vários lugares.”

Haesbaert (2007) destaca que a mobilidade espacial não significa, necessariamente, mobilidade social. Além do mais, esta não é, por si só, referência da desterritorialização, ou seja, a “mobilidade não significa, compulsoriamente, desterritorialização”, bem como a “imobilidade ou relativa estabilidade também não significa, obrigatoriamente, territorialização” (HAESBAERT, 2007, p. 252). Tem-se que a D pode estar presente mesmo nos grupos sociais que não sofreram mobilidade espacial pronunciada. Para que isto ocorra, basta que vivenciem precárias condições de vida, ou seja, com ausência dos fatores primordiais a obter condições básicas de vida e/ou a negação de sua expressão simbólico-cultural.

Haesbaert relaciona a desterritorialização com território-rede e distingue três tipos ideais¹⁹ de forma de organização do espaço-territorial, conforme apresentado no Quadro 1.

<i>Territorialização</i>		<i>Desterritorialização</i>
Território-zona	Território-rede	Aglomerados de exclusão
Zonas subordinando redes	Redes subordinando zonas	“Fora de controle”
Territorialismo		Exclusão socioespacial

QUADRO 1 - “Tipos ideais” de organização espaço-territorial

Fonte: HAESBAERT, 2007, p. 307

Em esclarecimento ao Quadro acima, o autor frisa que

[...] a relação de territórios-zona, territórios-rede e aglomerados com os processos de desterritorialização e territorialização é ambivalente, e pode-se mesmo passar de um extremo a outro: os níveis mais fortes de desterritorialização, em meio a processos de violenta insegurança e exclusão social, podem dar origem a territorialismos – de base cultural, por exemplo – os mais arraigados, na busca às vezes desesperada pela sobrevivência e sentimento de segurança. (HAESBAERT, 2007, p. 307)

A exclusão socioespacial, para Haesbaert, está relacionada ao processo de D e à ideia de aglomerados de exclusão. Apesar de não discutirmos a D na perspectiva de “aglomerados de exclusão”, percebemos a necessidade de expor, mesmo que brevemente, a ideia de Haesbaert (2007) acerca da relação que ele faz entre território e rede, até mesmo para que seja possível compreender nossa escolha. Este termo refere-se a diversos lugares hierarquizados, conectados uns aos outros, formando uma rede de itinerários, formando um território-rede. Neste caso, a territorialização se relaciona tanto ao sentimento pelo lugar fixo (de moradia) quando por todos os lugares que compõem o território-rede (itinerários).

Como neste trabalho realizamos o estudo de caso de um território específico, optamos por trabalhar com o termo “território de exclusão” e não “aglomerado de exclusão”. Não queremos deixar subentendido aqui que o bairro em estudo não faz parte de algum território-rede. Porém, ressaltamos que nosso foco será a questão território e indivíduo numa perspectiva local (o conjunto habitacional), numa perspectiva do lugar.

¹⁹ “Territórios-zona, mais tradicionais, forjados no domínio da lógica zonal, com áreas e limites (“fronteiras”) relativamente bem demarcados e com grupos mais “enraizados”, onde a organização em rede adquire um papel secundário; os territórios-rede, configurados sobretudo na topologia ou lógica das redes, ou seja, são espacialmente descontínuos, dinâmicos (com diversos graus de mobilidade) e mais suscetíveis a sobreposições; e aquilo que denominados “aglomerados”, mais indefinidos, muitas vezes mesclas confusas de territórios-zona e territórios-rede, onde fica muito difícil identificar uma lógica coerente e/ou uma cartografia espacialmente bem definida.” (HAESBAERT, 2007, p. 306)

De acordo com Haesbaert (2001), existem duas posições antagônicas em relação a D: a primeira, “a desterritorialização dos grupos dominantes” e, a segunda, a “desterritorialização das classes mais expropriadas”. Isto é, a D para aqueles considerados ‘os ricos’ poderá ser discernida com multiterritorialidade, por apresentar maior facilidade e possibilidade de múltiplas mobilidades “opcionais”. Em contrapartida, para aqueles considerados ‘os pobres’ ou ‘os mais pobres’, a D é, na verdade, uma a-territorialidade, pois oferece uma mobilidade compulsória, ou seja, “[...] resultado da total falta de [...] alternativas, de ‘flexibilidade’, em ‘experiências múltiplas’ imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana” (HAESBAERT, 2001, p. 251).

Em 2006, no texto “*Concepções de território para entender a desterritorialização*”, Haesbaert retorna a esse antagonismo, mas denomina uma de “desterritorialização do alto” ou “superior” e a outra de “desterritorialização de baixo” ou “inferior”. A primeira “[...] diz respeito à debilidade das bases materiais na dinâmica social, [...] especialmente vinculada às categorias sociais privilegiadas” (aqueles que usufruem dos circuitos técnicos-informacionais); e a segunda refere-se aos grupos expropriados “[...] que não estão só alijados do acesso a esse mundo ‘imaterial’ do ciberespaço ou são privados do acesso ao território no seu sentido mais elementar, o de ‘terra’.” (2006a, p. 61). Afirma que muitos destes estão inseridos no grupo dos “excluídos”, ou seja, pertencem à categoria dos desterritorializados *stricto sensu*. E destaca ainda que esta segunda definição sobre os grupos expropriados, apesar de ser a mais “social”, é a menos empregada nos discursos acerca da Desterritorialização.

1.3 Por que território de exclusão?

Para responder a esta pergunta, optamos por primeiramente apresentar os termos pobreza e exclusão, como também tratar do que compreendemos como desenvolvimento social, mais especificamente, desenvolvimento como liberdade, segundo a concepção de Amartya Sen.

1.3.1 Pobreza

Estivill (2003) destaca que a palavra ‘pobre’ expressa três tipos de ausências: a) ter pouco; b) valer pouco e c) ter pouca sorte. Estas podem ser: estrutural, quando a pessoa se encontra numa situação relacionada a ‘ser pobre’; circunstancial, momentâneo, ou seja, ‘estar pobre’; excludente, ‘não ser rico’; voluntária, relacionada àquele que ‘torna-se pobre’; e fingida, referente àquele que ‘se faz de pobre’.

De acordo com Bajoit (2006) há quatro imagens da pobreza apontadas pelos sociólogos, sendo o pobre como marginal, como explorado, como dependente e como desafiado. O primeiro se refere àquele que não obtém sucesso porque é estigmatizado, está mal socializado ou socializado numa cultura diferente da sua; o segundo está relacionado ao sistema capitalista, ou seja, ele é pobre porque é o explorado pela classe dominante; o terceiro se refere àquele que não tem autonomia, também está relacionado ao sistema capitalista; o quarto é o pobre que está isolado, desestimulado, desacreditado, é aquele que “[...] não tem sucesso porque não participa em formas de solidariedade organizada” (BAJOIT, 2006, p.92).

Dois tipos de pobreza são destacados por Estivill (2003), o primeiro, pobreza absoluta, alude em ter mínimas condições de vida. Para “[...] avaliá-la é costume utilizar como parâmetro o mínimo de calorias necessárias, o que se traduz nos produtos alimentares que contêm estas calorias” (2003, p.10). O segundo, pobreza relativa, relaciona a concepção de nova pobreza, isto é:

[...] são os trabalhadores qualificados expulsos do seu trabalho devido às reconversões industriais e às alterações tecnológicas; alguns pequenos empresários, comerciantes, artesãos e profissionais sem possibilidade de adaptação; pessoas, especialmente mulheres, que tendo responsabilidades familiares não podem obter trabalhos ou que o perdem; pessoas que se endividam para além das suas posses. Não se trata de indivíduos inconformistas [...] ou inaptos para o trabalho e sem relações sociais; são, sim, pessoas com dificuldades relacionadas com o emprego e com os seus rendimentos. (ESTIVILL, 2003, p.12)

A pobreza na concepção de Castel (2005) está relacionada à ideia de pobre desafiado apresentada anteriormente. Para ele, há os pobres envergonhados, os quais classifica como os “[...] indigentes que receberam uma boa educação e ocuparam um lugar de prestígio na sociedade, se arruinaram e não podem mais manter sua posição” (2005, p. 88). Afirma que

este pobre se sente envergonhado porque, para a sociedade, a pobreza é indigna, principalmente para um homem de qualidade.

Diferentemente desta concepção, corroboramos com Sen (2000) que aponta pobreza arrolada como uma privação de capacidades básicas necessárias para que o sujeito tenha o mínimo de qualidade de vida, e não apenas relacionada à baixa renda. A pobreza apontada por Sen vai mais além do que somente a questão econômica, ela se reflete em morte prematura, em subnutrição significativa, em taxas de analfabetismo, etc. Nesta mesma perspectiva, Pereira e Soares (2005c, s/p.) informam que a pobreza é “[...] normalmente analisada verificando-se as possibilidades de recursos aos quais um indivíduo tem acesso para que lhe permitam sobreviver.” Consideram que há certa dificuldade para quantificar todas as dimensões da pobreza, por isso destacam que as análises são quase sempre parciais.

Neste trabalho a pobreza é entendida não somente em ter ou não condição de vida (renda), mas também a todos os outros elementos que possibilitarão ao sujeito melhor qualidade de vida, incluindo saúde, educação, lazer, etc., o que Sen (2000) denomina de capacidades, relacionando pobreza às privações das capacidades de uma pessoa. Destaca que na elaboração de práticas políticas alguns fatores deveriam ser levados em conta como, por exemplo, a relação entre renda e capacidade poderia ser afetada: pela idade da pessoa, pelos papéis relacionados ao sexo (a maternidade, por exemplo); pela localização onde residem (bairros pobres, violentos, propensos a inundações, soterramento, etc.); pelas condições de saúde (doenças endêmicas, dentre outros. Entretanto, estes fatores normalmente não são levados em conta.

O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos *meios* (a renda) para os *fins* que as pessoas tem razão para buscar e, correspondentemente, para as *liberdades* de poder alcançar esses fins. (SEN, 2000, p. 112, grifos do original)

1.3.2 Exclusão

Exclusão é um termo recente e que ainda está em construção. Balsa (2006) afirma que as categorias ‘pobreza’ e ‘exclusão’ não revelam as mesmas realidades nem o mesmo estatuto teórico.

Corroboramos com Estivill (2003, 2006) quando relaciona exclusão com a insatisfação, com o fato de não se poder alcançar aquilo que se deseja para si ou para sua família. Reconhecemos que, neste caso, observa-se uma grande influência apoiada em ações materiais, mas frisamos que há também destaque para outras características que trarão satisfação e ideia de inclusão a uma população que se sinta excluída.

Segundo Estivill (2003, p. 14), não devemos pensar a exclusão somente como algo negativo, pois não existe exclusão sem inclusão: “[...] qualquer sociedade, qualquer grupo, mesmo qualquer indivíduo, cria e possui as regras, mais ou menos explícitas e ao fazê-lo estabelece uma diferenciação que permite definir, com ou sem razão as categorias do eu, do nós e do vós e eles-elas.” Reforçamos que o fato de um grupo ou uma comunidade serem considerados excluídos pode reforçar as relações sociais entre estes, além de estimular a criatividade artística e intelectual como, por exemplo, os povos ciganos.

Estivill (2003) afirma que os seres humanos se agrupam de acordo com suas características em comum, que podem ser: a religião, a política, o gênero, a idade, a etnia, o esporte, o trabalho, o lugar de origem, o bairro, a arte, dentre outras. Assim, o que por um lado gera a exclusão, por outro, permite a inclusão. O autor enfatiza que a exclusão, “[...] interna ou de um grupo sobre o outro, provém, não da diferenciação, mas sim da separação inferiorizante e da desigualdade negativa” (2003, p. 48).

Por outro lado, a exclusão é estanque, e designa um estado de privação (CASTEL, 2005). Onde há exclusão, há ruptura dos laços simbólicos e potenciais, o que levará ao isolamento de pessoas, levará ao individualismo, impedindo que todos tenham uma mesma identidade, dificultando uma harmonia coletiva.

O conceito de exclusão tem sua origem na Europa, quando se tenta fazer a separação entre homens e mulheres “[...] entre aqueles que têm um estatuto de pleno direito e aqueles que têm um estatuto diminuído ou simplesmente os que não o têm de todo” (ESTIVILL, 2003, p. 5). Ressalva que foi a colonização europeia que acentuou, em escala planetária, o processo de exclusão. O que é possível perceber se pensarmos na imposição da cultura e crenças europeias nos outros continentes, “[...] os povos colonizados perdem o poder de decidir sobre o seu próprio destino e, não raro, o direito de viver de acordo com a sua cultura e as suas crenças” (2003, p. 6). Matias (2004, p. 179) corrobora com Estivill e afirma que o conceito exclusão social “[...] surgiu na Europa em 1990 com o crescimento dos sem-teto, da pobreza urbana, do desemprego dos imigrantes, dos jovens e outras minorias.”

Estivill (2003) aponta algumas estratégias que podem resultar positivamente no combate à exclusão, sendo: 1) a integralidade, 2) a parceria, 3) a participação e 4) a aproximação territorial. A primeira está relacionada a apresentar ações que englobem situações de habitações degradadas, baixa escolarização, qualidade profissional, falta de emprego ou emprego precário, saúde, dentre outros, caso contrário, as pessoas/os territórios que não tenham interferência destas ações serão considerados sujeitos integrais que vivem a exclusão. A segunda estratégia refere-se ao “[...] sentido profundo no fato de a exclusão afetar todas as pessoas de uma forma ou de outra e, de um modo muito especial, os atores da cena econômica, social e política, pelo que sem a colaboração destes elementos é muito difícil fazer progressos substanciais” (2003, p.113).

A terceira estratégia está relacionada à participação de todos os interessados e o poder público, o que pode ser realizado em reuniões organizadas pela comunidade, pelas associações de moradores, em organizações políticas, nos processos eleitorais, etc., portanto, para que funcione deve haver informação, organização, qualificação, intervenção/consulta, decisão central e ação social. Cada uma destas etapas implica na ação da cidadania da comunidade local, “[...] não se trata apenas de implicar e fortalecer cada indivíduo, mas também de reforçar o papel do grupo, das suas capacidades de expressão, de organização, de interlocução e negociação com outros grupos, com as instituições” (2003, p.118).

A quarta e última estratégia está relacionada à proporcionalização de ações no âmbito local, municipal. Estas devem ser oriundas da influência de opiniões e decisões advindas de todas as outras estratégias anteriores.

1.3.3 Desenvolvimento Social

O termo “Desenvolvimento Social” se encontra ainda em estado de maturação apresentando conceitos diversos, o que dificulta a compreensão acerca do verdadeiro significado deste nos dias atuais. Durand *et al.* (1975) afirmam que nos últimos anos tem-se dado ênfase à ideia de desenvolvimento social na literatura, relacionando-a com mudança social, isto por causa do interesse generalizado em relação aos povos subdesenvolvidos.

Há uma grande divergência em relação à concepção de ‘desenvolvimento social’ entre os sociólogos. Os autores esclarecem que alguns sociólogos “[...] estudam as condições sociais que eles julgam impedir ou auxiliar o desenvolvimento econômico. Alguns dedicam-

se a estudar as conseqüências sociais do desenvolvimento econômico” (DURAND *et al.*, 1975, p. 39). Outros tratam o desenvolvimento social como “[...] equivalente à eliminação de problemas sociais clássicos, como o crime, as favelas, ou a dissolução da família.” (1975, p. 39). Há aqueles sociólogos que relacionam desenvolvimento social com a industrialização e a urbanização. Há autores que encaram o conceito de desenvolvimento social “[...] como o desenvolvimento de um tipo usual de sociedade aberta competitiva” (DURAND *et al.*, 1975, p. 40). Outros empregam o termo como sinônimo de acontecimentos sociais que ocorrem nas áreas atrasadas como a resposta à modernização.

Sztompka (2005, p. 31) alega que “desenvolvimento social” juntamente com o “ciclo social” fazem parte dos processos sociais, ou seja, de “[...] qualquer tipo de movimento, modificação, transformação, alteração ou evolução” que venha a ocorrer na sociedade. Sendo assim, este tipo de desenvolvimento

[...] descreve o desdobramento de alguma potencialidade inerente ao sistema. Se refere a um processo como três características adicionais: (1) é direcional, [...]; (2) em qualquer instante posterior, o estado do sistema representa um nível mais alto de certa propriedade selecionada [...]; (3) é estimulado pelas tendências imanentes do sistema. (SZTOMPKA, 2005, p. 32)

Não pretendemos aqui analisar desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico conforme se permitiu pensar durante vários anos após o período pós-guerra, instante em que surge o conceito de “desenvolvimento” totalmente ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), com a Carta do Atlântico (1941) e a Carta das Nações Unidas (1945). Conforme postulam Barbosa *et al.* (2007), como forma de provar esta relação de desenvolvimento com crescimento econômico, os indicadores que mediam o desenvolvimento até então eram: o PIB (Produto Interno Bruto) e o PIB *per capita*. Trataremos, neste trabalho, este desenvolvimento de acordo com a concepção de Amartya Sen (2000) que, apesar de ser um economista, percebe o termo como algo relacionado a outras coisas que estão muito além de simplesmente obter ou não poder aquisitivo.

O autor, no instante em que discute “desenvolvimento como liberdade²⁰”, destaca outros fatores, além de renda, que irão ‘mediar’ a ideia de desenvolvimento social: Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, saúde, educação, moradia, saneamento básico, etc. Apoiamo-nos na ideia exposta por Sen quando afirma a importância de determinada

²⁰ De acordo com Sen (2000), “Desenvolvimento como liberdade” é o preceito que trata verdadeiramente da importância básica da liberdade humana.

população obter diversos tipos de liberdades para alcançar o desenvolvimento e o progresso, sejam: política, econômica, social, cultural e, acrescentamos, espacial.

Desenvolvimento então “[...] deve ir além da acumulação de riqueza e do crescimento do PNB e de outras variáveis relacionadas à renda. [...] tem de estar relacionado, sobretudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos” (SEN, 2000, p. 28-29). Deve ater-se, além de outros focos, aos problemas relacionados à questão socioespacial. Assim, por um lado, quando tratamos de necessidade de infraestrutura básica para um mínimo de qualidade de vida e do direito à educação e saúde, estamos nos referindo à questão social. Por outro lado, ao apontarmos o direito à moradia, ao medo ou o afeto ao lugar²¹, estamos falando da questão espacial.

Portanto, ‘Desenvolvimento’ não deve mais ser analisado simplesmente como sinônimo de crescimento econômico, pois remete a diversos outros fatores que englobam tanto aspectos sociais, culturais, políticos, quanto econômicos e espaciais.

Sen (2000) destaca que a privação de liberdade econômica, por exemplo, na forma de extrema pobreza, poderá permitir que a pessoa se torne indefesa em relação à violação de outros tipos de liberdades que podem ser política, social e/ou espacial. As diversas formas de privações de liberdade que uma determinada população pode sofrer são: as fomes coletivas; o pouco acesso a serviços de saúde, de saneamento básico, de água tratada; a negação da liberdade política e dos direitos civis básicos (propriedade e acesso aos diversos serviços públicos). Denomina de “pessoas desfavorecidas” aquelas pessoas carentes de oportunidades básicas de acesso a serviço de saúde, educação funcional, emprego remunerado ou segurança econômica e social.

O ideário proposto pelo autor acerca do Desenvolvimento Social faz menção a “Desenvolvimento como Liberdade”, no instante em que afirma que: “[...] as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais [...], precisamos entender a notável relação empírica que vincula umas às outras, liberdades diferentes” (SEN, 2000, p.24). Sendo estas liberdades: a) *políticas* – colaboram para promover a segurança econômica; relaciona-se com liberdade de expressão e eleições livres; b) *oportunidades sociais* – facilitam a participação econômica com os serviços de educação e saúde; c) *facilidades econômicas* – que na participação, na produção e no comércio

²¹ O que Y-Fu Tuan (1983) denomina de topofobia (aversão ao lugar) e topofilia (apego ao lugar).

contribuem para suprir as necessidades individuais e gerar recursos públicos para serviços sociais.

Liberdade é vista, então, como algo que abrange “[...] tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais” (SEN, 2000, p.31). A liberdade possibilita / permite às pessoas levarem o tipo de vida que elas valorizam, o que pode ser aumentado pela política pública, mas que também pode ser influenciada pelo uso efetivo das envergaduras participativas do povo. A Privação da liberdade pode emergir em função de procedimentos ou oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para alcançar o mínimo do que gostariam.

A expansão da liberdade é vista, então, como o fim primordial e o principal meio para se obter o desenvolvimento. O que o autor chama de papel constitutivo e papel instrumental da liberdade no desenvolvimento, classificando-as em duas: liberdades substantivas e liberdades instrumentais. A primeira abarca o que denomina de “capacidades elementares”, isto é, apresentar condições “[...] de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão, etc.” (SEN, 2000, p. 52). A segunda subdivide-se em cinco tipos, respectivamente: 1) liberdades políticas; 2) facilidades econômicas; 3) oportunidades sociais; 4) garantias de transparência e 5) segurança protetora; ou seja, entende-se estas liberdades como uma categorização, em que somente se conseguirá obter uma a partir do momento que se alcançar a anterior. Por exemplo, para obter oportunidades sociais, o indivíduo, o grupo ou a comunidade deve obter, primeiramente, liberdade política e facilidade econômica.

Ressaltamos que liberdade, então, deve ser percebida como algo que envolverá processos e oportunidades. Processos relacionam-se a ações e decisões, enquanto oportunidades referem-se ao ensejo real que a pessoa tem, sempre considerando suas condições pessoais e sociais.

Concordamos com a afirmação de Soulet (2006) segundo a qual para que seja proporcionado ‘desenvolvimento social’ deveria haver uma transformação da questão social. Assim, haveria o início de uma nova maneira de cidadania (como capacidade de participar na vida social e condição para ser membro de uma dada coletividade). Destaca que “[...] ao lado dos direitos-liberdade apoiando uma cidadania jurídica e política, ao lado dos direitos-crédito apoiando uma cidadania social, são desenvolvidos os direitos-autonomia que visam a criar

uma cidadania subjetiva, isto é, geram uma subjetividade democrática” (SOULET, 2006, p.87).

Cabe então a reconfiguração das políticas públicas, visando à questão da identidade²², que passa a ser uma questão política, “[...] trata-se, portanto, de regenerar, as capacidades individuais capazes de assegurar a integração social” (SOULET, 2006, p. 88). Acredita que o Estado social passaria então a um Estado serviço em vez de um Estado prestador, ou seja, o Estado se adaptaria às situações particulares, permitindo assim que se aproximasse cada vez mais dos problemas concretos das pessoas, possibilitando a elas ‘encontrar’ seu rumo na sociedade.

1.3.4 Território de Exclusão

Território de exclusão é o espaço habitado socialmente, devendo ser este considerado um agente social excluído (como: favela, loteamento popular, cortiço, conjunto habitacional, etc.) que apresente características de pobreza, relacionada não somente à renda das famílias que se encontrem no lugar, mas também à pobreza por não terem acesso ou terem acesso precário às características que são consideradas básicas para manter o mínimo de qualidade de vida, como por exemplo: o acesso a água tratada, a energia elétrica, a facilidade de atendimento relacionado à saúde (postos e hospitais), a educação (escolas e creches), a coleta do lixo, a moradia digna, a segurança, as vias pavimentadas, etc. Pobreza é vista, então, como uma maneira de privar um indivíduo, um grupo ou uma comunidade de se desenvolver social e espacialmente, o que os torna excluídos. Exclusão está relacionada a não poder obter o que se deseja, para melhorar a vida do indivíduo, do grupo ou da comunidade.

Balsa (2006, p. 20) aponta dois lados relacionados ao ‘espaço’ de exclusão²³, de um lado, tem-se um olhar do exterior para o interior, ou do ‘de fora’ para o ‘de dentro’, classificando-o como um movimento centrípeto, “[...] que encerra os bairros mais degradados em imagens abruptas, que traduzem a distância a que se deseja mantê-los.” E,

²² “Cada um tenta se constituir como sujeito autônomo e responsável, não somente para se realizar, mas também para ser plenamente membro da coletividade, o que equivale a dizer que, quanto mais cada um é individuado, tanto mais ele é socializado.” (SOULET, 2006, p.84).

²³ Realçamos que alguns dos autores citados neste trabalho fazem uso do termo ‘espaço’, relacionando-o mais à categoria território (como espaço humano, espaço habitado) do que à categoria de espaço utilizada na geografia. Balsa e Lefebvre são alguns deles, ambos relacionam ‘espaço de exclusão’ a um espaço apropriado e dominado.

antagonicamente, tem-se um movimento centrífugo, ou seja, o lugar a partir do conhecimento, dos itinerários das populações que ali residem, o lugar é percebido a partir da perspectiva dos ‘de dentro’. “Visto de fora, os ‘bairros’ parecem, portanto, relativamente homogêneos. Visto de dentro, na perspectiva das posições e das disposições das pessoas que neles vivem, os bairros afiguram-se, sob vários aspectos, diferenciados.” (2006, p.20).

Raffestin (1980) destaca que a primeira discriminação que um grupo sofre pode ser de natureza espacial. Afirma que “[...] o grupo A pode impor ao grupo B uma localização determinada, certo território, um bairro específico na cidade, etc.” (1980, p. 132). Ilustramos este exemplo substituindo ‘grupo A’ pelo Estado e ‘grupo B’ por uma população a ser deslocada para um loteamento popular ou para um conjunto habitacional. O autor afirma ainda que “[...] a discriminação espacial raramente é a única discriminação pela qual um grupo pode ser atingido; em geral é acompanhada de outras medidas, mas é conveniente analisá-la primeiro sozinha” (1980, p.132). Além da discriminação espacial, apontamos ainda as discriminações: econômica, social, cultural e política.

Consideramos excluídos, então, aqueles ‘avaliados’ como agentes sociais excluídos, por acreditarmos que são privados de suas liberdades e que vivem em precárias condições de vida, como, por exemplo, os moradores de uma favela, de um loteamento popular, de um cortiço e/ou de um conjunto habitacional. De acordo com Balsa (2006), o termo ‘espaço de exclusão’ está relacionado com o espaço ‘oferecido’ a uma parcela da sociedade que tem dificuldade de se situar em outro lugar, por condições financeiras. Destaca que é uma “[...] situação para as quais a sociedade não quer ou não tem meios para encontrar outras soluções” (2006, p.31).

[...] se o espaço social aparece de maneira difusa por toda a sociedade e pode, assim, ser trabalhado de forma genérica, o território e os processos de des-territorialização devem ser distinguidos através dos sujeitos que efetivamente exercem poder, que de fato controlam esse(s) espaço(s) e, conseqüentemente, os processos sociais que o(s) compõe(m). Assim, o ponto crucial a ser enfatizado é aquele que se refere às relações sociais enquanto relações de poder (HAESBAERT, 2004, p.2-3).

O autor afirma ainda que os territórios devem ser distinguidos em relação aos sujeitos que os constroem, podendo ser indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições, etc. Estes podem controlar um território objetivando atingir ou até mesmo influenciar as pessoas e seus relacionamentos. Os motivos relacionados a este controle social, através do território, irão variar de acordo com o grupo, com a sociedade, com a cultura, ou até mesmo com um único sujeito.

Para Santos (2006), como o território não é apenas um conjunto de sistemas naturais e de coisas superpostas, deve ser entendido também como o “território usado”, que é “o chão mais a identidade”. Destaca que a identidade, “é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. O território “[...] é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.” (SANTOS, 2006, p.14). Assim, o território é o lugar no qual o homem se realiza a partir das manifestações da sua existência. Manifestações que Sen (2000) destaca como necessárias para que o homem obtenha “desenvolvimento como liberdade”, o que compreende seus direitos civis básicos, seus direitos sociais, bem como sua liberdade política. Estas manifestações existenciais são necessárias para que o indivíduo, o grupo ou a comunidade obtenha seu desenvolvimento social.

Haesbaert (2007) destaca que a desterritorialização e a exclusão social incorporam sempre um caráter social dinâmico e multidimensional que deve ser contextualizado tanto geograficamente quanto historicamente.

Em relação à exclusão social, esta:

[...] pode ser entendida como uma acumulação de processos confluentes com rupturas sucessivas que, despoletada no centro da economia, da política e da sociedade, vão afastando e <<inferiorizando>> pessoas, grupos, comunidades e territórios em relação aos centros de poder, aos recursos e aos valores dominantes. (ESTIVILL, 2003, p.20)

O autor aponta como uma das possibilidades de exclusão a criação de espaços fechados, “[...] mais ou menos distantes e desligados da comunidade, agrupando determinados grupos com estatutos particulares e sempre inferiores” (ESTIVILL, 2003, p.112). Como exemplo, citamos as invasões aos lotes abandonados, sejam eles públicos ou privados, que constituem um relevante fator para o surgimento de áreas que possivelmente sofrerão com o problema de exclusão social e/ou segregação residencial.

Corrêa (2000, p.59) conceitua segregação residencial como sendo “uma concentração de tipos de população dentro de um dado território”. Para Souza (1996), estas invasões podem acarretar em loteamentos irregulares situados na periferia urbana e em favelas. E relaciona estas invasões com o problema da “segregação induzida”. O autor destaca que esta segregação é induzida “[...] pela própria pobreza, pelo menor poder aquisitivo, que forma uma parcela considerável da população a se sujeitar a morar em espaços quase que desprovidos de infraestrutura, negligenciados pelo estado e até mesmo insalubres.” (CORRÊA, 2000, p.54).

Nestes casos é necessário que seja proporcionado à população localizada na periferia urbana o desenvolvimento socioespacial, permitindo-lhe acesso a toda infraestrutura que possibilitará que se desenvolva com liberdade. Apontamos “liberdade” como elemento necessário para obter a realização dos direitos que deveriam ser usufruídos por todos os cidadãos, sendo os direitos civis, que abrangem liberdade pessoal, propriedade, livre circulação; os direitos políticos, relacionados ao direito de reunião, de associação, de expressão, de participação, etc.; e os direitos sociais, ou seja, de proteção social e de inserção.

1.4 Agentes sociais que influenciam nos processos de T-D-R e na concretização dos territórios de exclusão

Habitação é uma necessidade básica para o homem, além de outras, entretanto é esta que nos dá “[...] uma visão precisa sobre o modo de vida urbano, o local de moradia é associado ao preço da terra. Este será determinado pelo jogo do mercado e apoiado nos valores criados e veiculados pela sociedade.” (CARLOS, 1992, p.79) Entram em cena, então, os atores transformadores do espaço, aqueles que irão contribuir para a formação e alteração deste. Estes agentes (o Estado, os proprietários imobiliários, fundiários, e dos meios de produção) influenciam na estrutura social, espacial e econômica, alterando sempre o ambiente construído e o ambiente a ser construído urbanisticamente. As ações deles estão sempre relacionadas à dinâmica da acumulação de capital, ao conflito de classe e à necessidade de cada vez mais modificar a reprodução do espaço e alterar a representação da produção capitalista.

O espaço urbano capitalista [...] é um produto social, cheio de símbolos, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São os agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. (CORRÊA, 1989, p.11)

São estas dinâmicas que proporcionam a ‘política’ de atuação destes atores na sociedade. Alguns determinam o uso e valor da terra, as mudanças locacionais e as transgressões de acordos segundo o interesse daqueles que dominam. Outros são obrigados a servir ao sistema capitalista, se deslocando para os locais que lhe são impostos ou para aquele

espaço que não apresenta alto valor fundiário. Os primeiros seriam os proprietários fundiários, imobiliários, dos meios de produção e o Estado, enquanto que os segundos tratam dos grupos sociais considerados excluídos na sociedade (COHABs, loteamentos populares, favelas e cortiços).

1.4.1 O Estado

Raffestin (1980, p. 22-23) destaca que “[...] o Estado existe quando uma população instalada num território exerce a própria soberania. [...] Portanto, três sinais são mobilizados para caracterizar o Estado: a população, o território e a autoridade.” Contudo a influência que este ator tem na transformação do espaço urbano nos permite dizer que influenciará em todos os processos nos quais estejam relacionados quaisquer dos outros agentes sociais.

Dentre os três níveis político-administrativos: federal, estadual e municipal, destacamos este último, pois é possível averiguarmos, na cidade, que nesta os interesses relacionados à classe dominante se tornam cada vez mais evidentes e os discursos cada vez menos eficazes. A grande influência do Estado permite-lhe controlar todas as alterações no espaço urbano, dispondo de diversos instrumentos que devem ser planejados e delimitados a partir do Plano Diretor²⁴ da cidade, dentre estes, citamos: regulamentação do uso do solo; investimento público na produção do espaço; créditos para habitações; regulamentação do sistema viário; proteção ambiental; etc. Corrêa (1989, p. 14) afirma que caberá ao Estado “[...] realizar desapropriações de terras, instalação de infraestrutura necessária às suas atividades e a criação de facilidades com a construção de casas baratas para a força de trabalho.”

Temos então o Estado capitalista como ator principal para a formação da estrutura territorial da cidade. Este tem poder de intervir na ação de todos os outros agentes produtores do espaço. Atua em ‘parceria’ com as classes dominantes, geralmente, não está em acordo com os princípios políticos, econômicos e sociais, nos quais deveria prevalecer a ideia de igualdade e tampouco está a favor da classe menos favorecida. Por esta razão, é peça central para a realização de áreas consideradas segregadas espacialmente no meio urbano. Corrêa (1989, p. 26) frisa que “[...] os diferenciais de imposto territorial e predial são um forte fator discriminante, afetando o preço da terra e dos imóveis e, como consequência, incidindo na

²⁴ De acordo com a Constituição Federal de 1988 todos os municípios com mais de 20 mil habitantes são obrigados a realizar o Plano Diretor da cidade.

segregação social [...]”, alega ainda que o Estado também proporciona segregação residencial “[...] através da alocação espacialmente diferenciada dos equipamentos de consumo coletivo.”

Quiçá, é o responsável ainda pelo duplo sentido da palavra ‘periferia’, sendo, por um lado, relacionada ao prolongamento horizontal citadino e, por outro lado, estigma da condição precária de vida de alguns que, por não terem *status*, estão à mercê da sociedade.

1.4.2 Os Proprietários Fundiários

O principal interesse destes atores são os valores de troca da terra, querem somente extrair o máximo de renda fundiária²⁵ de propriedades comerciais e residenciais. Estes proprietários são os maiores responsáveis pela transformação da área rural em área urbana, pois precisam obter demanda de terrenos e edificações, não importa se estes serão para construções comerciais, industriais ou residenciais. Entretanto, com esta atividade alteram tanto as dimensões espaciais urbanas, horizontal e verticalmente, quanto colaboram para o acréscimo demográfico nas cidades.

Em relação à demanda de terras, em especial, para habitações, Corrêa (1989, p.17) informa que dependerá “[...] do aparecimento de novas camadas sociais, oriundas em parte de fluxos migratórios e que detêm nível de renda que as torna capacitadas a participar do mercado de terras e habitações”, bem como da política do Estado em relação à reprodução do capital, em relação à ideologia da casa própria. Contribuem para a implantação de infraestrutura próxima das áreas onde têm terras para comercializar. Fazem isto pressionando o Estado (o poder público), pois necessitam valorizar o seu produto e conseqüentemente obter maiores lucros.

Tanto Corrêa (1989) quanto Eliseu Spósito (2008) ressaltam que, além da instalação de infraestrutura, outros fatores podem contribuir para a valoração do produto ‘terra’, sendo estes as “externalidades”, isto é, o fato do terreno a ser vendido estar próximo de áreas verdes, ou com vista para o mar, ou próximo a parques, a centros comerciais, dentre outros. Estes fatores permitiram a formação de bairros diferenciados e, certamente, com preços

²⁵ “[...] refere-se à capacidade que as pessoas têm de se apropriar, sob a forma de dinheiro, de tudo que é produzido. A renda pode ser absoluta (aquela definida pela existência da propriedade particular da terra), diferencial (caracterizada pelas características da propriedade, desde a fertilidade do solo até sua localização, quando se trata da cidade) ou de monopólio (definida pela capacidade que algumas pessoas têm de pagar por produtos pouco oferecidos no mercado).” (SPÓSITO, E.S., 2008, p.24).

diferenciados. Por outro lado, a falta de infraestrutura e fatores externos, como áreas alagadiças, próximas de lixões, favelas, esgotos, etc., proporcionaram a desvalorização fundiária.

Destacamos que a partir destas observações o espaço urbano poderá conter periferias relacionadas ao *status* ou ao popular. Entretanto, como a imagem de periferia atualmente contém sentido pejorativo, os bairros situados na periferia urbana, onde os residentes apresentam boas condições financeiras, não mais são considerados periféricos por questão de *status*. A ideia que prevalece, nos dias atuais, está relacionada à segregação socioespacial. Ela deixou de somente estar distante da área central da cidade e passou a ser caracterizada por loteamentos populares e favelas, contendo o mínimo ou nenhuma infraestrutura, isto porque a população desses territórios apresenta baixo poder aquisitivo.

1.4.3 Os Proprietários dos Meios de Produção

Os agentes que aqui se enquadram são aqueles donos de empresas comerciais e/ou grandes proprietários industriais. Para estes, a terra apresenta dois sentidos: primeiro, é o suporte físico para seus investimentos e atividades; e segundo, é onde divulgam as condições locais específicas.

A relação entre estes atores sociais e a terra é sempre especulativa, entretanto a especulação fundiária é de interesse maior dos promotores fundiários, e por sua vez do Estado. Em relação à especulação fundiária, Corrêa (1989) afirma que esta não é “[...] de interesse dos proprietários dos meios de produção. Interessa, [...] aos proprietários fundiários: a retenção de terras cria uma escassez de oferta e o aumento de preço, possibilitando-lhes ampliar a renda da terra. Esta prática gera conflito entre proprietários industriais e fundiário” (1989, p.14).

Este conflito entre proprietários dos meios de produção e os proprietários fundiários acerca do valor da terra provavelmente será apaziguado através da intervenção do Estado. Este, na tentativa de resolver o conflito, certamente irá propor aos donos de empresas e/ou indústrias outros atrativos, de maneira que o valor da terra não seja um empecilho para a realização das atividades relacionadas ao setor secundário da economia na cidade.

1.4.4 Os Promotores Imobiliários

Estes atores são aqueles que realizam a tarefa de oferecer compra e venda de imóveis nas diversas regiões da cidade. Corrêa (1989, p. 21) destaca que os promotores imobiliários se atêm a “[...] produzir habitações com inovações, como valor de uso superior às antigas, obtendo-se, portanto, um preço de venda cada vez maior, o que amplia a exclusão das camadas populares.”

Em primeiro lugar, vislumbram a produção de moradias para a demanda solvável, conforme ressalta Corrêa. Por outro lado, apesar de não ser de interesse destes agentes atenderem a população de menor renda, procuram ‘suporte’ no Estado para atender a população não-solvável. Alguns órgãos foram criados com este interesse como, por exemplo, Banco Nacional de Habitação (BNH) e Cooperativas de Habitação (COHAB), bem como mecanismos para fins financeiros e jurídicos como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O Estado em parceria com estes atores proporciona a construção de casas populares nas quais irão habitar os considerados grupos sociais excluídos da sociedade.

É importante frisar que a atuação destes agentes no espaço urbano colabora para a criação e concretização de áreas consideradas segregadas espacialmente. De um lado tem-se a grande valorização de áreas apreciadas como nobres e, por outro lado, os loteamentos populares, os conjuntos habitacionais populares e as favelas apresentando o mínimo de infraestrutura e pouco ou nenhum valor imobiliário.

1.4.5 Os Grupos Sociais Excluídos

Os grupos sociais excluídos ficam à mercê de toda esta estrutura regida por aqueles que têm o ‘poder’. Contudo a atuação destes atores se dá em conjunto, ou seja, estão sempre presentes nos processos de modificações territoriais, desde a construção de áreas residenciais, comerciais a áreas industriais.

Os grupos sociais excluídos são representados por aqueles que não possuem poder aquisitivo (os não-solváveis) para residir em locais situados nas áreas de maior valor imobiliário, contudo procuram por melhores condições e qualidade de vida e, principalmente, por moradia. Eliseu Spósito (2008, p. 27) ressalta que o acesso à moradia é dificultado por

causa das condições da cidade capitalista, entretanto “[...] a casa é, em grande parte, produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos em relação à cidade mais densamente ocupada ou até mesmo a loteamentos clandestinos localizados, no extremo, em áreas públicas ou de proteção ambiental.” Afirma ainda que estes agentes sempre vão lutar pelo direito de acesso à cidade, pois mesmo que habitem nela não o têm por completo.

CAPÍTULO 2 - O ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE MONTES CLAROS

Pensar no Processo T-D-R do Conjunto Habitacional Chiquinho Guimarães implica conhecer primeiramente o espaço no qual está inserido. Assim, neste capítulo, apresentaremos o espaço urbano de Montes Claros com destaque para as modificações/transformações pelas quais passou a cidade e a influência dos atores que alteram este espaço. Para tanto, abordaremos brevemente a mesorregião do Norte de Minas na qual está inserida a microrregião de Montes Claros.

Haesbaert (2007, p. 143) destaca que por mais que se adote uma “[...] conceituação genérica de território, ligada à idéia de controle social do movimento no e pelo espaço [...], esse tipo de controle deve ser sempre histórica e geograficamente contextualizado, ou seja, deve ser visto em sua especificidade espaço-temporal.” Portanto, apresentaremos um breve levantamento de informações sobre a cidade de Montes Claros, entre as décadas de 1970 e 1980, no intuito de compreender o “como” e o “porquê” da implantação de lotes urbanizados na década de 1980.

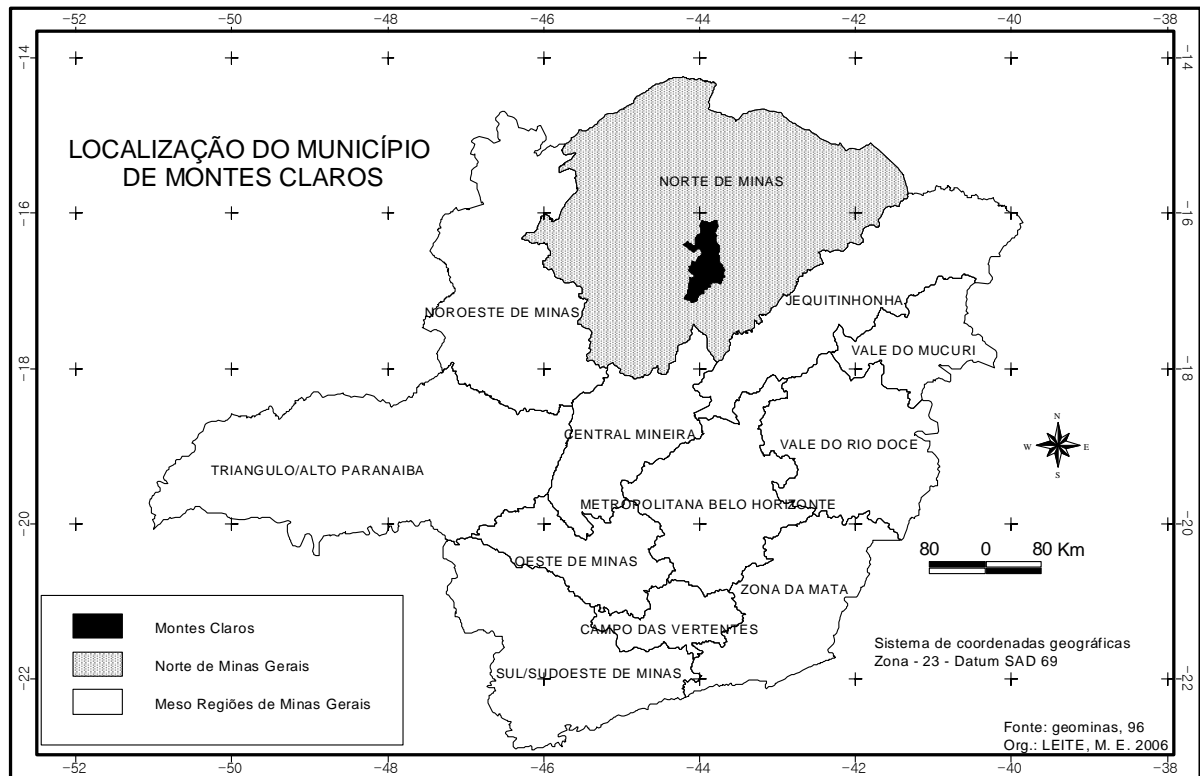
Discorreremos acerca da periferia urbana montesclarenses, enfatizando principalmente os atores sociais excluídos: favelas, conjuntos habitacionais e loteamentos populares.

Para o desenvolvimento deste capítulo, nos embasamos, dentre outros, nos seguintes autores: Ana Fani Alessandri Carlos, Maria Encarnação Beltrão Spósito, Osvaldo Bueno Amorim Filho, Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Eliseu Savério Spósito, Beatriz Maria Soares Pontes, Anete Marília Pereira, Marcos Esdras Leite e Maria Ivete Soares de Almeida.

2.1 A mesorregião do Norte de Minas

A Mesorregião do Norte de Minas abrange uma área de 128.602 km² do Estado de Minas Gerais, na Região Sudeste do Brasil. Este é o quarto estado da Federação em extensão territorial, aproximadamente 588 mil km². Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística – IBGE, Minas Gerais apresentava, no ano 2000, mais de 17 milhões de habitantes. O estado é formado por 12 Mesorregiões: Noroeste de Minas, Triângulo/Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Oeste de Minas, Campo das Vertentes, Sul/Sudoeste, Zona da Mata, Vale do Rio Doce, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas (Mapa 1).



MAPA 1 – Localização do município de Montes Claros
 Org.: LEITE, M. E. 2006.

De acordo com o IBGE, a população da Mesorregião Norte de Minas no ano 2000 era de aproximadamente 1.473.367 habitantes. A mesorregião localiza-se em uma área de transição ambiental, sendo encontradas características de caatinga e cerrado. É subdividida em 07 (sete) microrregiões contendo 89 (oitenta e nove) municípios, apresentados no Quadro 2.

MICRORREGIÕES DO NORTE DE MINAS	MUNICÍPIOS
BOCAIUVA	Bocaiuva, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Guaraciama, Olhos-d'Água.
MONTES CLAROS	Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéias, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Glaucilândia, Ibiracatu, Japonvar, Juramento, Lontra, Luislândia, Mirabela, Montes Claros, Patis, Ponto Chique, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, Ubaí, Varzelândia, Verdelândia.
JANUÁRIA	Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Icarai de Minas, Itacarambi, Januária, Juvenília, Manga, Matias Cardoso, Miravânia, Montalvânia, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, São Francisco, São João das Missões, Urucua.
JANAÚBA	Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Mamonas, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas.
SALINAS	Águas Vermelhas, Berizal, Cural de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso, Taiobeiras, Vargem Grande do Rio Pardo.
PIRAPORA	Buritizeiro, Ibiaí, Jequitaiá, Lagoa dos Patos, Lassance, Pirapora, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Romão, Várzea da Palma.
GRÃO MOGOL	Botumirim, Cristália, Grão Mogol, Itacambira, Josenópolis, Padre Carvalho.

QUADRO 2 - Microrregiões e municípios que compõem a Mesorregião do Norte de Minas

Fonte: IBGE, 2008.

Conforme destacam Pereira e Leite (2008), a mesorregião do Norte de Minas é uma das regiões com menor índice de desenvolvimento socioeconômico, representando uma zona de fronteira entre o Sudeste e o Nordeste, “[...] individualiza-se tanto pelos seus aspectos fisiográficos (zona de transição cerrado/caatinga) como pelos seus baixos indicadores socioeconômicos” (2008, p. 28).

É uma região marcada por muita pobreza, mas também há nichos de riqueza, vive na modernidade e no tradicionalismo, pois o povo mantém suas tradições, festas e

comemorações. Por apresentar características de pobreza e clima tendendo à semiaridez, aproxima-se mais da Região Nordeste Brasileira do que da Região Sudeste. Este foi um dos motivos que permitiu que fosse inserida na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE²⁶. Esta instituição foi criada em 1959, no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), tendo como principal objetivo promover o desenvolvimento incluído em sua área de atuação, bem como a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

Como na época da sua criação dominava a idéia de que a industrialização era a chave do desenvolvimento, o setor secundário foi a preocupação básica dessa autarquia. Essa ainda era a filosofia predominante em 1963, quando ocorre a inclusão do Norte de Minas na SUDENE, que usou o mecanismo dos subsídios para atrair capital para a região, a ser aplicado, principalmente, na industrialização. (PEREIRA; LEITE, 2008, p.46)

Afirmam ainda que Montes Claros foi a cidade mineira que mais atraiu investimentos, isto por causa da sua localização geográfica, situada como centro regional e por possuir boa infraestrutura. A industrialização advinda para esta cidade através do processo de desenvolvimento proporcionado pela referida superintendência colaborou para que houvesse diversas mudanças socioespaciais, isto é, alterações tanto em relação ao modo de vida da população quanto em relação à dinâmica espacial de Montes Claros.

2.2 O espaço intraurbano da cidade de Montes Claros

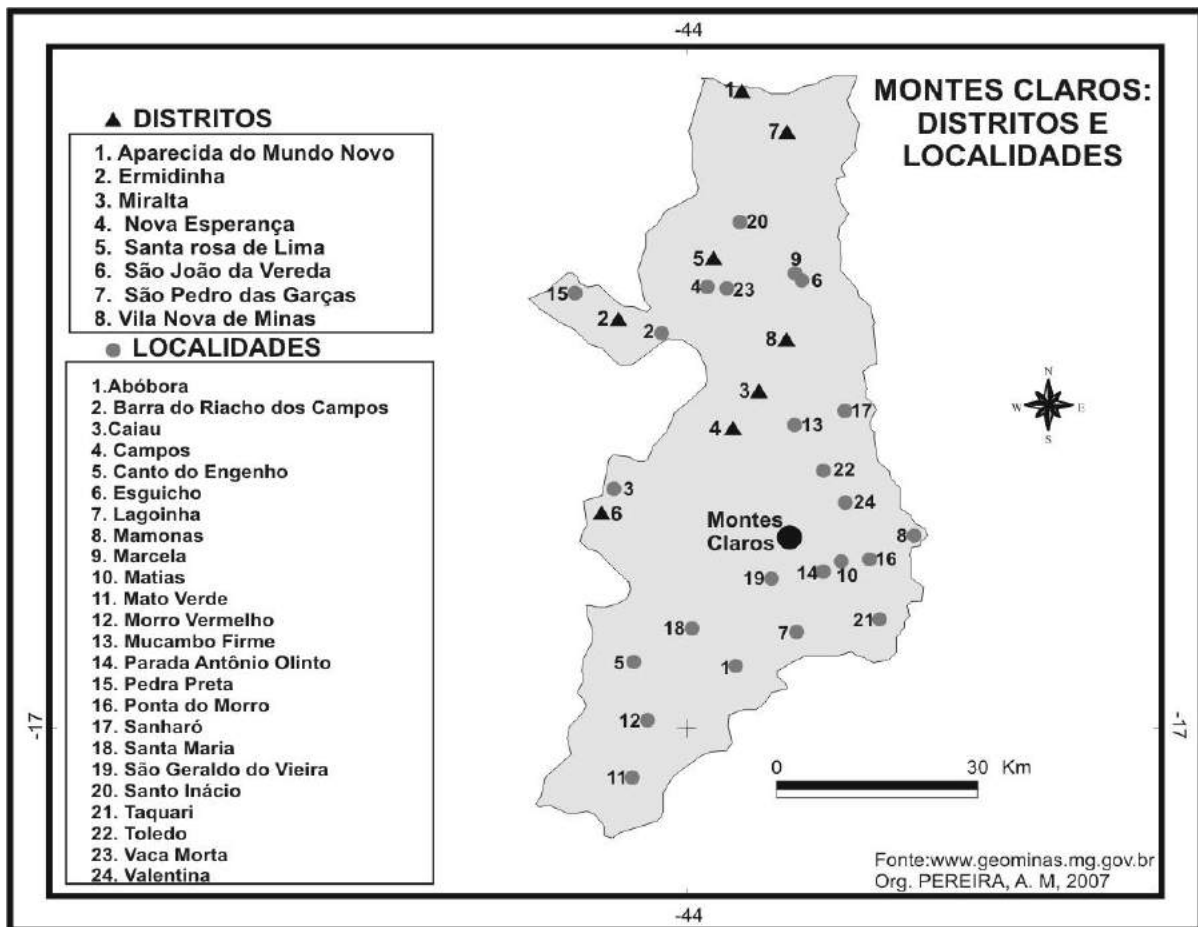
Montes Claros corresponde a um dos 853 municípios que compõem o Estado e a um dos 89 (oitenta e nove) municípios que compõem a mesorregião Norte de Minas. Destaca-se

²⁶ A SUDENE foi extinta em 2001 através de uma Medida Provisória do Governo Federal, sob evidências de inúmeras fraudes no uso de recursos públicos. No seu lugar foi criada, em novos moldes, a Agência para Desenvolvimento do Nordeste – ADENE (PEREIRA; SOARES, 2005c) apresentando uma área de abrangência maior do que a da antiga SUDENE. De acordo com a Portaria nº 89, publicada no Diário Oficial da União em 17 de março de 2005, foram incluídos, à área de abrangência da nova região do semiárido nordestino, os municípios do Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri do Estado de Minas Gerais e outros municípios do Estado do Espírito Santo. Na mesorregião do Norte de Minas apenas três municípios não fazem parte da área mineira da SUDENE, são eles: Santa Fé de Minas, São Romão e Riachinho, municípios situados na Microrregião de Pirapora. Através da Lei Complementar nº 125 de 13 de janeiro de 2007, a SUDENE é novamente instituída. Conforme o art. 3º da referida Lei, esta superintendência: “[...] tem por finalidade promover o desenvolvimento incluído e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional da economia nacional e internacional.”

por ser aquele que contém o centro urbano mais desenvolvido. Está situada entre as coordenadas geográficas de 16°04'57" e 17°08'41" de Latitude Sul e 43°41'56" e 44°13'1" de Longitude Oeste, apresentando uma área de 3.582 km², encontra-se a 418²⁷ km de distância da capital mineira, Belo Horizonte (BH).

Situa-se na Depressão Sanfranciscana, na bacia hidrográfica do Rio Verde Grande, numa altitude média de 638m. O clima que predomina na cidade é o Tropical Semiúmido, caracterizado por verão quente e chuvoso e inverno frio e seco. A vegetação que prevalece é o cerrado (caducifólio e subcaducifólio), mas há, mesmo que pouca, a influência da caatinga ao norte. Sua hidrografia apresenta rios, córregos e lagoas. Os principais cursos de água que drenam o município são: Rio Verde Grande, Rio São Lamberto, Rio Pacuí e o Rio Riachão.

O município apresenta oito distritos e vinte e quatro localidades rurais de grande importância hortifrutigranjeira, responsáveis pelo abastecimento da cidade (Mapa 2).



MAPA 2 - Montes Claros: Distritos e Localidades
Org.: PEREIRA, A. M., 2008

²⁷ De acordo com o Departamento Nacional de Infra-estrutura e transporte do Ministério do Transporte, “[...] a distância entre duas cidades é medida de centro a centro.” Disponível em < <http://www1.dnit.gov.br/index.asp> >, acesso em janeiro de 2009.

Com a inserção na área de abrangência da SUDENE, em 1970, o município viveu um crescimento ‘desordenado’ e fragmentado, pois o aumento proporcional de habitantes no meio urbano possibilitou ampliação das desigualdades socioeconômicas entre a população montesclarenses. O acréscimo das desigualdades socioeconômicas, o crescimento horizontal e o crescimento vertical da cidade colaboraram para o surgimento e/ou a ampliação de grupos sociais excluídos neste território, em especial as favelas, os conjuntos habitacionais e os loteamentos populares.

A cidade é um espaço funcional de produção, moradia, lazer e consumo, portanto, as classes de uso do solo estão associadas às funções urbanas: residir, trabalhar, circular e recrear. Se o espaço urbano reflete a própria sociedade que o gerou, o solo é ocupado e organizado conforme fatores históricos, econômicos, políticos, sociais e geográficos. (PEREIRA; LEITE, 2008, p. 82)

De acordo com o IBGE, o município apresentou crescimento demográfico de mais de 300% em quarenta anos, dos anos de 1960 a 2000 (Tabela 1). Por esta razão havia necessidade de ‘ordenar’ o território, principalmente o espaço intraurbano. O crescimento e o desenvolvimento da cidade aconteciam rapidamente.

TABELA 1 - Crescimento demográfico do município de Montes Claros por décadas

Década	Quantidade total de habitantes	Taxa de Urbanização
1960	102.117	42,00%
1970	116.486	73,10%
1980	177.558	87,60%
1990	281.542	91,08%
2000	306.947	94,21%
2008*	358.271	-

* Estimativa de população para 2008, não há estimativa para o percentual da taxa de urbanização.

Fonte: IBGE, Disponível em <www.ibge.gov.br>, acesso em outubro de 2008.

De acordo com a Tabela 1, Montes Claros apresentava em 1960 uma taxa de urbanização de 42%; dez anos depois, residiam na área urbana 73,1%; de 1970 a 1980 esta taxa cresceu mais 14,5%; em 1990 a população urbana correspondia a 91,08% da população montesclarenses, em 2000, atingia 94,21%. Esse aumento populacional da cidade se deu por razão do anseio a melhores condições de vida, sendo atraídos por diversos fatores: emprego, saúde, educação, moradia e infraestrutura. Além destes desejos que certamente contribuíram

para os processos migratórios e o êxodo rural, ambos principalmente intermunicipais, houve ainda a expulsão do homem do campo, caracterizada pela modernização, pela Legislação Rural²⁸, dentre outros fatores.

Em 1970 a cidade já era considerada como ‘Cidade Média’, sendo o polo regional do Norte de Minas Gerais. Destacamos que não há um conceito específico de Cidade Média, parece mais parte de uma classificação hierárquica da rede urbana, na qual se destacam: metrópole nacional, metrópole regional, cidades grandes, cidades médias, etc. Alguns autores como Pereira e Leite (2005d, 2008) e Pontes (2001) corroboram a ideia proposta por Eliseu Spósito (2008, p.22), o qual afirma que cidade média existe “[...] mas ninguém ainda a definiu verdadeiramente.”

Pontes (2001) ressalta que as cidades médias atravessaram, nos últimos anos, substanciais alterações em face da implantação de novos serviços (de logística, de turismo, de informação, de transporte, de educação e de comunicação). Destaca que estas cidades oferecem melhores condições e qualidade de vida em relação a outras, por esta razão surgem como alternativa de moradia. Anete Pereira enfatiza que a acepção de Cidade Média:

[...] tem por base as funções urbanas da cidade, relacionadas, sobretudo, aos níveis de consumo e ao comando da produção regional nos seus aspectos técnicos. Já não é mais um centro no meio da hierarquia urbana, mas, sim, uma cidade com capacidade para participar de relações que se estabelecem nos sistemas urbanos nacionais e internacionais. Os estudos sobre essas cidades devem estar calcados numa concepção, em rede, da cidade e da região, numa perspectiva que priorize, mais que a dimensão demográfica, o modo como a cidade média articula as suas relações com os demais componentes do sistema urbano. (2005d, s/p.)

Partindo destes pressupostos optamos por utilizar a referência a Montes Claros como Cidade Média a partir dos seguintes elementos: a) demográfico, pois apresenta em seu quantitativo populacional entre 100 mil e 500 mil habitantes; b) funcional, pois oferece considerável importância em relação às suas funcionalidades para a mesorregião norte-mineira, destacando-se como centro educacional regional e como uma área que oferece maiores possibilidades de emprego; c) divisão territorial do trabalho, por envolver todos os setores da economia (primário, secundário e terciário); e d) qualidade de vida, pois apresenta a ampliação dos setores relacionados à infraestrutura (água tratada, energia elétrica, coleta de lixo, dentre outros).

²⁸ Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008. Disponível em <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2008/11718.htm>>. Acesso em março de 2009.

A cidade de Montes Claros surge como centro regional que comanda as áreas do seu entorno e os municípios com menor diversidade de funções. Abriga fluxos regulares de mercadorias, pessoas, informação, interagindo com a capital estadual (que a polariza) e com municípios vizinhos. Além de seu papel como centro do comércio regional, é também receptáculo de migrações, o que tem gerado significativas alterações no espaço intra-urbano, a exemplo da ocupação desordenada do solo urbano, da degradação ambiental, dos processos de segregação socioespacial e da pobreza. [...] Montes Claros com os municípios de sua área de polarização, merecem destaque, por ordem de prioridade, os serviços de saúde, o comércio de veículos e peças automotivas, o comércio em geral, o ensino superior e o lazer. (PEREIRA; LEITE, 2008, p.21-22)

A partir da década de 1980, ocorre o surgimento de territórios diversificados no espaço urbano montesclarenses, desde territórios planejados como os Conjuntos habitacionais e/ou loteamentos populares a territórios invadidos por famílias de baixa renda, como: a favela situada na Cidade Distrito Industrial, conhecida como “Coberta Suja”, a favela Chiquinho Guimarães, Rua da Prata, dentre outros. Essa expansão ‘ordenada’ por um lado e ‘desordenada’ por outro contribuiu, e muito, para o crescimento horizontal da cidade, expandindo cada vez mais a periferia urbana. Santos (2002, p. 16) afirma que “[...] as horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial.” A horizontalidade quando realizada de maneira não planejada contribui para que a população local tenha cada vez menos um desenvolvimento social apropriado.

Com a fragmentação do espaço urbano há necessidade de o poder público levar cada vez mais o desenvolvimento às áreas periféricas da cidade. Este desenvolvimento se dá não somente revitalizando favelas, implantando COHABs e/ou criando loteamentos populares, mas também permitindo aos moradores: habitações regularizadas; infraestrutura básica; transporte; lazer; saúde; educação; renda; dentre outros.

A territorialização da cidade de Montes Claros foi desenvolvida, principalmente, a partir da década de 1970, trazendo consigo um dos principais problemas urbanos: o aumento da pobreza na cidade. Tal aumento figura como consequência proveniente, especialmente, da migração relacionada ao desenvolvimento nos setores da economia (secundário e terciário) após a implantação das indústrias advindas com a SUDENE. Contudo, para compreender o espaço urbano a partir da reprodução da sociedade:

[...] significa pensar o homem enquanto ser individual e social no seu cotidiano, no seu modo de vida, de agir e de pensar. Significa pensar o processo de produção do

humano num contexto mais amplo, aquele da produção da história de como os homens produziram e produzem as condições materiais de sua existência e do modo como concebem as possibilidades de mudanças. (CARLOS, 1992, p. 70)

Realçamos que o urbano não está relacionado aqui somente à ideia de cidade, como produção e consumo de bens, acúmulo de capital e concentração populacional, mas também à ideia de relações sociais. Carlos (1992, p. 71) destaca que o espaço urbano que abordamos nos dias de hoje “[...] é produzido através das aspirações e necessidades de uma sociedade de classes”, no qual os interesses desta sociedade transformam este espaço num verdadeiro campo de luta em que prevalece a vontade daqueles que fazem a política.

O espaço urbano é repleto de contradições, desenvolvidas a partir das desigualdades das relações sociais que proporcionaram conflitos inevitáveis. O modo de vida atualmente é interdependente do capital que se produz, há ligações a todo instante com este, desde a escolha do local para morar, aos pontos de compras, sempre haverá uma relação financeira. Entretanto, as desigualdades socioeconômicas se tornam cada vez mais perceptíveis e diversos fatores irão retratar as diferenças, em sua grande maioria relacionadas a classe social: o bairro onde habita; o tamanho do lote e/ou da casa; o material utilizado para construção; etc.

Um dos vários problemas oriundos destes fatores é a segregação²⁹ espacial. Pereira e Leite (2008, p. 154) explicam que este tipo de segregação pode estar relacionada ao mercado, o qual determina a distribuição das classes no meio urbano “[...] segundo os ditamos do mercado imobiliário, ou a cidade sendo submetida ao valor de troca, ao mundo da mercadoria ou numa visão institucional, analisada como uma diferenciação espacial instituída pelas normas legais.”

Concordamos com estes autores quando afirmam que a cidade de Montes Claros está se tornando num espaço cada vez mais contraditório e complexo. Com sua configuração territorial ‘fragmentada’ percebemos que há desigualdades sociais por todo espaço urbano. A segregação espacial nesta cidade se apresenta de duas maneiras: primeiro, a autosegregação, diz-se daqueles que decidem/que optam por procurar sossego em áreas mais afastadas da região central, em lugares menos violentos, menos barulhentos, enfim, refere-se àqueles que vivem na região periférica urbana por opção, por escolha, compreende a classe dominante; segundo, a segregação imposta, trata daquela parte da população que não tem opções de onde e como morar ou, se as tem, estas são mínimas. Normalmente é retratada nos loteamentos

²⁹ Segregação “[...] é o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área espacial definida, em um gueto.” (MARCUSE, 2004, p.24).

populares, nos conjuntos habitacionais e nas favelas, locais geralmente situados na periferia urbana que têm como habitantes pessoas de baixo poder aquisitivo, a classe ‘dominada’.

A segregação espacial traz consigo o sentimento de exclusão. Os autores Ramires e Santos (2001, p.73-74) indicam que o tema exclusão social restringe o desenvolvimento socioespacial nas cidades brasileiras, arruinando a imagem do ser humano por situá-lo numa posição subumana. Em seus pressupostos destacam que “[...] não existe apenas a exclusão social, sendo possível destacar a exclusão econômica, cultural e étnica [e espacial] que não se apresentam de forma igual e homogênea no espaço.” O que pode ser percebido ao observarmos o surgimento e o desenvolvimento de territórios diversificados em zonas urbanas do município de Montes Claros, por exemplo, com a periferação da cidade, o que acarreta em aumento dos agentes sociais excluídos nesta sociedade.

2.3 A periferia intraurbana montesclareense

Na cidade de Montes Claros, a dinâmica de urbanização por expansão de periferias produziu um ambiente urbano segregado e altamente degradado, com graves conseqüências para a qualidade de vida de seus habitantes. Excluída do direito de morar em lugares mais adequados pelo alto valor do solo, a população considerada pobre passa a ocupar espaços impróprios para habitação, como por exemplo, áreas de encostas, proximidades de rodovias, área de proteção aos mananciais e margens dos cursos d’água. (PEREIRA; LEITE, 2008, p. 186)

A valorização do solo urbano situado próximo à região central ou em locais onde se encontra adjacente à área industrial ou à área comercial contribui para que a população que migra para a cidade à procura de melhores condições de vida – seja da zona rural, seja de outro município – se aloje em lugares sempre mais distantes destas áreas. O crescimento horizontal do espaço urbano se torna então cada vez mais perceptível, caracterizado por periferias cada vez mais distantes das regiões que apresentam alto valor imobiliário.

O espaço intraurbano montesclareense atualmente está relacionado a padrões de desigualdades. Montes Claros, apesar de apresentar, por um lado, o centro urbano mais importante da região Norte-Mineira, por outro lado:

[...] gera crescimento desordenado, falta de saneamento básico em bairros da periferia, proliferação de favelas, falta de empregos, crescimento do comércio

informal, poluição dos rios, poluição visual, deficiência na limpeza urbana e na coleta de lixo, carência de áreas verdes, principalmente em bairros de população menos privilegiada financeiramente, onde predomina um alto índice de desinformação a respeito da cidadania. (PEREIRA; LEITE, 2004, p. 57)

O desenvolvimento nas áreas periféricas da cidade deveria ser composto por toda infraestrutura necessária para que a população local pudesse viver em condições dignas e humanas (escola, energia elétrica, água tratada, esgoto, posto de saúde, área de lazer, etc.), para que a população pudesse obter o desenvolvimento social. A formação destas áreas contribuiria para a redução de moradias indevidas e para redução das condições subumanas da população, o que implica dizer que esses problemas são ocasionados por invasões de lotes urbanos abandonados. Mesmo os territórios populares planejados e implantados pelo Estado, que deveriam obter toda infraestrutura básica, nem sempre são assim constituídos, o que pode ser observado ao analisar os loteamentos populares e os conjuntos habitacionais da cidade.

No caso de Montes Claros, verifica-se a expansão de atividades urbanas instáveis e precárias, como a informalidade do setor de serviços e a favelização alterando a paisagem urbana. Essa cidade expressa, na atualidade, as profundas desigualdades existentes na sociedade brasileira, simbolizando não mais apenas a modernização, o lado avançado de uma região pobre, mas também, a marginalidade, a segregação socioespacial, a degradação ambiental e a violência. (PEREIRA; SOARES, 2005c, s/p.)

Pereira e Leite (2008, p. 156) ressaltam que, no espaço urbano montesclareense “[...] a periferização das classes populares reflete a fragmentação socioespacial e a conseqüente exclusão dos benefícios urbanos das camadas menos favorecidas da população.” Nesta, os atores que constituem os grupos sociais excluídos se encontram, em sua grande maioria, espalhados na periferia urbana. Contudo há dois tipos de periferias em Montes Claros: “[...] uma pobre, carente de infraestrutura, de desenvolvimento humano e renda, sendo essas predominantes na periferia da cidade, e outra, a periferia oeste, que se apresenta bem dotada de infraestrutura e com alto índice de condição de vida” (PEREIRA; LEITE, 2008, p. 179), retratadas nos condomínios situados no bairro Ibituruna, sendo estes: o Portal das Aroeiras, o Portal da Serra e o Portal das Acácias.

Esta diferenciação pode ser percebida ao nos depararmos com os condomínios sendo construídos cada vez mais distantes das áreas comerciais e central da cidade. Entretanto, neste caso, não se usa o termo periferia. O termo periferia é relacionado aos loteamentos populares, aos conjuntos habitacionais e às favelas.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, em 2000, 20% da população montesclarenses possuíam 66,02% de toda renda da cidade. Apenas 33,98% pertenciam aos outros 80% dos habitantes. Por outro lado, de acordo com o censo realizado pelo IBGE no mesmo ano, na cidade de Montes Claros havia uma intensidade de pobreza de 42%.

A fragmentação do espaço urbano desta cidade contribui, cada vez mais, para a formação de áreas que sofrerão segregação, seja ela social, espacial ou residencial. Frisamos que estas segregações, principalmente a espacial/residencial, estão relacionadas ao valor que possuem no mercado, valor de uso e valor de troca, ficando à mercê do sistema capitalista e a sua mercadoria, a terra urbana. Deste modo, a intervenção do Estado direta ou indireta é imprescindível. Segundo Corrêa (1989, p. 63), quando esta intervenção ocorre de maneira indireta, se faz “através do financiamento aos consumidores e às firmas construtoras”, porém, quando é direta, advém das construções de habitações populares. Contudo, não somente o Estado terá responsabilidade em relação ao surgimento de áreas ‘separadas/segregadas’ na sociedade, como também todos os outros agentes sociais.

Acreditamos que a formação de um espaço definido e esquematizado em território, pensado de maneira que traga desenvolvimento social, permitirá o “desenvolvimento social” neste. Mas, normalmente não é isto o que acontece. Surgem os loteamentos populares caracterizados por pouca infraestrutura, os loteamentos clandestinos ou irregulares, as invasões de terrenos públicos ou privados sem qualquer infraestrutura. Pejorativamente denominados de ‘periferia urbana’.

2.3.1 O Território: A Favela

Favela é um território caracterizado por habitações indevidas construídas toscamente em áreas invadidas, normalmente de baixo valor fundiário e com pouca ou nenhuma infraestrutura. Para o IBGE³⁰, favela é uma “[...] área de habitações irregularmente construídas, sem arruamento, sem plano urbano, sem infraestrutura. A favela é como local da carência”, é um território considerado como espaço habitado que padece de diversos tipos de

³⁰ Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 20/08/2006.

exclusões, principalmente, a exclusão social, além de ser considerado como um produto da segregação espacial, não obtém qualquer planejamento e infraestrutura em sua implantação, barracos ou casas construídas desordenadamente, com materiais precários, como lona, papelão, metal, madeira, etc. ou seja, é onde se encontram habitações que "[...] ocupam terrenos de propriedade alheia, dispostos de forma desordenada e densa e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais".

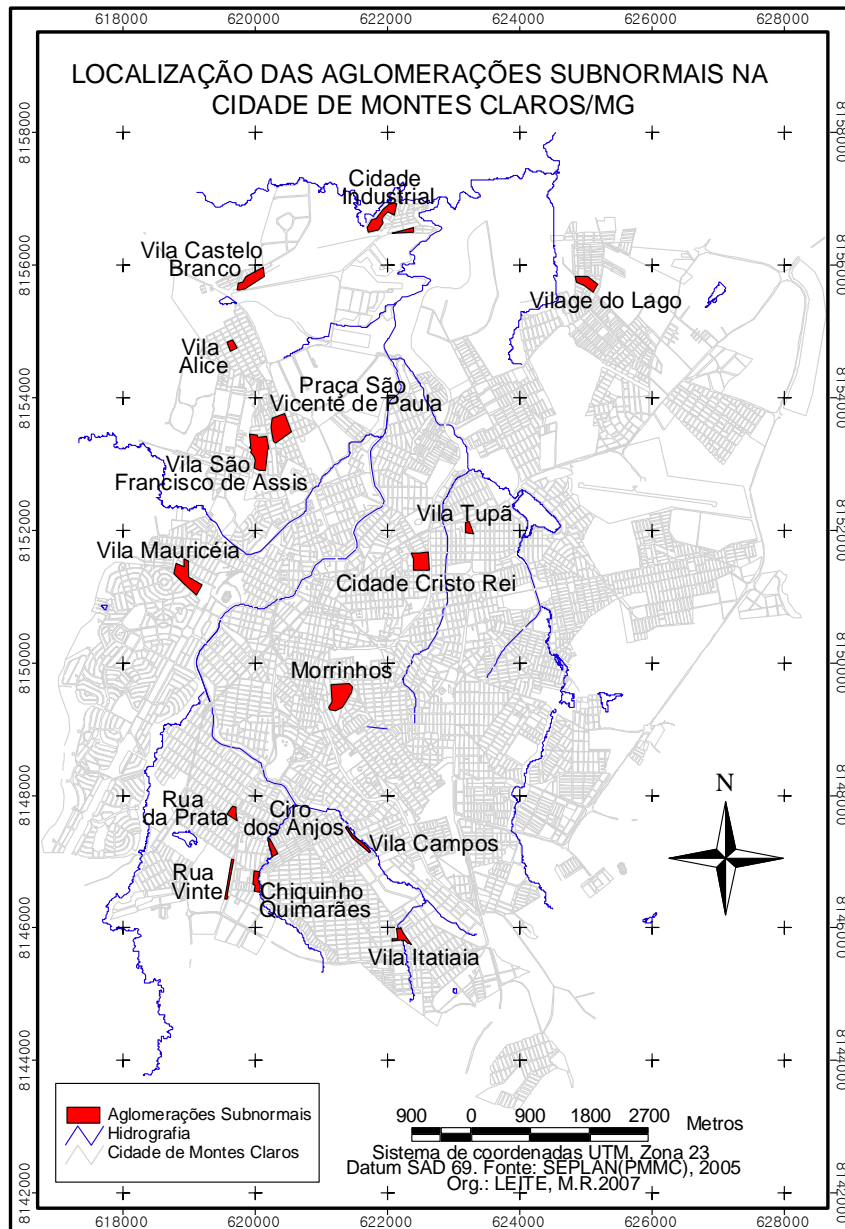
Castro (2006) destaca que este território desenvolverá na sociedade no qual se situa os mais diversificados sentimentos: amor-ódio, felicidade-tristeza, aversão-afeição. Amorim Filho (1996) ao relacionar os sentimentos entre sociedade e lugar afirma que o território se refletirá em ideias diferenciadas entre a população citadina. Em alguns se desenvolverá um sentimento topofóbico, relacionado à noção de paisagem do medo, a aversão ao lugar; em outros acarreta um sentimento topofílico levados pela afetividade humana, são os lugares valorizados pelo indivíduo.

A favela é um território, quase que em sua totalidade, extremamente discriminado. É vista como um território constituído por atores considerados excluídos socialmente, economicamente, politicamente e espacialmente. Presta a ideia de um lugar pobre, desestruturado, sem organização espacial, aparentemente bagunçado/caótico; com poluição visual e poluição sonora; desacreditado pelas pessoas que ali residem, principalmente, crianças e jovens, na grande maioria, sem expectativas para o futuro; um lugar que aparenta ser perigoso/ameaçador (tráfico de drogas, marginalidade); enfim, um lugar que conduz a imagem do medo e da insegurança (AMORIM FILHO, 1996). Além do mais, o processo de favelização contribuirá para o agravamento de diversos problemas ambientais, como por exemplo: despejo de esgoto em curso d'água, retirada de mata ciliar, lixos depositados à margem de córregos, rios e/ou riachos, dentre outros.

Este agente social considerado excluído certamente incomoda aqueles que o cercam, que apresentam outro modo de vida, que possuem melhores condições financeiras, e que compreendem que os problemas vividos pela população favelada são um retrato da sociedade capitalista excludente/seletiva, da qual fazem parte. Entretanto, preferem aparentar não saber. É mais fácil ignorar o problema do que enfrentá-lo e tentar resolvê-lo. Neste contexto, Santos (2005, p.28) afirma que a formação social é na verdade “[...] uma estrutura técnico-produtiva expressa geograficamente por uma distribuição da atividade produtiva”, ou seja, estas formações nos espaços citadinos são ocasionadas por resultado das atividades realizadas por

todos os outros agentes sociais, influenciados pela ideia sempre relacionada ao acúmulo de capital.

No espaço intraurbano montesclarenses no ano de 2008 havia 16 (dezesesseis) favelas distribuídas, principalmente, nas regiões periféricas (Mapa 3). Destacamos que, com exceção das favelas: Morrinhos, Cidade Cristo Rei (vulgarmente conhecido como 'Feijão Semeado') e Vila Tupã que se localizam mais próximas da área central, as outras se encontram, especialmente, ao Norte e ao Sul da cidade. Na Região Norte destaca-se a influência da localização próxima ao Distrito Industrial que, mesmo não sendo mais tão atrativo, ainda é responsável por parte da mão-de-obra empregada no setor econômico secundário da cidade. Na segunda, Região Sul, é justificado por serem áreas menos valorizadas, com vias de acesso como a BR 135 e a BR 365 em suas adjacências e por estarem próximas a outras que apresentam considerável infraestrutura como, por exemplo, o bairro Santo Expedito e os sub-centros Maracanã e Major Prates. Daí o surgimento de favelas: Rua da Prata, Rua Vinte, Ciro dos Anjos e Chiquinho Guimarães nesta região.



MAPA 3 - Localização das Aglomerações subnormais da cidade de Montes Claros
Org: LEITE, M. R., 2007

Rodrigues (1988) ressalta que, além de a favela não conter infraestrutura básica, escola, hospital ou posto médico, policiamento seguro, esta não apresenta, ainda, propriedades em situação regular. “Os moradores não são os proprietários legais, porém a ocupação torna-se cada vez mais legitimada pelo próprio poder público. Sem condições de ‘resolver’ a falta de moradias e pressionado pelos moradores, o poder público mantém programas de urbanização de favelas” (1988, p.38).

Neste território, as relações de poder apresentam origens diversificadas como, por exemplo: o poder dos governantes municipais ao delimitar a área para alojamento de famílias ou para regulamentar famílias que invadiram terrenos pertencentes ao setor público ou o poder dos traficantes e/ou bandidos – ocasionando o aparecimento de organizações criminais muito bem organizadas e equipadas com armamentos diversificados, como o Primeiro Comando Criminal - PCC³¹.

Estes são alguns dos fatores que tornam a favela um território ‘temido’ pela população. Além do mais, o receio de que algum membro da família ou conhecido entre para o ‘mundo’ do crime, das drogas, da marginalidade é muito grande entre os moradores da favela. No entanto, duas propostas básicas têm sido operadas pelo Estado em relação às favelas:

[...] erradicação da favela, através da remoção dos moradores e a liberação da área antes ocupada, para outros usos, com o objetivo de extirpar estes aglomerados, que sem dúvida interferem no preço da terra das imediações.

[...] A outra possibilidade é a permanência da favela, com erradicação de suas características – urbanização e melhorias com introdução de infra-estrutura (água, luz, esgoto sanitário) e a abertura de vias mais amplas de circulação. (RODRIGUES, 1988, p.39)

A partir da primeira proposta a ser utilizada pelo Estado, apontada pelo autor supracitado, certamente a consequência deste ato será a construção de territórios como: os conjuntos habitacionais populares e os loteamentos populares. Enquanto que o Estado, optando por tentar sanar os problemas da favela a partir da segunda proposta transcrita acima, contribuirá para a permanência das famílias neste território, portanto, com algumas melhorias relacionadas basicamente à infraestrutura, na tentativa de diminuir os problemas sociais.

2.3.2 Outros Territórios: Conjunto habitacional x loteamento popular

De acordo com o Manual de Regularização Fundiária Plena da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades (s/d, p. 129), um conjunto habitacional “[...] é

³¹ Facção criminosa que surge no início de 2006 no Estado de São Paulo atacando das mais diversas maneiras a sociedade (queimando ônibus, atirando contra a população, roubando, sequestrando, etc.), com o objetivo principal de conseguir algumas regalias dentro da prisão para os seus líderes e comparsas.

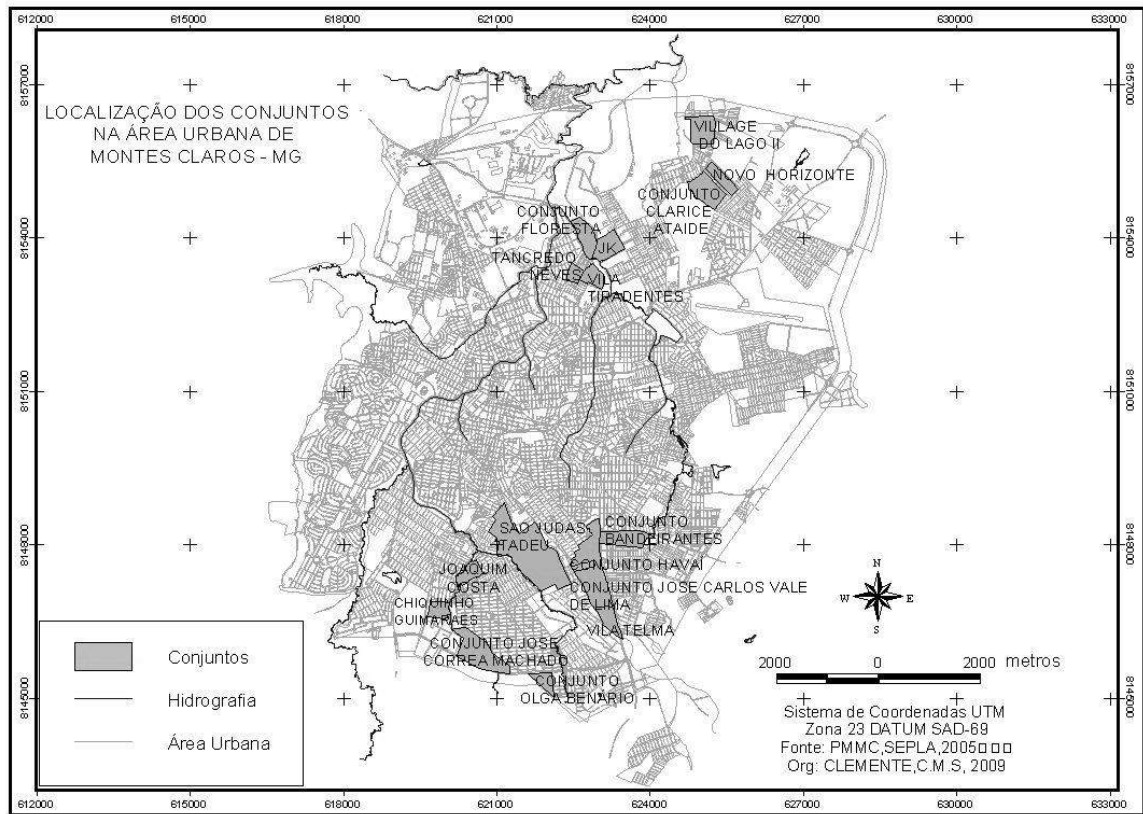
o empreendimento em que o parcelamento do imóvel urbano, com ou sem abertura de ruas, é feito para alienação de unidades habitacionais já edificadas pelo próprio empreendedor.” Segundo este manual há dois tipos de regularizações: um é o conjunto habitacional e o outro é o loteamento (irregular e clandestino).

De acordo com a Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, o parcelamento do solo urbano pode ser feito mediante “loteamento” ou “desmembramento”. Segundo o §1º do art.2 do Capítulo I da referida lei, loteamento é a “[...] subdivisão em glebas em lotes destinados à edificação com abertura de novas vias circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação de vias existentes.” No §2º do mesmo artigo, desmembramento é “[...] subdivisão em glebas em lotes destinados à edificação com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.”

A Lei nº 9.785 de 29 de janeiro de 1999, que altera, dentre outras Leis e Decretos, a Lei nº 6.766/79, indica que o parcelamento popular pode ser um loteamento popular ou um desmembramento popular. De acordo com o §4º do art.18 da Lei nº 9.785/99, o parcelamento popular destina-se “[...] às classes de menor renda, em imóvel declarado de utilidade pública, com processo de desapropriação judicial em curso e emissão provisória na posse, desde que promovido pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios ou suas entidades delegadas, autorizadas por lei a implantar projetos de habitação.”

O planejamento e a implantação de loteamentos populares e/ou conjuntos habitacionais populares, em sua grande maioria, são realizados em áreas onde a terra, como mercadoria, tem baixo valor, o público alvo, então, são famílias de baixa renda, que vivem em áreas de risco ou em terrenos invadidos.

Em vista desses aspectos, podemos afirmar que existem, no espaço urbano de Montes Claros, 16 (dezesseis) territórios considerados pelo poder público municipal como COHAB (Mapa 4): Conjunto J.K., Conjunto Dr. José Carlos Vale de Lima, Conjunto Joaquim Costa, Conjunto Clarisse Athaíde, Conjunto Novo Horizonte (mais conhecido como Village do Lago III), Conjunto Floresta, Conjunto Havaí, Conjunto Olga Benário, Conjunto Tancredo Neves, Conjunto Chiquinho Guimarães, Conjunto Vila Tiradentes, Conjunto São Judas Tadeu (São Judas II), Conjunto Telma, Conjunto Village do Lago II e Conjunto Bandeirante. Estas COHABs estão espacialmente localizadas nas Regiões sul e nordeste da cidade de Montes Claros.



MAPA 4 – Localização dos Conjuntos na Área Urbana de Montes Claros – MG
ORG.: CLEMENTE, C. M. S., 2009.

Destacamos que próximo a estes conjuntos, principalmente na zona sul da cidade, encontramos situado um aglomerado de favelas, bem como dois sub-centros: Major Prates e Maracanã. Esta região apresenta, a partir da década de 1980, um considerável crescimento oriundo principalmente da migração (intermunicipal e rural), por ser constituído de terras com baixo valor comercial e por estar situado próximo a dois eixos viários: BR 135 e BR 365. Este crescimento espacial não foi acompanhado por um desenvolvimento básico necessário, ou seja, não houve um planejamento adequado e tão pouco infraestrutura para todos que se deslocaram para a região sul da cidade. No entanto, juntamente com outras regiões, a zona sul foi beneficiada com o Projeto Cidade de Porte Médio na década de 1980.

2.3.2.1 Implantação de lotes urbanizados – exemplo de Planejamento Urbano em Montes Claros

No final da década de 1970, a cidade de Montes Claros foi incluída no Programa Cidade Porte Médio que visava constituir polos regionais com o propósito de contribuir para a desconcentração econômica e populacional. Pontes (2001, p. 594) afirma que, do ponto de vista técnico, “[...] o programa tinha seu fundamento na teoria de pólos de crescimento regionais, e no plano institucional, sua aplicação estava baseada num convênio assinado entre as esferas federal e estadual, e um contrato de financiamento de projetos, com as Prefeituras Municipais.” O programa era integrado ao II Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (II PND), desenvolvido em 1975 pelo Governo Militar do General Ernesto Geisel (1974-1979). O referido plano tinha como principal objetivo fortalecer cidades médias por meio de ações inter (expandir a capacidade produtiva e o mercado da região reduzindo os fluxos migratórios) e intraurbanas (nas áreas mais carentes das cidades) (PEREIRA; SOARES, 2005c).

Os recursos deste Programa possibilitaram investimentos na melhoria da estrutura econômica e social da cidade. Com o Projeto Cidade Porte Médio, o ex-prefeito Antônio Lafetá Rebello, em seu segundo mandato, procurou atender as lideranças dos bairros e das associações comunitárias, que não haviam sido beneficiadas em seu primeiro mandato.

Neste mesmo governo foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI, desenvolvido para propor diretrizes que norteassem o crescimento urbano ‘desordenado’ da cidade, cujo objetivo principal era “[...] servir como instrumento indutor de um novo padrão urbano para comunidades de baixa renda³².” Foi implementada a lei de uso e ocupação do solo, o código de obras e o código de posturas. No entanto, no primeiro mandato do ex-prefeito Luís Tadeu Leite (1983-1988), deram continuidade ao Projeto, e foi este quem recebeu todo o mérito pela implantação do Subprojeto Montes Claros.

De acordo com Pereira e Leite (2004, p. 42), este Subprojeto³³, permitiu às famílias de baixa renda, especialmente as que residiam “[...] em áreas invadidas ou favelas da cidade,

³² Disponível em <http://www.cidades.gov.br/patprosanear/programa/impressao/i_programa_phi.html>, acesso em 31/08/2006.

³³ “Este projeto foi executado pela secretaria de planejamento e coordenação de Montes Claros, com 70% do capital investido no projeto, proveniente do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), 20% do cofre do Estado de Minas Gerais e 10% da Prefeitura de Montes Claros”. (LEITE, 2006, p.99).

acesso à casa própria, a serviços urbanos e de saneamento básico, bem como a legalização da posse da terra, elevando, assim, a qualidade de vida dessa população carente.” Na década de 1980, surgem então os novos bairros no desígnio de proporcionar uma horizontalização planejada em algumas áreas da cidade, há a construção de conjuntos habitacionais³⁴ e revitalização de favelas.

Foram beneficiados, com o Subprojeto Montes Claros, os moradores de três favelas e as pessoas a serem transferidas de áreas invadidas para dois conjuntos habitacionais, sendo: as primeiras: 1) o Morrinhos situado próximo da Região Central da cidade, fazendo limite com os bairros: Santa Rita, Centro, Vila Guilhermina e João Botelho; 2) o São Vicente, atualmente, São Vicente de Paula, localizado na Região Norte tendo como bairros limítrofes: Jardim Brasil, Santos Reis, Vila São Francisco de Assis e Vila Áurea; e 3) o Morro do Frade, atual Vila São Francisco de Assis, se encontra na Região Norte da cidade e tem como limite: Santos Reis, Vila Antônio Narciso, Bela Vista e Bela Paisagem. E as segundas: 1) o Conjunto Tabajara, atualmente conhecido como Tancredo Neves, situado na Região Norte da cidade, faz limite com a Vila Tiradentes, Renascença, Alice Maia, Vila Regina e Alcides Rabelo e 2) o Conjunto Rotary, atual Conjunto Chiquinho Guimarães, localizado na Região Sul de Montes Claros, tem como vizinhança os moradores dos bairros Jardim São Geraldo, Mangues e dos sub-centros Major Prates e Maracanã.

Este Subprojeto denominado de “Complemento B.60 – Implantação de lotes urbanizados” por um lado contribuiu para a expansão territorial urbana de Montes Claros e, por outro lado, deu origem a outras áreas segregadas, com as COHABs, além de ter colaborado, posteriormente, para o surgimento de outras favelas como, por exemplo, a favela Chiquinho Guimarães.

³⁴ “No Brasil, o regime autoritário implantado após o golpe de 1964 encontra no modelo de conjunto habitacional padronizado uma forma de promover as intervenções urbanas que iriam limpar a cidade para incrementar o capital imobiliário e, ao mesmo tempo, acalmar a insatisfação popular, prometendo a aquisição da casa própria” (ANDRADE; LEITÃO, 2006, p.113).

CAPÍTULO 3 - OS PROCESSOS DE T-D-R DO BAIRRO CHIQUINHO GUIMARÃES

As forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade, geram a des-territorialidade e as *novas* territorialidades, nas quais estão intimamente articulados o Estado e o capital, [...] é necessário [então] contextualizar esses processos em cada momento/período e lugar, no desigual desenvolver do Modo Capitalista de Produção, num constante movimento [...] de *territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR)*. (SAQUET, 2005b, grifos do original)

Partindo da perspectiva de que o território passa por constantes transformações, isto é, por processos de construções e modificações espaciais, abordaremos neste capítulo os processos de T-D-R do Conjunto Habitacional Chiquinho Guimarães, no intuito de analisar os processos pelos quais passou a COHAB, no período compreendido desde a década de 1980 até os dias atuais, o que nos permitirá diagnosticar as peculiaridades e os fatores adjacentes que possibilitaram as transformações ocorridas neste território.

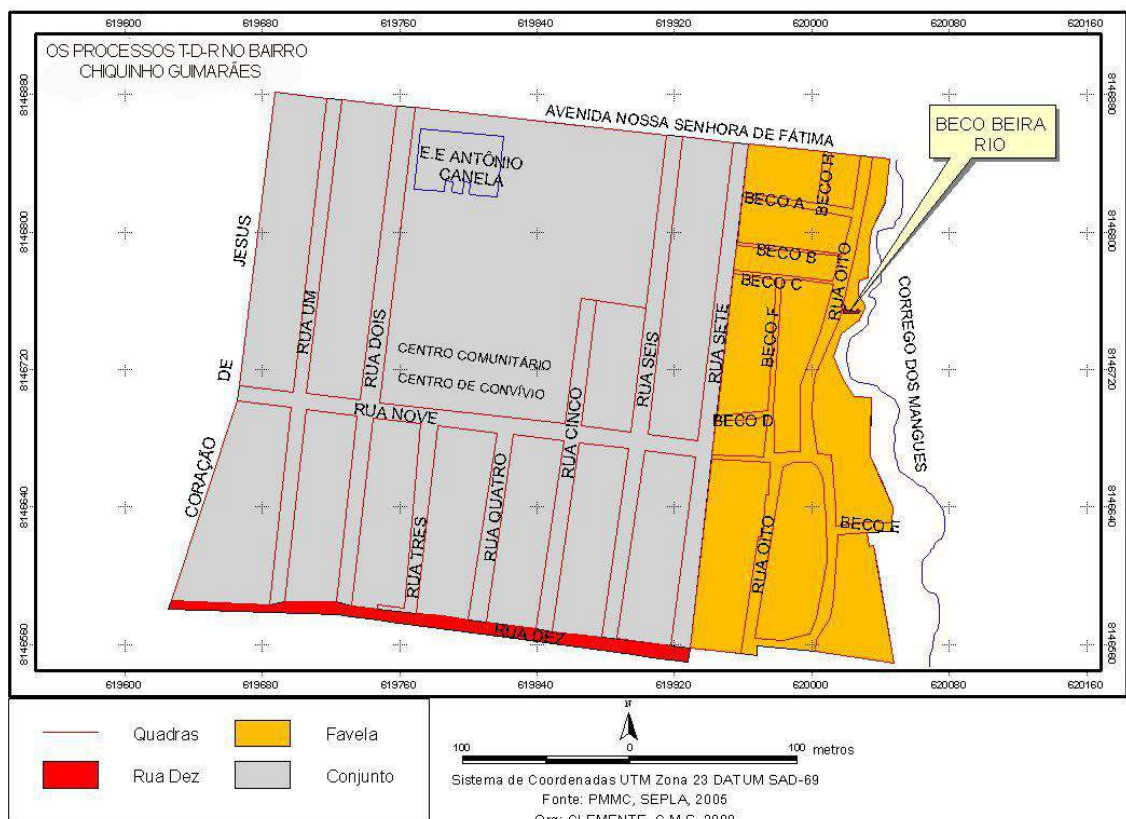
A cidade de Montes Claros apresenta diversas desigualdades socioeconômicas entre sua população, isto tem sido materializado através de territórios diversificados abrangendo áreas cada vez mais periféricas acarretando o surgimento e/ou o aumento dos grupos sociais excluídos. Ferraz (1999, p. 27) destaca que:

[...] à medida que a cidade cresce, vão se fechando as portas de acesso dos pobres à moradia, (com a elevação dos preços dos imóveis), para a aquisição da casa própria e para aluguel, pela mesma razão, os trabalhadores de baixa renda vão sendo expulsos para as periferias. [...] A valorização do terreno expulsa até os que já residiam nessa área, devido ao aumento dos encargos fiscais do imóvel. Portanto, o crescimento de áreas marginalizadas ocorre graças a dois fatores convergentes: a expulsão da população de baixa renda das áreas valorizadas e a migração constante das áreas rurais atrasadas.

Assim, a partir do momento em que famílias se deslocaram do seu lugar de origem com destino ao território Chiquinho Guimarães e se apropriaram dele, inicia-se o processo de territorialização de mais um ponto no espaço urbano periférico de Montes Claros. Este território é denominado primeiramente de “pombal”.

Apontaremos quatro momentos que possibilitaram alterações no Conjunto, os quais consideraremos como principais processos de T-D-R (Mapa 5): 1) da ideia inicial, de sua

origem, quando era conhecido como o “Pombal” até a construção do Conjunto Rotary; 2) a ‘origem’ dos becos, localizados próximos ao Córrego dos Mangues, dentro do perímetro da COHAB, situados na área loteada entre as ruas 07 e a Avenida B; 3) o aterro da barroca da Rua 10; e 3) o desalojamento das famílias que viviam no Beco Beira Rio localizado na margem do Córrego dos Mangues. Todos estes momentos certamente alteraram a geografia do Conjunto Chiquinho Guimarães e a sua representação na periferia urbana na zona sul de Montes Claros.



MAPA 5 – Os Processos T-D-R no Bairro Chiquinho Guimarães
 ORG.: CLEMENTE, C. M. S., 2009.

Haesbaert (2003, s/p.) destaca que “[...] a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos.” Destaca que, apesar deste contínuo movimento (D-R), a escala espacial e a temporalidade são distintas. Alega que devemos primeiro realizar o levantamento histórico para depois analisar o território desejado, “[...] é necessário considerar a territorialização previamente existente, ou seja, é preciso desdobrar a perspectiva histórica e geográfica.” (HAESBAERT, 1997, p. 93).

Reportamos a primeira proposição da Desterritorialização de Deleuze e Guattari (2008b), na qual afirmam que a D não ocorre sozinha, deve haver pelo menos dois termos correlacionados para que aconteçam alterações no território, os quais neste trabalho são: o território representado pelo bairro Chiquinho Guimarães e os indivíduos, isto é, as pessoas que o habitam.

O levantamento destes processos de transformações pelas quais passou o referido Conjunto somente foi possível averiguar a partir de análises das representações cartográficas do conjunto e, principalmente, após as entrevistas³⁵ semiestruturadas com os moradores, com o Gerente de Infraestrutura do Projeto Cidade Porte Médio – Subprojeto Montes Claros³⁶, através de consultas a documentos relacionados ao bairro, sendo: o Projeto de Implantação disponibilizado pela SEPLAN-Montes Claros, as atas das reuniões da Associação dos Moradores do Chiquinho Guimarães fornecida pela presidente, Dona Maria Alves de Almeida Atda, bem como a utilização das pesquisas realizadas sobre o conjunto de Costa (2004) e Almeida e Leite (2008). Além de recorrer a outros autores, já citados anteriormente, que discutem a tríade, as COHABs e as favelas.

Almejavamos obter 250 (duzentos e cinquenta) moradores entrevistados, contudo 41 (quarenta e um) se recusaram a responder ou não havia ninguém na casa visitada. Por esta razão, as análises realizadas estão embasadas em 209 (duzentas e nove) entrevistas. Destes, obtivemos entrevistas de 62% dos residentes das ‘ruas’ e 38% dos habitantes dos ‘becos’.

De acordo com o agente do Programa de Saúde da Família - PSF³⁷, há neste território 645 (seiscentas e quarenta e cinco) residências, sendo que há lotes com 01, 02 e até mesmo 03 casas. Foram realizadas entrevistas em 32,4% dessas habitações. Houve certa resistência dos moradores em participar da entrevista, segundo alguns: “todo mundo quer pesquisar o Chiquinho Guimarães, mas ninguém faz nada pelo bairro”.

Reportamo-nos a Sen (2000, p.320), o qual afirma que “[...] as próprias pessoas devem ter a responsabilidade de desenvolver e mudar o mundo em que vivem.” O interesse em obter melhorias para o território deve partir da iniciativa dos próprios moradores. No entanto,

³⁵Num primeiro momento, entrevistamos 04 moradores, apontados como os primeiros do bairro. Estas entrevistas foram realizadas em novembro de 2008. Num segundo momento, realizamos entrevistas com 209 pessoas no conjunto, desempenhada no mês de janeiro de 2009.

³⁶ Sr. João Guimarães, atualmente é Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de Montes Claros.

³⁷ Esta informação nos foi dada, verbalmente, em janeiro de 2009, pelo agente do PSF que atua no Conjunto e que colaborou para a realização do mapeamento deste. Procuramos o Posto de Saúde do Major Prates e a Secretaria Municipal de Saúde, solicitando autorização para acessarmos o mapeamento e o relatório sobre o Conjunto Chiquinho Guimarães realizado pelo PSF. Contudo, até 05 de março de 2009, não havíamos recebido qualquer resposta em relação à autorização.

poucas são as pessoas que demonstram interesse e iniciativa em conseguir melhorias para o seu bairro. Ilustramos com a fala do Sr. Tião transcrita na Ata de Reunião da Associação dos Moradores do Conjunto Chiquinho Guimarães de 15 de outubro de 1995: “O Sr. Tião disse que o pessoal do bairro são pessoas sem união, e que uma comunidade desunida nunca poderá ter o devido sucesso. Diz também que as pessoas do bairro nem sequer frequenta as reuniões [da associação].”

Acreditamos que as transformações percebidas no decorrer da história da COHAB Chiquinho Guimarães nos permitirão compreender tanto os diversos processos desreterritorializantes quanto o sentimento de territorialização de seus moradores.

3.1 Implantação do “Conjunto Rotary”

No Sul da cidade, o desenvolvimento, no início dos anos 1970, foi pouco expressivo. Houve a conservação de áreas que já tinham certa infra-estrutura, como foi o caso do bairro Santo Expedito, após o qual, em direção sul, existiam amplos vazios urbanos e apenas algumas casas nos bairros Major Prates e Maracanã. Esse quadro mudou a partir do final dessa década e início dos anos de 1980, quando a região apresentou um considerável crescimento. (PEREIRA; LEITE, 2004, p.43)

Em meados da década de 1980, no processo de horizontalização da zona sul da cidade de Montes Claros, datamos a origem do Conjunto Rotary. De acordo com o Sr. João Guimarães, Gerente de Infraestrutura do Projeto Cidades de Porte Médio/BIRD-Ministério do Interior-Estado de Minas-PMMC, “[...] a região escolhida para implantação do conjunto habitacional era contígua a uma área onde o Rotary Clube mantinha uma escola profissionalizante tradicional nas décadas de 50, 60 em diante e conhecida como Escola Profissional, onde hoje funciona o Centro de Convívio Municipal Raimundo Neto”, localizado na Rua 02. A atual denominação, Conjunto Habitacional Chiquinho Guimarães, foi dada em homenagem ao Senhor Francisco José Guimarães (1886-1941), ex-vereador da Câmara Municipal de Montes Claros e arquiteto da Catedral Nossa Senhora Aparecida situada na área central da cidade.

Este ‘bairro’ (Figura 1) está localizado entre as coordenadas 16° 45’ 27” e 16° 45’ 39” de Latitude Sul e 43° 52’ 23” e 43° 52’ 39” de Longitude Oeste, situado próximo a BR 365. Apresenta como limite territorial: ao norte, a Avenida Nossa Senhora de Fátima fazendo

fronteira com o Jardim São Geraldo; ao sul, a Rua 10 em limite com a Chácara dos Mangues; a leste, a Avenida Coração de Jesus divisor entre o Conjunto e o Major Prates e, a oeste, o Córrego dos Mangues, separando-o do Maracanã.

CARTA IMAGEM DO CONJUNTO HABITACIONAL CHIQUINHO GUIMARÃES



FIGURA 1 - Carta Imagem do Conjunto Habitacional Chiquinho Guimarães
 ORG.: CLEMENTE, C. M. S., 2009.

Anterior ao processo de implantação do então Conjunto Rotary, o lugar era conhecido como “pombal”. Essa designação refere-se à semelhança que o território tinha com um pombal, caracterizado por casas de lonas erguidas em lotes invadidos que abrigavam famílias que migraram³⁸ das mais diversas localidades: de outros bairros da cidade, da zona rural, de cidades vizinhas – principalmente de cidades localizadas ao sul de Montes Claros, como Coração de Jesus, Água Boa, Jequitaiá, Claro dos Poções, dentre outras – e até mesmo de outros Estados. Era caracterizado ainda por ser o lugar onde se localizava o “curral da

³⁸ Concordamos com Lévy (2000, s/p.) quando relaciona a mobilidade como um fenômeno ligado à desterritorialização, seja como nômades, viajantes, turistas, imigrantes, refugiados, etc.. Ainda na concepção deste, destacamos que a mobilidade é definida aqui “[...] como a relação social ligada à mudança de lugar, isto é, como o conjunto de modalidades pelas quais os membros de uma sociedade tratam a possibilidade de eles próprios ou outros ocuparem sucessivamente vários lugares”.

Prefeitura³⁹”, local para onde eram levados os animais soltos e considerados perdidos na cidade.

Dona Dinha⁴⁰, uma das primeiras moradoras do bairro, confirma que:

“[...] tudo era mato, eu vim pra cá com meus filhos, ranquei o mato, ergui a lona e aqui estou até hoje. Fui construindo minha casa aos poucos e criando meus 06 (seis) filhos.”

Nenhum dos moradores entrevistados soube afirmar quantas famílias se deslocaram para o ‘pombal’, entretanto frisaram que havia bastante gente para a época⁴¹. Atualmente, a área que corresponde ao antigo pombal está compreendida entre as Ruas Seis e Sete da COHAB (Figuras 2 e 3).



FIGURA 2 - Rua 06
AUTORA: CASTRO, G. F.; 23/11/2008



FIGURA 3 - Rua 07
AUTORA: CASTRO, G. F.; 23/01/2009

O processo de povoamento nessa área se iniciou há mais ou menos 26 (vinte e seis) anos, entre os anos de 1981 e 1982. Nesse período, no governo do ex-prefeito Antônio Lafeté Rebello (1977-1982), é elaborado o projeto que irá modificar o “pombal”.

A partir de 1983, no primeiro mandato do prefeito Luiz Tadeu Leite se inicia a implantação, pela Prefeitura Municipal de Montes Claros por meio da SEPLAN, do Projeto Especial Cidades de Porte Médio – Subprojeto Montes Claros/Projeto de Avaliação e Eficácia

³⁹ O curral situava-se no espaço compreendido entre a atual Rua 07 e o Córrego dos Mangues.

⁴⁰ Entrevista realizada dia 25 de novembro de 2008. Informamos que os nomes dos moradores aqui citados são nomes reais, conforme autorizado verbalmente pelos próprios.

⁴¹ “Na década de 1980 alterações substantivas ocorreram na malha urbana com a ocupação de vazios urbanos na região sul [de Montes Claros]” (LEITE; PEREIRA, 2005b, p.7.478). Por esta razão, alguns tiveram a impressão de que havia uma considerável população no lugar.

Componente B.60 – Implantação de Lotes Urbanizados que dá origem ao Conjunto Rotary. De acordo com o “Cronograma de Atividades de Avaliação” apresentado em tal projeto, a conclusão da implantação dos lotes urbanizados se daria em março de 1984, porém seguiriam com reuniões, pesquisa quantitativa, documentação de fotos, análise de dados, relatório parcial e relatório final, concluindo todo o trabalho em abril de 1985. Não localizamos nos arquivos municipais nenhum dos relatórios (parcial e/ou final), bem como a documentação fotográfica referida no projeto porque não nos foi permitido acesso⁴². Mas confirmamos, através dos moradores entrevistados, que as casas, os lotes e os embriões foram ‘entregues’ aos seus respectivos donos no ano de 1985.

O projeto (1983, p. 2) tinha como principal objetivo “[...] melhorar as condições habitacionais e a qualidade de vida das famílias de mais baixa renda que residem em áreas invadidas e propiciar um excedente de unidades habitacionais para atendimento a novas famílias.” Contemplava intervir na construção de COHABs e transferir famílias localizadas em áreas invadidas para lotes legalizados, além de urbanizar lotes em áreas de favelas onde já havia população assentada. Sendo assim, propunha oferecer à “população de baixa renda da cidade” (1983, p.2) casas⁴³, embriões, lotes urbanizados e legalização fundiária para os que já estavam alojados nas áreas a serem beneficiadas. O projeto contemplava a construção de dois conjuntos habitacionais: Conjunto Rotary e o Conjunto Tabajara, além da urbanização de lotes nas favelas: Morro do Frade, São Vicente e Morrinhos.

De acordo com o Sr. João Guimarães⁴⁴, a implantação do projeto não foi realizada em parceria com qualquer cooperativa habitacional como, por exemplo, a COHAB/MG, “[...] a Prefeitura era a unidade executora que recebeu o repasse dos recursos (a fundo perdido) para implantação dos conjuntos citados.” Leite (2006, p. 83) afirma que este “[...] foi executado pela SEPLAN/Montes Claros, com 70% do capital investido no projeto, proveniente do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), 20% do cofre do Estado de Minas e 10% da Prefeitura de Montes Claros.”

⁴² Encaminhamos documentos em nome do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS a diversas Secretarias da Prefeitura Municipal (Secretaria Municipal de Administração e Gestão, Secretaria de Saúde, Divisão Habitacional) em outubro de 2008 e não obtivemos retorno até janeiro de 2009. Destacamos que a SEPLAN e o Engenheiro Civil Sr. João Guimarães foram os únicos que disponibilizaram as informações solicitadas.

⁴³ De acordo com o Projeto Especial Cidades de Porte Médio – Subprojeto Montes Claros, “[...] a Prefeitura Municipal de Montes Claros, pretende oferecer à população de baixa renda da cidade: [...] casas de 29,20 m² de área construída; embriões de 22,00m² de área construída; lotes urbanizados de 120 ou 150 m²” (1983, p. 2).

⁴⁴ Entrevista realizada em janeiro de 2009.

Em relação à divisão territorial dos conjuntos a serem implantados, de acordo com o projeto, seriam construídas 341 (trezentos e quarenta e uma) unidades habitacionais sendo assim: 130 (cento e trinta) casas e 211 (duzentos e onze) embriões. O Conjunto Rotary seria contemplado com 61,5% do total de casas a serem construídas e 60,7% dos embriões. Em relação aos lotes urbanizados, dos 492 (quatrocentos e noventa e dois) loteamentos, 43,1% localizavam-se neste conjunto. Considerando a soma das casas, lotes e embriões a serem distribuídos no conjunto, o benefício atingiria 420 (quatrocentas e vinte) famílias. Ao observarmos o Gráfico 1, verificamos que 50% de todo o perímetro do Conjunto Rotary seria constituído por loteamentos, 19% por casas e 31% por embriões.

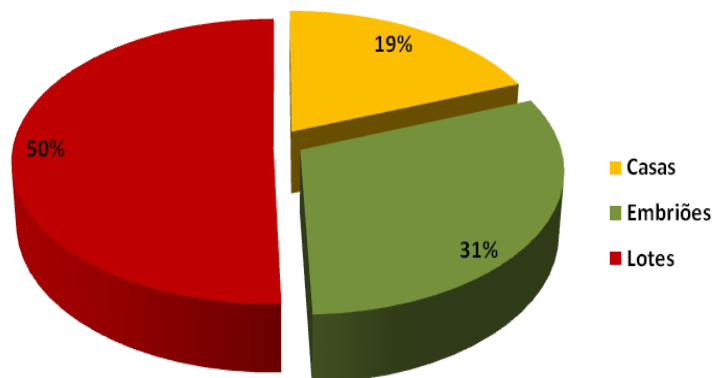


GRÁFICO 1 - Divisão dos imóveis no Conjunto Rotary

Fonte: Projeto Cidades de Porte Médio – Subprojeto Montes Claros – Projeto de Avaliação de Eficácia Componente B.60 – Implantação de Lotes Urbanizados/1983

A Figura 4 retrata a Planta, anexa ao Projeto de Implantação do Conjunto Rotary, que representa a construção de 27 (vinte e sete) casas e de 77 (setenta e sete) embriões espacialmente distribuídos na área, permanecendo a maior parte do conjunto somente dividida em loteamento. Como não há registros das casas em nenhum Cartório de Imóveis e não nos foi disponibilizado nenhum documento da Prefeitura Municipal que comprovasse a real quantidade de imóveis construídos no conjunto, não foi possível mensurar a quantidade exata de casas e embriões que foram concedidos à população.

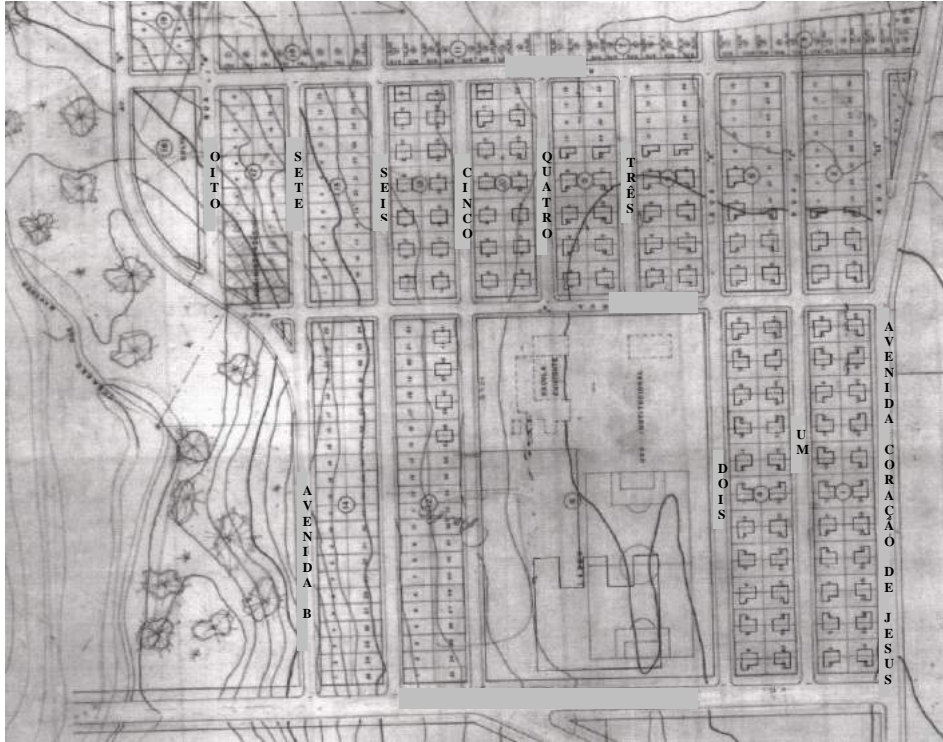


FIGURA 4 - Planta do Conjunto 'Rotary'

Fonte: Projeto Cidades de Porte Médio – Subprojeto Montes Claros – Projeto de Avaliação de Eficácia Componente B.60 – Implantação de Lotes Urbanizados/1983.

O Conjunto Rotary compreende uma área de 128.401,00 m², destes, 50.765,09 m² para área de lotes e 77.635,91 m² para área de praças, ruas e acessos. Destacamos que não há praças ou área de lazer no Conjunto. Portanto, este apresenta um terreno designado pela Prefeitura Municipal de “Área Institucional” e pelos moradores de ‘campo’ com extensão de 720,75 m², no qual os moradores atuais sugerem, além de outras coisas, a construção de uma área de lazer para a comunidade.

Portanto, até o ano de 2008, não havia no bairro qualquer espaço com estrutura para o lazer. Por esta razão, crianças e adolescentes do conjunto apropriaram-se da quadra da Escola Estadual Antônio Canela (Figura 5) para este fim. Normalmente, adentram através de uma passagem improvisada (Figura 6), pois nem sempre conseguem autorização para acessá-la.



FIGURA 5 - Escola Estadual Antônio Canela

AUTORA: CASTRO, G. F.; 23/01/2009



FIGURA 6 - Passagem improvisada na parede lateral da Escola Estadual Antônio Canela que dá acesso à quadra

AUTORA: CASTRO, G. F.; 23/01/2009.

Com a implantação do conjunto, procurou-se beneficiar aquelas famílias pioneiras no local, que até então viviam como indigentes em lotes invadidos, moradias indevidas e sem qualquer infraestrutura básica. Os entrevistados entendem que se encontram em situação fundiária regular, ‘legal’, mesmo não tendo a escritura do lote comprado.

Os benefícios advindos com a implantação do conjunto foram muitos principalmente relacionados à infraestrutura do lugar (asfalto, energia elétrica, água encanada, coleta de lixo e escola). Orgulham-se em dizer que são donos das casas que construíram nestes lotes, e fazem questão de afirmar que estes foram comprados, que não ganharam nada. Afirmam que pagaram um valor irrisório pelo terreno. “Acho que era como se fosse hoje uns R\$ 10,00”, disse Dona Dinha. O Seu Nego confirmou o que ela disse e reforçou “[...] o valor era tão pouco que paguei todas as prestações, tudo de uma vez só.” De acordo com Engenheiro Civil João Guimarães, “[...] os imóveis foram adquiridos pelas famílias – a preços simbólicos – alvo do programa e estava previsto o fornecimento da escritura⁴⁵ após a quitação.”

Entretanto, em 2008 alguns moradores alegaram que são proprietários da casa, mas que ainda não tinham recebido a escritura do imóvel. Outros alegaram que, em 2004, o então prefeito, Jairo Ataíde, cedeu aos moradores um documento no qual concedia a escritura da casa aos respectivos donos. Porém, não há ainda nenhum registro em Cartório de Imóveis da cidade.

⁴⁵ Destacamos que até janeiro de 2009 não foi realizada a Regularização Fundiária dos imóveis no conjunto.

De acordo com o Gráfico 2, 45% dos moradores que participaram das entrevistas afirmaram que têm a escritura da casa, mas não nos foi mostrado nenhum documento que comprovasse a informação, 16% disseram que são proprietários, mas não têm a escritura; 35% afirmaram que tanto são donos dos imóveis quanto possuem a escritura e 4% não souberam ou não responderam. No entanto, se realmente há registro do imóvel em qualquer cartório, o dono deste deve contribuir com o município pagando o Imposto Predial do Território Urbano - IPTU.

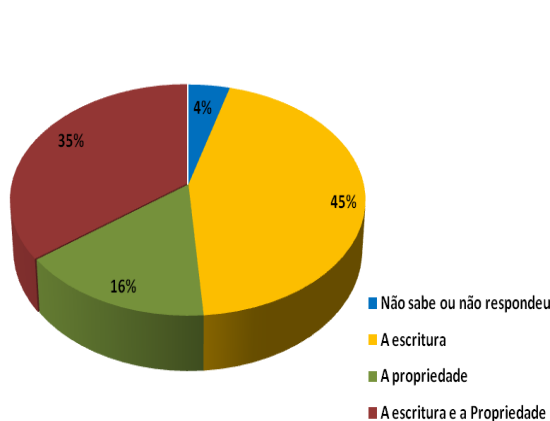


GRÁFICO 2 - Relação de Moradores da COHAB Chiquinho Guimarães e atual situação imobiliária destes

Fonte: Entrevistas realizadas entre 19 e 23 de janeiro de 2009

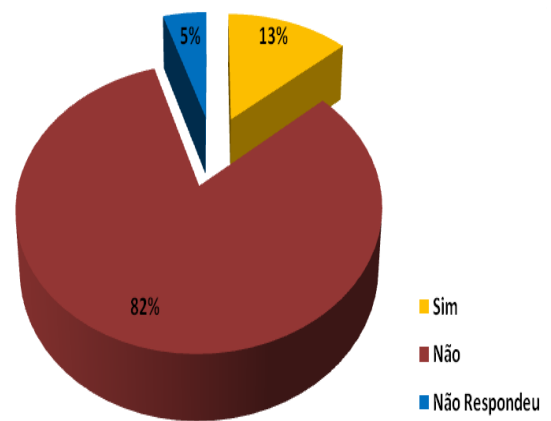


GRÁFICO 3 - Você paga o Imposto Predial do Território Urbano (IPTU)?

Fonte: Entrevistas realizadas entre 19 e 23 de janeiro de 2009

O Gráfico 3 demonstra que 82% alegam que não recebem nenhuma cobrança em relação a este imposto; 5% dizem não saber; e 13% afirmam receber a cobrança do IPTU desde o ano de 2006, contudo não o pagam justificando-se na Lei Municipal que os ampara. Trata-se da Lei Complementar nº 11 de 18/12/2006, mais especificamente, art.34, inciso I, o qual afirma que são isentos do IPTU:

- I - de Contribuintes que possuam apenas um imóvel, utilizado como residência do próprio titular, atendendo cumulativamente as seguintes condições:
- valor venal de até R\$15.000,00 (Quinze Mil Reais);
 - área construída de até 60m² (sessenta metros quadrados);
 - lote de terreno com área total de até 360m² (trezentos e sessenta metros quadrados);

Mesmo não tendo a escritura dos imóveis regularizada em nenhum Cartório de Imóveis, algumas casas já foram vendidas utilizando contrato entre as partes e recibo como comprovante de compra e venda. A atual situação dos moradores do bairro em relação ao

imóvel onde residem pode ser observada na Tabela 2. Dentre aqueles entrevistados que residem no conjunto, temos que: 35% não responderam ou alegaram não saber; 32% disseram que os imóveis onde moram foram doados; 2% trocaram por outro; 1% alega que o imóvel está sendo financiado; 2% afirmam que estão pagando aluguel; 5% pagaram de R\$100 a R\$500 reais; 2% pagaram de R\$501 a R\$1.500 reais; 5% pagaram de R\$1.501 a R\$3.500 reais; 11% alegaram que pagaram o valor compreendido entre R\$3.501 a R\$ 10.000 reais e os outros 5% restantes afirmaram que pagaram o montante de R\$10.001 a R\$20.000.

Em relação aos moradores da favela, os percentuais não são tão diferentes: 30% afirmam que o imóvel foi doado; 34% não souberam ou não responderam; 3% disseram ter trocado por outro; 1% alega que o imóvel está sendo financiado; 3% estão pagando aluguel; 6% garantem que pagaram o valor compreendido entre R\$100 a R\$500 reais; 4% pagaram entre R\$501 a R\$1.500 reais; 8% entre R\$1.501 a R\$3.500 reais; 10% entre R\$3.501 a R\$10.000 reais e 1% afirma que pagou pelo imóvel o montante compreendido entre R\$10.001 a R\$20.000 reais.

TABELA 2 - Percentual referente à situação dos Moradores no Conjunto Chiquinho Guimarães em relação ao imóvel onde residem.

Quanto pagou ⁴⁶ pelo Imóvel?	Reside em:					
	Rua		Beco		Total	
	Quantidade	Percentual (%)	Quantidade	Percentual (%)	Quantidade	Percentual (%)
Foi doado	42	32	24	30	66	31
Não Sabe ou Não Respondeu	45	35	27	34	72	34
Trocou Por Outro	3	2	2	3	5	2
Está Sendo Financiado	1	1	1	1	2	1
Está Pagando Aluguel	2	2	2	3	4	2
Pagou de R\$100 a R\$500 Reais	6	5	5	6	11	5
Pagou de R\$501 a R\$1.500 Reais	3	2	3	4	6	6
Pagou de R\$1.501 a R\$3.500 Reais	7	5	7	8	14	7
Pagou de R\$3.501 a R\$10.000 reais	14	11	8	10	22	9
Pagou de R\$10.001 a R\$20.000 Reais	6	5	1	1	7	3
Total	129	100	80	100	209	100

Fonte: Entrevistas realizadas entre 19 e 23 de janeiro de 2009.

Ao relacionarmos o valor que os entrevistados alegaram ter pago pelo imóvel, com o tempo de residência no bairro, constatamos que aqueles que alegaram ter comprado sua casa pagando o montante de R\$3.501 a R\$20.000, o fizeram há cerca de 10 anos, isto é, ao final da década de 1990 a 2008. O baixo valor dos imóveis no bairro se deve a dois principais fatores:

⁴⁶ O valor do imóvel refere-se ao período em que foi adquirido, informado pelo proprietário da residência.

primeiro por causa da favela localizada dentro do bairro Chiquinho Guimarães e segundo por não existir nenhum atrativo próximo à área como, por exemplo, um parque, uma vista panorâmica agradável, um shopping, enfim algo que valorizaria realmente a propriedade.

De acordo com a Lei Complementar nº 11 de dezembro de 2006, em seu anexo III o valor referente ao metro quadrado no Conjunto Habitacional Chiquinho Guimarães é de R\$ 8,00 m², bem diferente de outras áreas próximas, como por exemplo: Major Prates R\$ 40,00 m², Maracanã R\$ 18,00 m², São Geraldo R\$ 15,00. Em relação a outras áreas que apresentam algum atrativo, principalmente, situados na Região Oeste da cidade, a diferença em relação ao preço da terra é ainda maior: Condomínio Portal das Aroeiras R\$ 70,00 m², Jardim São Luiz R\$ 108,00 m², Melo R\$ 100, m², dentre outros.

Em relação ao projeto, um total de 685 (seiscentas e oitenta e cinco) famílias que residiam em áreas invadidas, em diversas localidades na cidade, seriam beneficiadas com casas, embriões ou lotes nos dois conjuntos (Rotary e Tabajara). De acordo com relato dos moradores, as famílias deveriam se inscrever, na Prefeitura Municipal de Montes Claros, mais precisamente Secretaria de Saúde e Ação Social, para conseguir uma casa em um dos dois conjuntos. João Guimarães confirma a informação e destaca que o cadastro das famílias “[...] foi realizado, através da então Secretaria de Saúde e Ação Social com cooperação da Secretaria de Planejamento. Entretanto, o critério de seleção era para as famílias que habitavam em locais de risco, áreas públicas e/ou nas faixas de vias públicas.” Destaca ainda que as famílias que seriam beneficiadas deveriam apresentar condições “subnormais” de habitação e uma renda familiar abaixo de 01 salário mínimo (vigente na época).

Reportamo-nos ao Projeto de Implantação, o qual destaca que foram inscritos para habitarem o Conjunto Rotary famílias de diversas localidades (Tabela 3), sendo:

TABELA 3 - Quantidade de famílias cadastradas para possível transferência às unidades a serem construídas e aos lotes a serem disponibilizados no Conjunto Rotary

LOCALIDADE	Nº de remoções cadastradas	Destino: Conjunto Rotary
Aeroporto	19	18
Santo Antônio	11	01
Jardim Eldorado	68	63
Tabajaras	174	16
Distrito Industrial	120	14
São Judas Tadeu	09	09
Vila Sumaré	12	12
Vargem Grande	07	07
Morada do Sol	18	18
Morrinhos/Cemitério	11	11
Vila Telma	37	37
Estrada de Juramento	37	37
Vera Cruz	26	26
Av. Francisco Gaetani e Av. Castelar Prates	62	62
Rua da Palha	40	40
Av. Coração de Jesus	08	08
Outras	25	25
TOTAL	684	404

Fonte: Projeto Cidades de Porte Médio – Subprojeto Montes Claros – Projeto de Avaliação de Eficácia Componente B.60 – Implantação de Lotes Urbanizados/1983

Concluimos que, das 420 (quatrocentas e vinte) famílias que foram beneficiadas com o projeto, 404 (quatrocentas e quatro) vieram das localidades acima listadas e as outras 16 (dezesseis) já residiam no lugar onde foi implantado o conjunto.

Atualmente não residem no bairro somente famílias beneficiadas com a implantação do projeto na década de 1980, mas também outras que vieram de diversas localidades. Assim, 89% dos habitantes entrevistados afirmam que vieram de outros bairros situados na cidade de Montes Claros: Alto São João, Alterosa, Ciro dos Anjos, Centro, Major Prates, Maracanã, Jardim São Geraldo, Vila Guilhermina, Todos os Santos, etc.; 5% são oriundos de outras cidades localizadas no Estado de Minas Gerais, como: Claro dos Poções, Montalvânia, Francisco Sá, Salinas, dentre outras; 1% alega que veio de outras cidades do Brasil, sendo: Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília-DF e 5% não responderam (Gráfico 4).

Em relação ao tempo em que residem no bairro (Gráfico 5), somente 1% dos entrevistados não soube nos informar; 23% disseram que residem entre 01 e 10 anos; 54% de 11 a 21 anos; 22% vivem nesta COHAB de 22 anos a 32 anos.

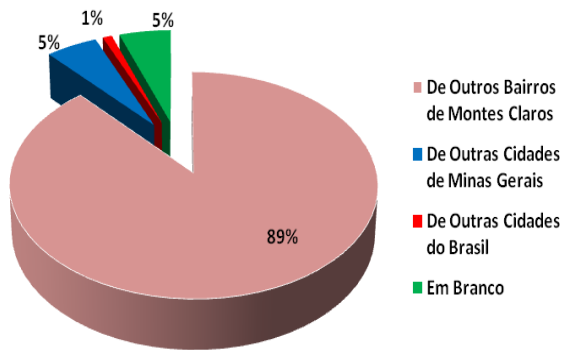


GRÁFICO 4 - Porcentagem de entrevistados em relação ao lugar de origem
 Fonte: Entrevistas realizadas entre 19 e 23 de janeiro de 2009

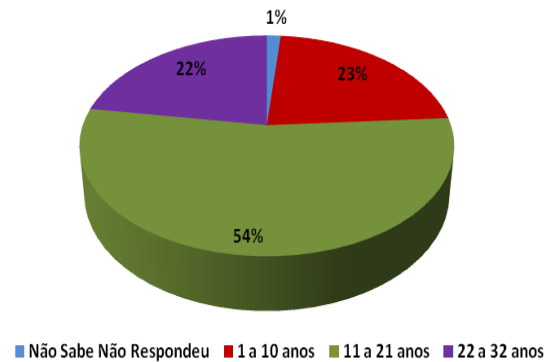


GRÁFICO 5 - Porcentagem em relação ao tempo que residem na COHAB Chiquinho Guimarães
 Fonte: Entrevistas realizadas entre 19 e 23 de janeiro de 2009

Entre 1986 e 1987, houve deslocamento de famílias de baixa renda para o espaço compreendido entre: a Rua Sete, a Rua Oito, a Avenida B e a Avenida Nossa Senhora de Fátima. Transformando aquele espaço num território caracterizado por ruas estreitas (becos) sem infraestrutura básica e casas erguidas com materiais precários: lona, papelão e latão.

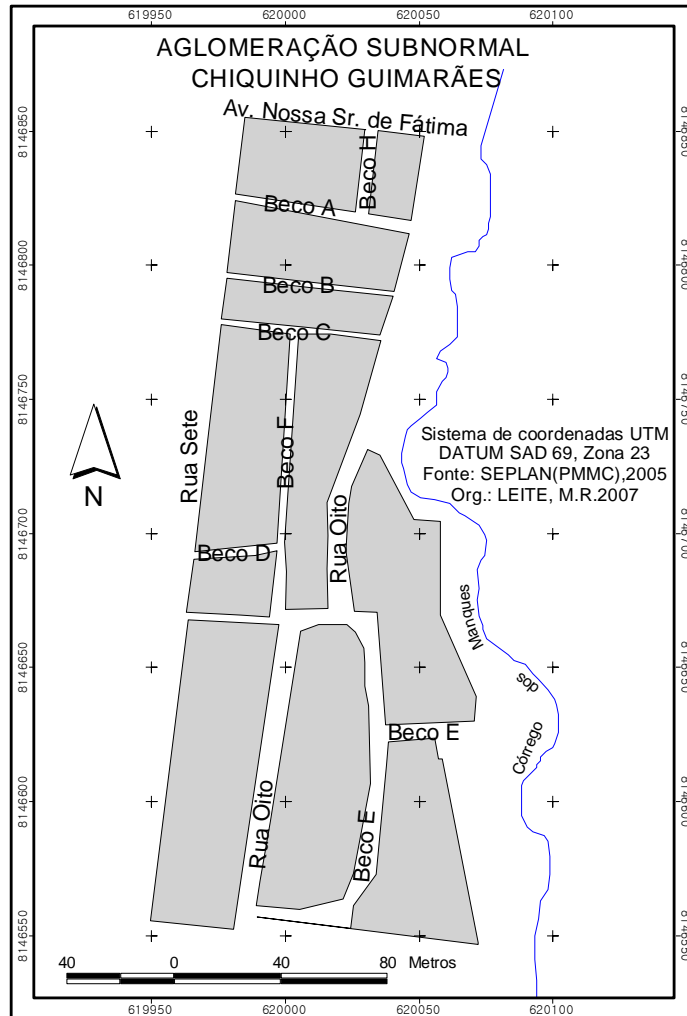
Deleuze e Guattari afirmam em suas obras que os processos de desterritorialização e reterritorialização são indissociáveis, ou seja, consideram que, onde há um processo de D, teremos também um movimento de R. Assim, todo processo T-D-R, constitui-se na ideia de criar um novo território a partir de alterações realizadas num território anterior. Detectamos, então, outro processo T-D-R na COHAB, tem-se a formação da favela.

3.2 Favelização no conjunto – Os “Becos”

A Favela⁴⁷ Chiquinho Guimarães surge no final da década de 1980 dentro do perímetro do então Conjunto Rotary, limitando-se ao Norte com a Avenida Nossa Senhora de Fátima, ao Sul com a Rua 10, a Leste com a Rua 07 e a Oeste com o Córrego dos Mangues

⁴⁷ Categoria atribuída tanto pelos moradores (os ‘de dentro’) quanto pelos outros (os ‘de fora’).

(Mapa 6). Está compreendido entre as coordenadas: 16°45'27" a 16°45'37" de Latitude Sul e 45° 52'23" a 43°52'27" Longitude Oeste.



MAPA 6 - Aglomeração Subnormal Chiquinho Guimarães⁴⁸
Fonte: ALMEIDA; LEITE, 2008

Até o ano de 2006 (Figura 7), este território era constituído de 09 becos, a saber: A, B, C, E, F, G, Beco Beira Rio, e dois becos 'sem nome'; formado por 12 (doze) quarteirões, isto é, metade da quantidade de quarteirões existentes em todo o bairro⁴⁹. Em 2008, a favela ainda se apresenta constituída de 09 (nove) becos, entretanto com algumas alterações, sendo: A, B, C, D, E, F, G, H e um beco 'sem nome'; e 11 (onze) quarteirões. Com esta diferenciação detectamos mais um processo, a ser tratado posteriormente.

⁴⁸ Nota-se que não há mais o Beco Beira Rio, na margem do Córrego dos Mangues. Falaremos sobre o referido beco no item 4.4.

⁴⁹ De acordo com o Projeto de Implantação da COHAB (1983), esta foi projetada com 19 (dezenove) quarteirões.

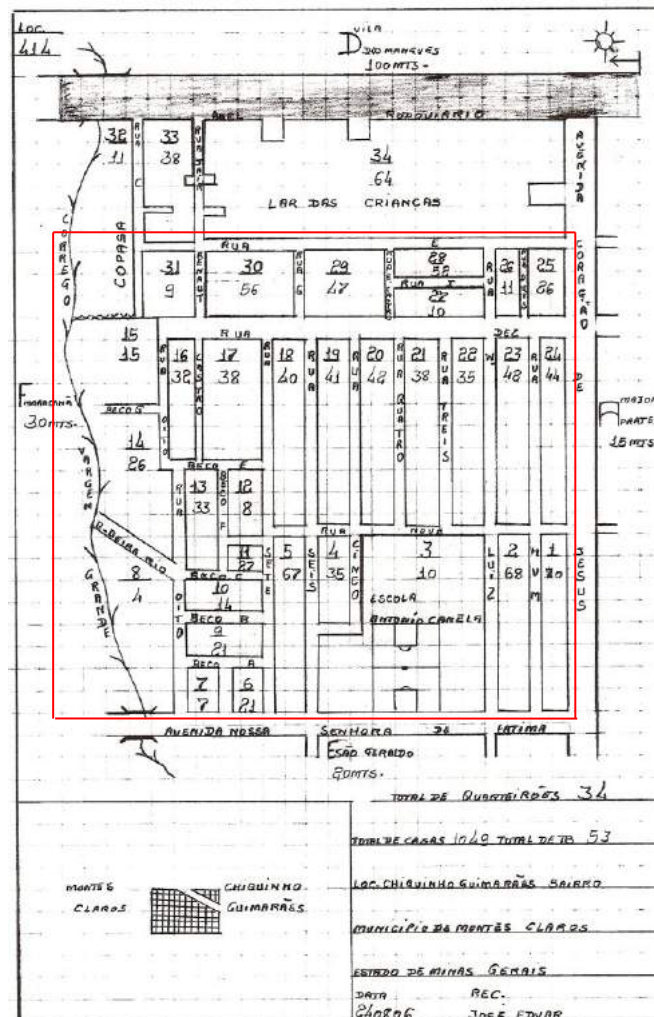


FIGURA 7 - Planta⁵⁰ do Conjunto Chiquinho Guimarães realizado em 24/08/06.

Fonte: Centro de Controle de Zoonoses/Montes Claros, 24/08/2006

A COHAB Chiquinho Guimarães passa mais uma vez pelo processo T-D-R, as transformações espaciais e sociais, se tornam cada vez mais visíveis. Afirmamos que, desde o ano de 1987, têm-se duas ‘faces’ em um único território, ‘favela’ e ‘conjunto’, ou seja, por um lado a estrutura de um loteamento popular, porém, denominado, pela Prefeitura Municipal, de Conjunto, por outro lado tem-se a formação da favela. O primeiro (Figuras 8 e 9) não mais apresenta as características originais: as casas ou os embriões não são mais todos iguais com mesma forma e tamanho, agora elas são constituídas por mais cômodos, um ou dois pavimentos, algumas são muradas, suas frentes pintadas, etc.; alguns lotes apresentam uma,

⁵⁰ Nesta planta é considerada, como parte do referido conjunto, a Chácara dos Mangues, por isso optamos por dimensionar o território da COHAB Chiquinho Guimarães a partir da planta inicial anexa ao projeto. Ressaltamos que as observações que aqui foram e serão pontuadas e analisadas estão compreendidas no recorte espacial, apresentando como limites a Avenida Coração de Jesus, Avenida Nossa Senhora de Fátima, Córrego dos Mangues e a Rua 10

duas, até três casas construídas para abrigar os filhos que casam e/ou outros parentes. A segunda (Figuras 10 e 11), favela, apresenta suas ruas bastante estreitas, ‘becos’: casas de tamanhos diferenciados, esgoto a céu aberto, pavimentação precária, dentre outros.



FIGURA 8 - Rua 06
AUTORA: CASTRO, G. F.; 20/01/2009



FIGURA 9 - Rua 09
AUTORA: CASTRO, G. F.; 20/01/2009



FIGURA 10 - Beco 'sem nome'. Mas de acordo com os moradores: Beco E
AUTORA: CASTRO, G. F.; 20/01/2009



FIGURA 11 - Lixo e esgoto à margem do Córrego dos Mangues
AUTORA: CASTRO, G. F.; 20/01/2009

Consideramos que houve um processo de segregação socioespacial induzido pela pobreza, isto é, “[...] pelo menor poder aquisitivo, que força uma parcela considerável da população a se sujeitar a morar em espaços quase que desprovidos de infra-estrutura, negligenciados pelo estado e até mesmo insalubres” (SOUZA, 1996, p.54).

De acordo com o IBGE, favela se refere a um aglomerado que apresente mais de cinquenta residências, em grande parte carente de infraestrutura e situado em terrenos que não sejam de pertencimento dos moradores. Segundo o Centro de Controle de Zoonoses, havia, no ano de 2006, 176 (cento e setenta e seis) residências.

Diferente da caracterização de favela proposta pelo IBGE, os becos situados no

conjunto, em 2008, apresentavam melhorias em sua infraestrutura, pois praticamente todos os becos são pavimentados (Figuras 12 e 13); há coleta do lixo, apesar de terem que depositá-lo nas esquinas próximas as Ruas 07, 08 ou Avenida Nossa Senhora de Fátima, por falta de espaço para passagem do caminhão nos becos; há energia elétrica; água encanada e quase todas as casas são de alvenaria e tijolo. No entanto, toda esta infraestrutura ainda não atingiu a todos da favela, são visíveis problemas como: esgoto a céu aberto (Figura 14), becos não pavimentados (Figura 15), casa de lona e casas mal distribuídas, alagamentos em dias de chuva⁵¹, traços de ruralidade (criação de animais como cavalos e galinhas).



FIGURA 12 - Beco 'C'
AUTORA: CASTRO, G. F.; 20/01/2009



FIGURA 13 - Beco 'B'
AUTORA: CASTRO, G. F.; 20/01/2009



FIGURA 14 - Rua 10, sem pavimentação.
AUTORA: CASTRO, G. F.; 21/01/2009



FIGURA 15 - Beco 'E', sem pavimentação.
AUTORA: CASTRO, G. F.; 20/01/2009

⁵¹ Principalmente na divisa entre os bairros Chiquinho Guimarães e Maracanã, dificultando a passagem de quem necessita 'pegar' o transporte coletivo neste bairro, ou ir para o trabalho ou para a escola.

De acordo com as Atas da Associação dos Moradores do Conjunto Chiquinho Guimarães, desde quando famílias passaram a invadir e construir suas casas de lona caracterizando os becos, sempre houve preocupação desta com os moradores da favela. Percebemos que, principalmente a partir do ano de 1990, continuamente enfatizam os problemas na favela. Em 23 de fevereiro de 1992, o presidente da Associação, Sr. Francisco “[...] falou que esteve na Prefeitura, e ficou de levar uma medida exata das casas da favela, pois a mesma ficou de doar lonas para os favelados.” Em 28/02/1992 afirmam que “[...] o pessoal está morando na lama e na chuva.”

Um dos principais problemas oriundos da favelização está relacionado à questão social, a favela é vista com ‘maus olhos’ por alguns que residem no Conjunto e pelas pessoas que não conhecem o território. No decorrer das entrevistas ouvimos diversas vezes que o setor público deveria providenciar a retirada das famílias que se encontram nos becos, encaminhando-as para outro lugar, mesmo que fosse próximo dali. Afirmam que “[...] a fama que o Chiquinho Guimarães tem lá fora é por causa da favela que está ali”, disse o morador apontando para a área onde estão localizados os becos. Há um sentimento de exclusão de alguns residentes em relação àqueles que habitam a favela.

Asseveram que os maiores problemas do bairro estão situados na favela. “É por causa dos becos que muita gente aí fora pensa que o Chiquinho é uma favela. Mas não! Não somos favela! Temos problemas como todo lugar... e os maiores problemas daqui estão lá, nos becos!” (moradora). Este território é relacionado por alguns a problemas como: tráfico de drogas e violência.

A ideia de separação, favela e conjunto, é expressamente percebida quando, a partir da fala de Dona Maria, Presidente da Associação, ouvimos “[...] estão falando de criarem uma Associação na Rua 07 e outra nos Becos. Dizem que esta Associação não ajuda lá!”

Coadunamos com Almeida e Leite (2008, p.19) quando asseguram que a favela é vista como “[...] um vizinho indesejável, pois esta traz consigo a promiscuidade e a violência, além de ferir a ideia do direito à propriedade privada, ou seja, a sociedade transfere a responsabilidade da desordem social para a favela.” As expressões beco ou favela transmitem a ideia de um território que apresenta características relacionadas à de marginalidade, de criminalidade, de violência, de tráfico de drogas, de péssimas condições de vida, de um lugar sem infraestrutura, de pobreza. Mas percebemos que, no Conjunto Chiquinho Guimarães, estas características nem sempre são verdadeiras.

De acordo com o trabalho de Almeida e Leite (2008), no qual realizaram o diagnóstico das favelas da cidade de Montes Claros, destacam que aplicaram questionários em 179 (cento e setenta e nove) residências nos becos situados na COHAB Chiquinho Guimarães, englobando um quantitativo populacional de 786 (setecentos e oitenta e seis) habitantes.

Segundo os autores, conforme ilustrado no Gráfico 6, no período de 2002/2006 houve uma considerável migração para a favela Chiquinho Guimarães, pois 29% dos moradores estão nos becos no período de 01 a 05 anos; 34% alegaram que estão entre 05 a 10 anos (1997/2001); 30% de 10 a 15 anos (1992/1996); 3% de 15 a 20 anos (1987/1991); 4% de 20 a 25 anos (1982/1986). A partir destes dados percebemos incoerência em relação ao projeto de implantação do conjunto, isto é, se este foi implantado para regularizar e proporcionar moradia às pessoas que estavam próximas, bem como a outros cadastrados, por que não foram beneficiados estes moradores que se situavam próximos do ‘curral da prefeitura’, pessoas que alegaram estar lá desde meados da década de 1980?

No entanto, constatamos em nossa pesquisa que algumas famílias que atualmente residem na favela foram beneficiadas com um imóvel no Conjunto, mas, por necessidade, se viram obrigadas a vender ou a alugar seu ‘bem’ a terceiros.

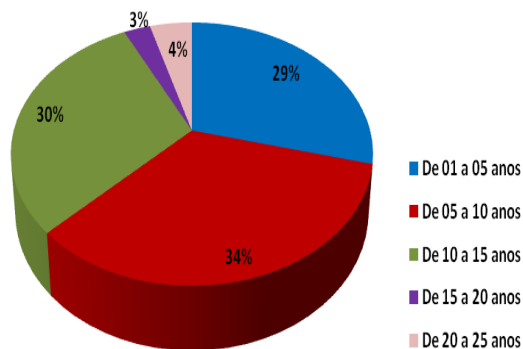


GRÁFICO 6 - Porcentagem em relação ao tempo que residem no Conjunto

Fonte: Pesquisa Diagnóstico Socioeconômico das Aglomerações Subnormais da cidade de Montes Claros, 2006

Adaptado por: CASTRO, G. F. em 2009.

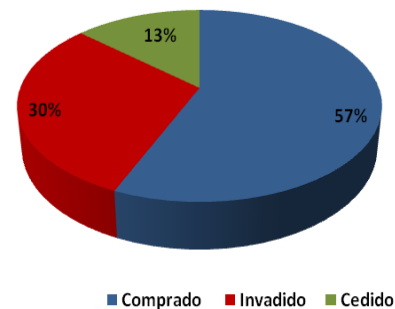


GRÁFICO 7 - Porcentagem em relação à forma de aquisição do terreno

Fonte: Pesquisa Diagnóstico Socioeconômico das Aglomerações Subnormais da cidade de Montes Claros, 2006

Adaptado por: CASTRO, G. F. em 2009.

O Gráfico 7 representa o percentual da forma de aquisição do terreno nos becos, assim, 57% alegam que compraram, porém, conforme comprovamos em nossa pesquisa, estes não apresentaram nenhum documento que ratifique a compra; 30% disseram ter invadido o

terreno no qual residem e 13% informaram que o terreno que possuem foi cedido por alguém, sendo os pais ou sogros.

Não muito diferente da origem daqueles que foram levados para o Conjunto ‘Rotary’, a partir da pesquisa de Almeida e Leite (2008), detectamos que 45% das famílias que se encontram nos becos vieram de outros bairros de Montes Claros, sendo: Chácara dos Mangues, Major Prates, Ciro dos Anjos, etc.; 18% de outras cidades, como, por exemplo, da Jaíba e de Coração de Jesus. Mas há aqueles que migraram do próprio Conjunto, o que corresponde a 20% das famílias e aqueles oriundos da zona rural que correspondem a 17% (Gráfico 8).

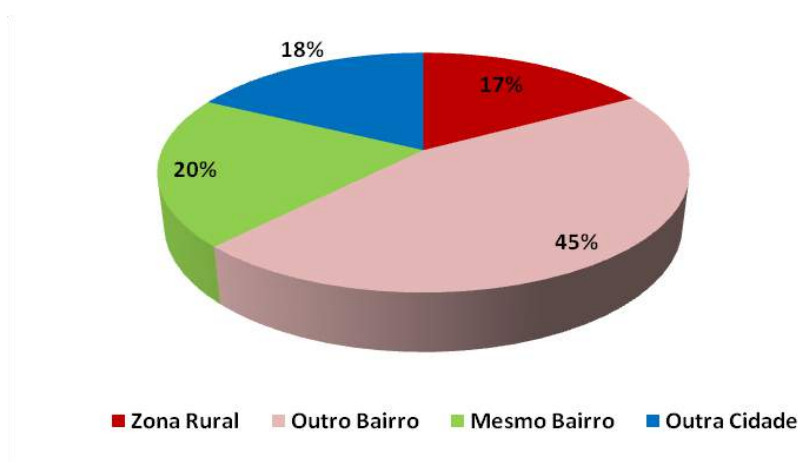


GRÁFICO 8 - Local de Origem das famílias que residem nos ‘Becos’ – Conjunto Chiquinho Guimarães

Fonte: Pesquisa Diagnóstico Socioeconômico das Aglomerações Subnormais da cidade de Montes Claros, 2006.

Adaptado por: CASTRO, G. F. em 2009.

Em relação à estrutura das casas situadas nos becos, os referidos autores afirmam que, no universo de 179 residências, 99% destas são de alvenaria e somente 1% é de tábua/lona ou latão. A cobertura destas é de telha em 73%, laje em 24% e zinco/madeira ou lona em 3%. A proximidade destes becos ao Córrego dos Mangues e a estrutura física do terreno onde se encontram colaboram para que algumas residências apresentem risco de inundação, o que, de acordo com os autores, corresponde a 16% das casas. Corroboram que “[...] apesar de quase todas as casas serem de alvenaria, a maioria delas apresenta uma estrutura precária, estando inacabadas, com poucos cômodos e quartos para acomodar, geralmente, um número grande de moradores por residência” (ALMEIDA; LEITE, 2008, p.26).

3.3 Aterro da ‘barroca’ – atual Rua 10

O terceiro momento T-D-R no conjunto em estudo foi identificado a partir das entrevistas junto aos habitantes do bairro e confirmado nas Atas de Reuniões da Associação dos Moradores do Conjunto Chiquinho Guimarães. Desde o ano de 1990 até o ano de 2003 sempre é feita, nas atas, alguma menção em relação a problemas nesta rua, referindo-se continuamente à ‘barroca’⁵².

A Rua 10 é o limite ao sul do bairro, é o divisor do Chiquinho Guimarães (Norte) e o Mangues (Sul). Era caracterizada por mau cheiro, poluição visual e acúmulo de lixo. As confusões entre os vizinhos ou entre os habitantes da Rua e outros que lá iam para depositar lixos de diversas naturezas eram constantes. Alegam que, antes da realização do aterro, diversas pessoas – não necessariamente moradoras do conjunto – utilizavam o local como um lugar para sacrificar animais (cavalos, cachorros, gatos) que se encontravam gravemente feridos ou adoentados e lá os deixavam. Estes atos acarretavam “[...] um mau cheiro terrível, que incomodava bastante, às vezes causava até mesmo brigas entre os moradores” (moradora da Rua 10).

As pessoas que têm suas casas do lado esquerdo da Rua, limitando-se com o Mangues, consideram-se moradoras deste bairro e não do Chiquinho Guimarães, alguns alegaram que: “[...] faço isso por causa da fama que o Chiquinho tem!” (morador da Rua 10).

Em 16 de fevereiro de 1992 às 8h, no Centro de Convívio localizado na Rua 02, iniciava-se mais uma reunião da Associação, e umas das primeiras anotações foi:

A vice presidente, Maria Eunice, pediu para fazermos abaixo-assinado sobre a água da barroca que invadiu as casas ao lado. [...] Eu 2º secretário, Sr. Norberto, pedi pelo Senhor Jaime e sua esposa, providência pela barroca o mais rápido possível, pois a água invadiu a sua casa; que foi socorrida pelo corpo de bombeiro. O Senhor Hélio disse que também a sua prima teve os mesmos socorros.

Enfatizam sucessivamente todas as vezes que solicitaram junto a Prefeitura Municipal solução para este problema e, sempre que a associação recebe a visita de algum vereador, a

⁵² Segundo Guerra e Guerra (2003, p.85), barroca é “[...] forma produzida pela erosão acelerada; o mesmo que voçoroca.” Voçoroca por sua vez é a “[...] escavação ou rasgão do solo ou de rocha decomposta, ocasionado pela erosão do lençol de escoamento superficial. [...], podem também ser formadas pelo escoamento subsuperficial.” (2003, p. 637).

barroca e a favela são dois pontos a serem lembrados. Em 28 de fevereiro de 1992 a Associação recebeu a visita do então Vice-Prefeito, Pedro Narciso, o qual, após ouvir as reclamações dos moradores, afirmou:

[...] que ia estudar sobre as reivindicações que fizemos, e marcará mais uma reunião para ajudarmos a resolver estes problemas, e nos prometeu a tirar o lixo, fazer a drenagem da barroca, ficou de ajudar a resolver também a lama da favela. A alimentação e a lona para os mesmos. E ficou de nos comunicar, para ajudarmos na distribuição da feira. Assumi também de liberar a área do curral, e a verificar o problema da COPASA⁵³ que sempre falta água no bairro. Ficou de ver também se vai liberar os lotes da favela ou se vai doar outros terrenos a eles. (Ata da Associação dos Moradores do Conjunto Chiquinho Guimarães, 28/02/1992)

Contudo, estas promessas não foram cumpridas, pois estes mesmos problemas aparecem outras vezes transcritos nas Atas. Em relação à barroca, em 30 de dezembro de 1993, a presidente da Associação, Sra. Edileuza, chama a atenção dos membros para “[...] trabalhar juntos, que o bairro estar precisando muito de ajuda e muita assistência, principalmente os moradores da beira da barroca, que estar sofrendo muito com as chuvas”, destaca ainda que “[...] o lixo que estão sendo jogado na barroca está prejudicando os moradores.”

O apelo dos residentes em realizar o aterro da barroca que tantos problemas originavam no conjunto somente foi atendido no ano de 2004, na segunda gestão do Prefeito Jairo Ataíde. A importância do processo de aterramento na rua foi apontada pelos moradores entrevistados como “extremamente necessária”, principalmente por aqueles que residem na Rua 10 e por outros que vivem nas vias próximas: Ruas 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08. Este processo possibilitou melhorias da qualidade de vida para as diversas famílias que habitam no Conjunto e na Favela.

Em se tratando do problema referente à deposição de animais mortos e de lixos nesta rua, percebemos que estes problemas foram sanados quase por completo. Em janeiro de 2009, averiguamos que ainda há lixos e entulhos depositados nesta, no entanto, os habitantes do conjunto se mostraram muito agradecidos ao referido prefeito por ter resolvido, em parte, os problemas. Porém, estes não cessaram por completo, além da não pavimentação de toda a rua, 49% de todos os entrevistados reclamam do esgoto que escorre pela Rua no sentido oeste-leste chegando até a margem do Córrego dos Mangues. Os problemas da Rua 10 se estendem então a Rua 08, ao Beco ‘E’ e a Avenida Nova (sem nome). Segundo os moradores

⁵³ Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA.

entrevistados, o esgoto é oriundo do Motel Sossego, situado na Avenida Coração de Jesus. Acusam o dono do referido motel de ter conhecimento do problema e não tomar nenhuma providência.

A falta de asfalto ocasiona outros problemas de caráter socioespacial a muitas famílias no conjunto, por esta razão, os mesmos 49% solicitam providências em relação ao calçamento da rua. Alegam que em dias de chuvas a rua fica praticamente intransitável, o que compromete o cumprimento de horários nos trabalhos pelos adultos e nas escolas pelas crianças, além de outras coisas. Destacamos que, além da Rua 10 (Figura 16), outras foram apontadas com o mesmo problema, isto é, se encontram sem pavimentação ou com necessidade de repavimentação, quais sejam: a Avenida B (Figura 17), parte da Rua 08 (Figura 18) e alguns becos como, por exemplo, o Beco 'E' (Figura 19) e o que restou do Beco Beira Rio.



FIGURA 16 - Parte da Rua 10, sem pavimentação
AUTORA: CASTRO, G. F.; 19/01/2009



**FIGURA 17 - Avenida 'B', situada à margem do
Córrego dos Mangues**
AUTORA: CASTRO, G. F.; 19/01/2009



FIGURA 18 - Rua 08, a pavimentação necessita de restauração

AUTORA: CASTRO, G. F.; 19/01/2009



FIGURA 19 - Beco 'E'

AUTORA: CASTRO, G. F.; 19/01/2009

As transformações socioespaciais no bairro Chiquinho Guimarães não cessam, assim como em todo território. Na tentativa de amenizar os problemas socioespaciais neste bairro, em 2007 algumas famílias foram desalojadas desta favela, mais especificamente, do Beco Beira Rio.

3.4 Quase extinto Beco Beira Rio

Como quarto processo T-D-R identificado no bairro, temos o desalojamento das famílias do Beco Beira Rio (Figura 20) situado entre a Avenida Nossa Senhora de Fátima (Norte), o Beco G (Sul), a Rua Oito (Leste) e o Córrego dos Mangues (Oeste).

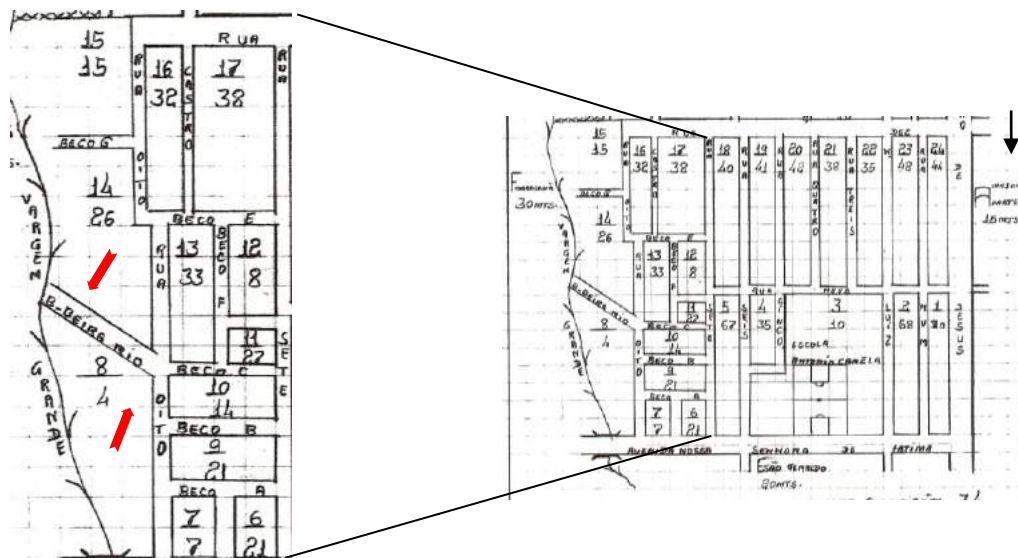


FIGURA 20 - Recorte da Planta do Conjunto Chiquinho Guimarães, em destaque, a Favela. Informamos que a numeração que se apresenta na figura corresponde à numeração do quarteirão (numerador) e à quantidade de residências no quarteirão (denominador)

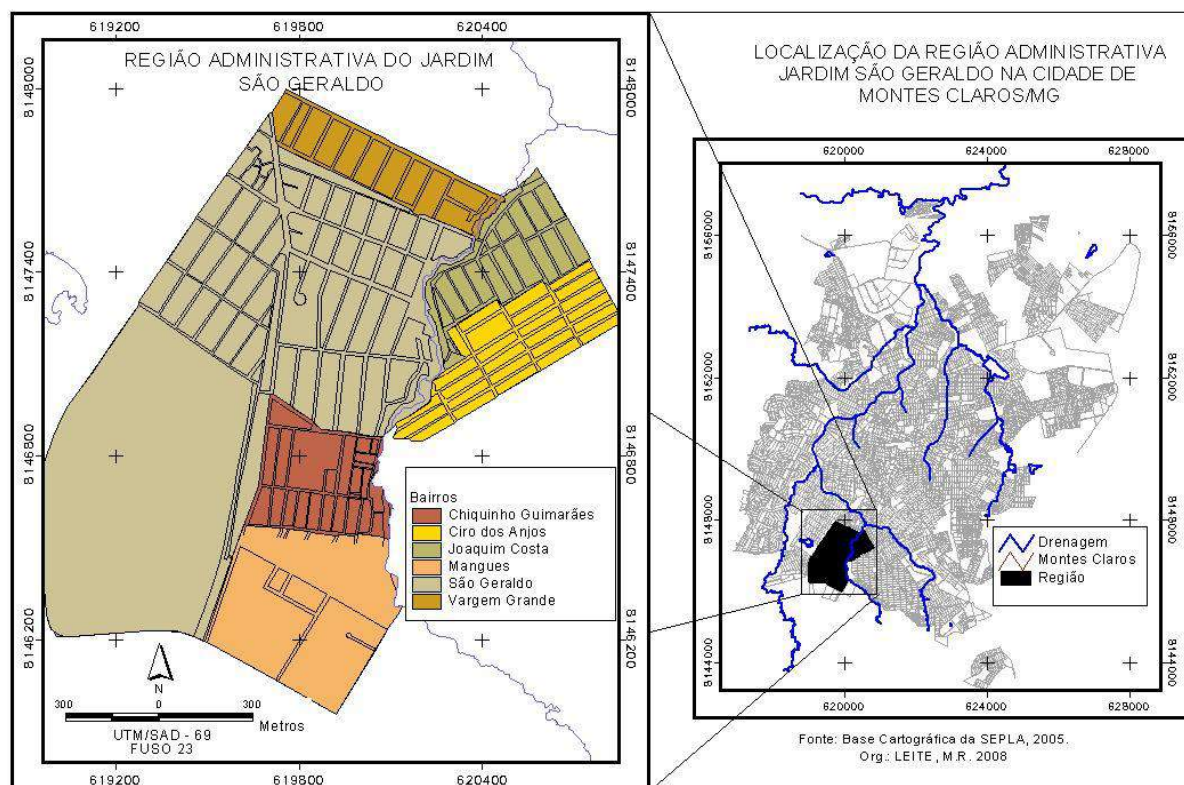
Fonte: Centro de Controle de Zoonoses/Montes Claros, 24/08/2006

Haesbaert (2007) destaca que a desterritorialização para os mais pobres é uma a-territorialidade insegura, que apresenta uma mobilidade compulsória e que resulta da falta de opção relacionada à simples busca pela sobrevivência física cotidiana. O desalojamento das famílias deste Beco, à primeira vista, era necessário para que as pessoas que ali habitavam pudessem viver melhor. O beco era caracterizado por não apresentar asfalto, por moradias irregulares construídas com material precário (lona/tábua), por estar próximo da área onde a população deposita lixo indevidamente, por estar situado muito próximo à margem do Córrego, em torno de 10 a 15m, dentre outros fatores. De acordo com o Plano Diretor de Montes Claros, habitações próximas a córregos, rios devem manter o mínimo de 30m de distância da margem destes.

Contudo, segundo informações fornecidas pela SEPLAN, este desalojamento foi necessário para a realização da construção de uma Avenida nova⁵⁴ e a Canalização do Córrego dos Mangues, bem como para que as famílias que residiam no Beco Beira Rio pudessem obter melhor qualidade de vida em outro local. Assim, algumas famílias foram indenizadas e outras foram levadas para o bairro Vargem Grande⁵⁵ que, juntamente com os ‘bairros’: Mangues, Ciro dos Anjos, São Geraldo, Joaquim Costa e Chiquinho Guimarães, constituem a Região Administrativa do Jardim São Geraldo (Mapa 7).

⁵⁴ Por não ter sido concluída a obra de construção da referida Avenida, esta ainda não tem nome. No entanto, destacamos que é continuação da Avenida Manoel Caribé Filho.

⁵⁵ O Bairro Vargem Grande está localizado a 16°44’2” a 16°44’51” de Latitude Sul e 43°52’10” a 43°52’35” Longitude Oeste.



MAPA 7 – Região Administrativa do Jardim São Geraldo/Localização da Região Administrativa Jardim São Geraldo na Cidade de Montes Claros/MG
ORG.: LEITE, M. R., 2008

Ao observar a Planta realizada pelo Centro de Controle de Zoonoses (Figura 20), em 2006 existiam 04 (quatro) famílias no beco. Porém, segundo informações de Dona Maria, foram desalojadas 27 (vinte e sete) famílias que viviam neste beco no ano de 2007, quando ocorreu este processo.

Constatamos, após as entrevistas, que as famílias desalojadas eram parentes de outros que habitam o conjunto. Apesar de considerarmos esta retirada como um processo de T-D-R, destacamos que atualmente há 02 (duas) famílias residindo no local considerado como perímetro do Beco Beira Rio (Figuras 21 e 22).

Os dois moradores responsáveis pela família residentes neste beco alegaram que compraram o lote na área: um há 05 (cinco) e o outro há 06 (seis) anos. O primeiro alega não lembrar o valor pago, no entanto o segundo afirma que pagou R\$ 500,00 pelo lote. Destacaram que a canalização do córrego e a avenida nova foram as principais mudanças observadas, portanto “o lixo nas ruas, o esgoto que estoura e o beco sem asfalto” são os principais problemas do bairro para eles. Alegam que em dia de chuva, além de alagar as

casas, fica difícil se locomover pelo beco. Mas, mesmo assim, dizem com orgulho e em quaisquer circunstâncias que moram neste bairro, “[...] porque é o lugar onde moro.”



FIGURA 21 - Beco Beira Rio
AUTORA: CASTRO, G. F.; 19/01/2009



FIGURA 22 - Pequeno curral situado entre o Beco Beira Rio e a Rua 08
AUTORA: CASTRO, G. F.; 19/01/2009

Este processo é visto com “bons olhos” pelos moradores entrevistados, alegam que o deslocamento das famílias foi algo positivo, principalmente para aqueles que lá habitavam, por causa dos problemas que tinham associados a questões ambientais: lixo, esgoto e inundações em dias de chuva. “A retirada das pessoas do Beco Beira Rio foi muito boa para eles. Alguns perderam muitas coisas lá, pois sempre que chovia, inundava tudo! Dava dó!” (moradora da Rua 06).

CAPÍTULO 4 – TERRITÓRIO DE EXCLUSÃO – O ATUAL CHIQUINHO GUIMARÃES

Neste capítulo, analisaremos o conjunto procurando perceber se ele constitui ou não um Território de Exclusão para os ‘de dentro’. Inicialmente partimos da premissa de que o Chiquinho Guimarães é um território de exclusão, considerando o fato de este ser um agente social excluído, independente da denominação: conjunto habitacional, favela ou loteamento popular, além de apresentar características de pobreza. Fazemos menção não só à pobreza relacionada à questão econômica (renda), mas também à outras dimensões, relacionada a privações das liberdades, o que engloba tanto direitos civis básicos, direitos políticos quanto direitos socioespaciais. A discussão realizada será pautada em autores que utilizam estes termos: Casimiro Balsa, Jordil Estivill, Rogério Haesbaert, Robert Castel, Marc-Henry Soulet, Guy Bajoit e outros.

Almejamos averiguar se os moradores deste ‘bairro’ se sentem excluídos social e espacialmente da sociedade montesclareense, ou seja, apesar de considerá-lo *a priori* como um território de exclusão pelos ‘de fora’, iremos focalizar na exclusão sentida ou não pelos ‘de dentro’. Algumas questões norteadoras foram então propostas, quais sejam: A população que habita este bairro se sente excluída social e espacialmente em relação à sociedade montesclareense? Quais seriam as ações, na concepção dos moradores, de melhoria para o bairro que poderiam ser realizadas pelo poder público municipal? Se confirmada a primeira questão exposta, o que acreditam que poderia ser feito para que se sentissem incluídos num processo de desenvolvimento social?

Estivill (2003, p. 47) afirma que “[...] para avaliar as manifestações da exclusão, é necessário ouvir os que tenham sido excluídos.” Sabemos que este tipo de território desde o instante em que surge traz consigo a ideia de segregação socioespacial/residencial. Independente de qual tipo de segregação sofre ou sofreu, sua origem está arrolada na questão econômica, seja relacionada ao poder aquisitivo dos habitantes, seja relacionada ao valor da terra.

Portanto, se esta COHAB foi criada com o intuito de incluir determinada população num contexto em que se pretendia possibilitar moradia digna, endereço fixo, regularização

fundiária, saneamento básico, educação e lazer, desejaríamos saber se a população do conjunto realmente usufrui destes.

Pontuaremos, na perspectiva dos residentes do bairro – os ‘de dentro’, os principais problemas da comunidade e as sugestões apontadas por estes para resolvê-los. O desígnio de apontar estas soluções servirá como uma perspectiva de levar, cada vez mais, o desenvolvimento social para a população deste conjunto. Fazendo isto, iremos atender as solicitações dos moradores do conjunto, em especial da Presidente da Associação, de entregar-lhes um instrumento para que, a partir dele, possam continuar a lutar por seus direitos.

A grande maioria dos entrevistados se mostrou disposta a nos ajudar com a pesquisa por acreditarem no quão será importante tanto para a favela quanto para o conjunto. Entretanto, em alguns momentos nos deparamos com poucos moradores que demonstraram apatia em relação a esta pesquisa. Alegando que “[...] estas pesquisas não servem para nada! Só pra ‘encher o saco’ da gente!” Buscamos em Estivill a explicação para tal situação e, de acordo com ele, em pesquisas que tratam da exclusão,

[...] as populações afetadas podem responder com indiferença, com desconfiança e até com oposição, por se verem tratadas como objetos, por desconhecerem a finalidade da investigação e onde vão parar os resultados, e também por desconhecerem até que ponto estes resultados vão melhorar ou piorar a sua situação. (2003, p. 54)

Enfim, neste capítulo apresentaremos as transformações sociais apontadas pelos moradores, além dos problemas e possíveis soluções para que possam se sentir cada vez mais incluídos no meio montesclareense, bem como para que possam obter cada vez mais desenvolvimento social.

4.1 Transformações socioespaciais na percepção dos moradores

Após analisarmos os processos de T-D-R pelos quais o território Chiquinho Guimarães passou e para melhor compreendermos a ideia a ser discutida neste capítulo,

acerca de território de exclusão, sentimos a necessidade de abordar outras transformações, principalmente aquelas relacionadas à questão social na perspectiva dos moradores.

Para melhor situarmos o tempo de residência dos moradores (Gráfico 9), destacamos que 23% dos entrevistados nos informaram que vivem no bairro entre 1 a 10 anos, enquanto que 54% afirmam que estão nesse território de 11 a 21 anos, 22% estão de 22 a 32 anos e somente 1% alegou que não sabem/não responderam.

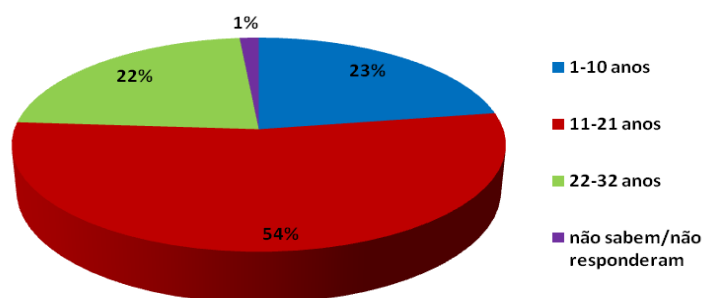


GRÁFICO 9 - Percentual de moradores por tempo de residência no bairro Chiquinho Guimarães?

Fonte: Entrevista realizada entre os dias 19 e 23 de janeiro de 2009

De acordo com a Tabela 4, temos que aqueles que se encontram no bairro Chiquinho Guimarães desde o momento que consideramos como primeiro processo T-D-R, ou seja, de 22 a 32 anos (1976-1986) afirmam em quase totalidade (93,6%) que desde que migraram para este território havia escola para atender a população. Referem-se à antiga escola profissionalizante (década de 1950-1960) que pertencia ao Rotary Club, atualmente é conhecida como Creche ou Centro Municipal de Convívio Professor Raimundo Neto (Figura 23). Em relação aos outros serviços: 46,8% disseram que já havia energia elétrica, 48,9% falaram de água encanada, 53,2% afirmam que havia coleta de lixo, 57,4% lembram que havia rede de esgoto. No entanto, somente 36,2% dos entrevistados alegaram que desde quando se deslocaram para o Conjunto Rotary já existiam todos estes serviços, este percentual se refere àqueles que receberam casas ou embriões.

TABELA 4 - Serviços realizados no Bairro Chiquinho Guimarães de acordo com os moradores, por tempo de residência neste.

O percentual refere-se à quantidade de pessoas entrevistadas por tempo de residência, isto é: não sabe ou não respondeu há quanto tempo mora no conjunto – 03 pessoas; de 01 a 10 anos – 47 entrevistados; de 11 a 21 anos – 112; e de 22 a 32 anos – 47

Serviços Prestados no Conjunto	Tempo de Residência no Conjunto			
	Não Sabe/Não Respondeu	1 a 10 anos (1998-2008)	11 a 21 anos (1987-1997)	22 a 32 anos (1976-1986)
	Percentual (%)	Percentual (%)	Percentual (%)	Percentual (%)
Não Sabe não Respondeu	33,3	0	4,46	6,38
Escola	66,7	100	95,5	93,6
Energia Elétrica	66,7	87,23	52,7	46,8
Água Encanada	66,7	89,36	53,6	48,9
Coleta de Lixo	0	91,49	52,7	53,2
Tratamento de Esgoto	66,7	97,87	60,7	57,4
Todos os itens	33,3	82,98	38,4	36,2

Fonte: Entrevista realizada entre os dias 19 e 23 de janeiro de 2009

Em relação aos percentuais relacionados aos serviços prestados no bairro, estes são justificados porque, durante os anos de 1976-1986, o conjunto em sua maior parte ainda era constituído de loteamentos. Assim, algumas pessoas que receberam o lote asseguram que os serviços eram somente para poucos: “Nem todos estes serviços atingiam imediatamente a todos não!” (moradora da Rua 06).

Dentre aqueles que residem no bairro entre 11 a 21 anos, 4,46% não souberam informar ou não quiseram responder. Entretanto, 95,5% afirmaram que desde que foram para este território havia escola, tanto a creche quanto a Escola Estadual Antônio Canela (Figura 24). Em relação aos outros serviços: 52,7% tinham energia elétrica, 53,6% água encanada, 52,7% coleta de lixo, 60,7% rede de esgoto, 38,4% todos os serviços. Foi durante este período (1987-1997) que houve o deslocamento de famílias para o território no qual constituíram a favela, momento que identificamos como o segundo processo T-D-R.

Os moradores do bairro que lá estão entre 1 a 10 anos (1998-2008), em sua grande maioria (82,98%), afirmaram que ao mudarem para o Chiquinho Guimarães neste já havia todos os serviços listados, todos (100%) alegaram existir a escola, 87,23% energia elétrica, 89,36% água encanada, 97,87% rede de esgoto e 91,49% coleta de lixo. Dentre estes, não houve nenhuma pessoa que não sabia ou não respondeu. Neste período detectamos os dois últimos processos apontados neste trabalho: o aterro da barroca da Rua 10 e a retirada das famílias do Beco Beira Rio.



FIGURA 23 - Centro de Convívio Professor Raimundo Neto, situado na Rua 02
AUTORA: CASTRO, G. F.; 19/01/2009



FIGURA 24 - Escola Estadual Antônio Canela. Situada na Avenida Nossa Senhora de Fátima
AUTORA: CASTRO, G. F.; 19/01/2009

Cumpramos destacar que, apesar de a quase totalidade dos entrevistados que estão no bairro no período compreendido entre 1997-2008 afirmarem que há o serviço de coleta de lixo, é muito comum encontrar entulhos e lixos (materiais diversos) espalhados por vários pontos neste território. São lançados tanto próximo à favela, principalmente à margem do Córrego dos Mangues (Figura 25), quanto pelas ruas do conjunto, em especial no campo ao lado da escola (Figura 26). Esta ação contribui com a proliferação de animais peçonhentos e insetos, bem como com a poluição visual, odores indesejáveis, entupimento de bueiros causando alagamentos em época de chuvas, poluição do Córrego dos Mangues, dentre outros problemas relacionados à saúde e ao meio ambiente.



FIGURA 25 - Lixo depositado próximo ao Córrego dos Mangues⁵⁶.

AUTORA: CASTRO, G. F.; 20/01/2009



FIGURA 26 - Lixo depositado no 'campo', próximo da Escola Estadual Antônio Canela

AUTORA: CASTRO, G. F.; 20/01/2009

Assim, o bairro 'Chiquinho Guimarães' desde a sua implantação até 2008 sempre foi constituído por alguns dos serviços considerados básicos a qualquer cidadão, dentre os quais: moradia, educação, energia elétrica, água encanada e coleta de lixo. Porém, nem todos usufruíam ou usufruem destes serviços. Costa (2004) afirma que havia no conjunto, em 2004, domicílios com iluminação do tipo: padrão independente, padrão coletivo, lamparina, vela e outros. Em relação à água utilizada destaca que, apesar de grande parte dos domicílios apresentar rede geral de abastecimento independente, dos 407 (quatrocentos e sete) domicílios pesquisados por ele, em 87% existiam ainda: rede geral de uso de outras famílias, cisterna de uso individual e cisterna de uso de outras famílias. Alega que 95,3% dos residentes possuem redes de esgoto ligadas à rede geral.

Em relação às modificações no Chiquinho Guimarães (conjunto e favela), perguntamos aos habitantes: quais as alterações observadas no conjunto em relação ao tempo que residiam no bairro e os dias atuais? Apesar de tratar-se de uma questão aberta, o fato de solicitarmos que apontassem três modificações e as proximidades das respostas possibilitou-nos, ao realizarmos a análise final da questão, desenvolver as categorias dos dados, conforme mostra a Tabela 5.

Destacamos que além das informações em relação aos processos territoriais, pontuaram diversos aspectos relacionados à questão social, mas todas as variações citadas de

⁵⁶ O acúmulo do lixo depositado à margem do referido córrego está contribuindo para a formação de voçoroca à margem deste.

alguma maneira são decorrentes das mudanças que aconteceram durante os quatro processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização identificados.

Foi solicitado que os respondentes indicassem três diferenças no bairro, no período compreendido entre o ano que migraram para este e o ano de 2008. Em relação às primeiras diferenças percebidas pelos moradores, temos: 49% dos entrevistados alegaram melhorias relacionadas à infraestrutura: água encanada, energia elétrica, asfalto em quase todas as ruas e becos, e coleta de lixo, além da retirada dos moradores no Beco Beira Rio, ao aterro da barroca da Rua 10; a canalização do Córrego dos Mangues (Figura 27) e a construção da quadra na Escola Estadual Antônio Canela (Figura 28); 7% destacaram aumento da violência e 2% aumento do tráfico de drogas. Relacionam estes dois pontos com a favela, “[...] a malandragem come solta lá em baixo [se referindo aos becos], aqui nós não temos muitos problemas com malandragem” (morador).

TABELA 5 - Três diferenças apontadas pelos moradores, no bairro, no período compreendido entre o ano que migraram para este e o ano de 2008

Diferenças Apontadas pelos Moradores	Primeiro		Segundo		Terceiro	
	Quantidade	Percentual %	Quantidade	Percentual %	Quantidade	Percentual %
Melhoria na infraestrutura do bairro	102	49	62	30	57	27
Aumento da violência	15	7	08	4	01	0,5
Redução da violência	07	3	05	2,5	02	1
Criação de ONG e Associação dos Moradores	03	1	03	1	05	2,5
Aumento da população e do número de casas	15	7	12	6	05	2,5
Nenhuma	14	7	0	0	0	0
Aumento do número de Comércio	05	2,5	02	1	04	2
Aumento do número de Escolas	04	2	03	1	0	0
Transporte Coletivo	01	0,5	03	1	01	0,5
Outros*	08	4	04	2	05	2,5
Aumento do tráfico de drogas	04	2	04	2	01	0,5
Não sabe/não respondeu	31	15	103	49,5	128	61
Total	209	100	209	100	209	100

* Pastoral da Criança atuante no bairro, atendimento do PSF, aumento do número de moto-taxistas, telefone público

Fonte: Entrevista realizada entre os dias 19 e 23 de janeiro de 2009

Ainda, 3% alegaram que houve redução da violência no conjunto, os que assim declararam são residentes nos becos; 1% destacou a criação da ONG “Caminhos da

Solidariedade” e Associação dos Moradores (Figura 29); 7% citaram o aumento da população e do número de casas; 7% disseram que não perceberam nenhuma mudança; 2,5% destacam o aumento do número de comércio no bairro, que não existia no projeto de implantação do conjunto, porque este é considerado no Plano Diretor (2001), mais especificamente na Lei de uso e ocupação do solo, como Zona Residencial 2 – ZR2; 2% alegam aumento do número de escolas; 0,5% transporte coletivo⁵⁷; 4% outros; e 15% não souberam ou não responderam.



FIGURA 27 - Córrego dos Mangues canalizado
AUTORA: CASTRO, G. F.; 19/01/2009



FIGURA 28 - Vista Lateral da quadra situada na Escola Estadual Antônio Canela
AUTORA: CASTRO, G. F.; 19/01/2009



FIGURA 29 - Casa da Associação dos Moradores do Bairro

Todo primeiro domingo do mês a Pastoral da Criança atende a comunidade, medindo e pesando as crianças da comunidade

AUTORA: CASTRO, G. F.; 19/01/2009



FIGURA 30 - Empório Medeiros. Um dos poucos comércios que há no conjunto

AUTORA: CASTRO, G. F.; 19/01/2009

⁵⁷ Diversas são as linhas de ônibus coletivo que têm em seu itinerário ou o conjunto Chiquinho Guimarães ou os bairros adjacentes (Maracanã, São Geraldo, Mangues e Major Prates), citamos as linhas: 11 (São Geraldo/Fábrica de Cimento), 91R (Mangues/Vila Mauriceia), 181 (Vila São Francisco de Assis/Chiquinho Guimarães), 72 (Village do Lago II/Maracanã), 92 (Village do Lago II/Maracanã), 182 (Planalto/Maracanã), etc.

Em relação à criminalidade relacionada ao bairro Chiquinho Guimarães, segundo dados fornecidos pelo Centro de Operações de Policiais Militares de Montes Claros (COPOM – 10º BPM - Batalhão da Polícia Militar), este é considerado como um lugar que apresenta pouca ou média criminalidade, levando em conta os crimes registrados (desde um simples furto de galinha até um homicídio ou estupro) que ocorreram no bairro no período de 2000 a 2007 (Gráfico 10). Observamos que a mediana de crimes neste período foi de 138,4, sendo os anos de 2001, 2002 e 2007 os de menores índices de criminalidade registrados no bairro.

A favela não é sinônimo de violência, o fato de haver este tipo de território em determinada localidade não quer dizer que este local deva ser considerado violento. No caso da cidade de Montes Claros, isto se confirma. De acordo com as informações do 10º BPM/Montes Claros, o Centro é considerado o lugar mais violento da cidade e este não apresenta nenhuma característica de favela.

O Gráfico 11 apresenta a quantidade de crimes violentos⁵⁸ relacionados ao logradouro onde ocorreram dentro do Conjunto Chiquinho Guimarães. Destacamos que entre o período de 2000 a 2007 foram registrados 101 (cento e um) crimes violentos no bairro, destes 96% ocorreram nas ‘ruas’ e somente 4% nos ‘becos’, daí compreendermos porque os moradores das ‘ruas’ destacaram, como uma das principais modificações do bairro, o aumento da violência; enquanto que os moradores dos ‘becos’ alegam que houve uma diminuição desta.

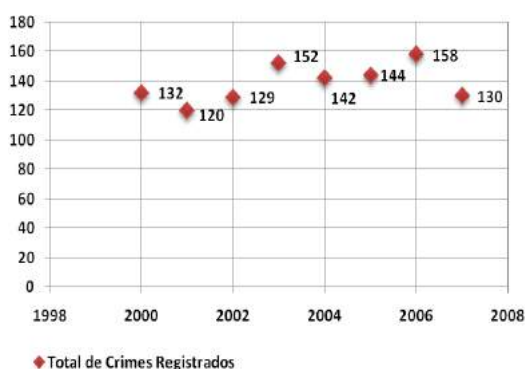


GRÁFICO 10 - Total de crimes registrados na COHAB Chiquinho Guimarães no período de 2000 a 2007

Fonte: Centro de Operações Policiais Militares (COPOM – 10º BPM) – Montes Claros, enviada via e-mail em 15 de janeiro de 2009

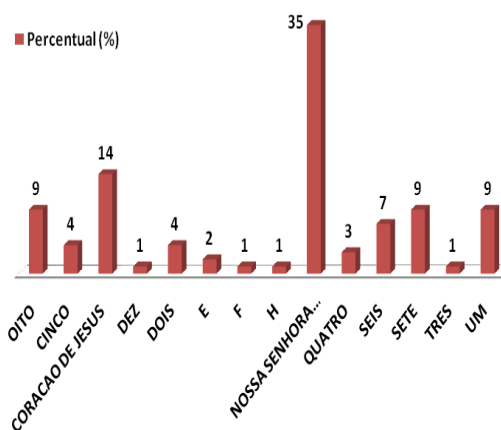


GRÁFICO 11 - Percentual de Crimes Violentos por endereço na COHAB Chiquinho Guimarães no período de 2000 a 2007

Fonte: Centro de Operações Policiais Militares (COPOM – 10º BPM) – Montes Claros, enviada via e-mail em 15 de janeiro de 2009

⁵⁸ De acordo com o 10º BPM, crimes violentos são aqueles que por sua natureza constituem uma grave ofensa à segurança individual e coletiva dos cidadãos, são eles: os roubos (uso da força física ou grave ameaça para se conseguir o que se quer), assaltos a mão armada (uso de arma de fogo para subtrair o que se quer), homicídios, latrocínio, estupros, seqüestro e cárcere privado e extorsão mediante seqüestro, dentre outros.

O fato de o conjunto apresentar pouca criminalidade, segundo o 10º BPM, não quer dizer que o bairro não é violento⁵⁹, a relação com violência é gerada a partir das ações cometidas fora do conjunto, isto é, os crimes realizados por moradores do bairro em outros pontos da cidade, o que não foi possível averiguar porque não foram cedidos dados desta natureza.

Ainda de acordo com a Tabela 5, os moradores apontaram como segunda alteração que perceberam no bairro desde quando se deslocaram para lá até o ano de 2008: 49,5% alegaram que não sabiam ou não quiseram responder, de acordo com eles, não se lembravam de qualquer outra diferença além das citadas primeiramente. A dificuldade em apontar outra diferença ocorre porque várias pessoas relacionaram somente as transformações que ocorreram na rua ou no beco onde habitam, “[...] na minha rua não teve mudança nenhuma deste quando eu vim para cá” (moradora).

Entretanto, 30% destacaram a melhoria na infraestrutura do conjunto e as modificações espaciais já relacionadas anteriormente, 4% citaram o aumento da violência, 2% o aumento do tráfico de drogas, 2,5% a redução da violência, 1% a criação da ONG “Caminhos da Solidariedade”, 6% o aumento da população e do número de casas; 1% o aumento do número de comércio, 1% o aumento do número de escolas, 1% o transporte coletivo e 2% outros.

Como terceira e última diferença que perceberam: 61% não sabem ou não responderam; 27% afirmaram que houve melhoria na infraestrutura; 0,5% aumento da violência; 0,5% o aumento do tráfico de drogas; 1% a redução da violência; 2,5% a criação da ONG e Associação dos moradores; 2,5% aumento da população e do número de casas; 2% aumento do número de comércio; 0,5% transporte coletivo; 2,5% outros.

A partir das entrevistas afirmamos que os aspectos relacionados à infraestrutura do bairro são os mais observados por dois motivos: primeiro, por estarem representados fisicamente no espaço e, segundo, conforme alguns alegaram que não poderiam falar sobre

⁵⁹ No Ranking realizado pelo 10º BPM, dos crimes violentos em Montes Claros, o Chiquinho Guimarães aparece em 63º no ano de 2005, cai para 39º em 2006 e sobe para 73º em 2007. O Centro da cidade se apresenta como o bairro mais violento nos três anos consecutivos. Crimes violentos são aqueles que, por sua natureza, constituem uma grave ofensa à segurança individual e coletiva dos cidadãos, como por exemplo: os roubos (uso da força física ou grave ameaça para se conseguir o que se quer), assaltos a mão armada (uso de arma de fogo para subtrair o que se quer), homicídios, latrocínio, estupro, sequestro e cárcere privado e extorsão mediante sequestro.

outras diferenças além das questões relacionadas à estrutura do bairro, percebemos receio em tratar de assuntos como: drogas, violência e prostituição⁶⁰. Este último motivo influenciou para que os moradores não apontassem outras diferenças como segunda e terceira modificações.

Detectamos que, dos quatro processos de T-D-R pelos quais o conjunto Chiquinho Guimarães passou, três são comentados com satisfação: a construção do Conjunto Rotary, o aterro da Rua 10 e a retirada dos moradores do Beco Beira Rio. Enquanto a formação dos ‘becos’, concretizando a favela, é vista por alguns dos moradores do conjunto com certa indiferença, outros alegam que a má fama do conjunto na sociedade montesclareense se deve à favela que ganhou espaço dentro do território, trazendo junto com a sua formação o tráfico de drogas, a marginalidade ou, como dizem, a ‘malandragem’, além de transmitir a imagem de pobreza no bairro. Alguns lamentam que “[...] há pessoas de bem que vivem lá, mas eles não têm para onde ir.”

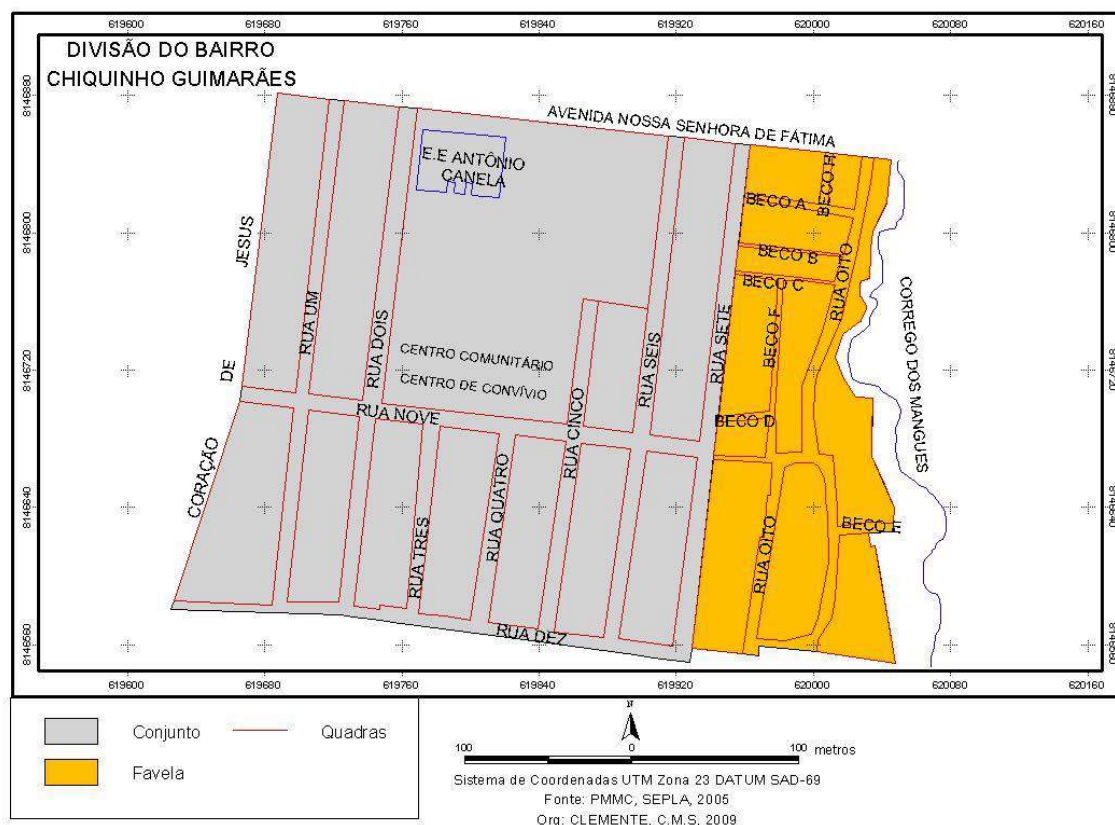
Saquet (2007, p.142) destaca que algumas mudanças apresentam ritmos diversificados, “[...] como produto de processos sociais, do modo de viver e produzir, sob as forças econômicas, políticas e culturais [e espaciais].” Estas forças contribuem para que as modificações territoriais ofereçam resultados que serão inevitavelmente desarmônicos e desiguais. Daí alguns não aceitarem a favela que se encontra na área da COHAB.

4.2 Excluídos para quem?

O ‘bairro’ Chiquinho Guimarães está dividido espacialmente por dois atores sociais considerados excluídos: conjunto habitacional e favela (Mapa 8). Alguns habitantes também se sentem divididos de acordo com o território onde habitam. Detectamos que a ideia de identidade acompanha o processo de territorialização. Porém, há aqueles que se identificam com a favela por residirem nela, há aqueles que se identificam com o conjunto por habitarem nele e há ainda aqueles que se consideram moradores do bairro Chiquinho Guimarães

⁶⁰ Por algumas vezes ouvimos reclamações acerca da prostituição de meninas no bairro, mas nenhum dos entrevistados nos autorizou transcrever este tipo de problema.

independente de serem moradores de uma ‘rua’ ou de um ‘beco’. Por esta razão, tivemos dificuldade em analisar se os moradores se sentem excluídos.



MAPA 8 - Divisão do Bairro Chiquinho Guimarães
Org.: CLEMENTE, C.M.S, 2009

Há neste território o sentimento de exclusão por alguns moradores do conjunto em relação aos residentes da favela, mas não se sentem excluídos em relação à sociedade montesclarensense, apesar de citarem alguns acontecimentos nos quais perceberam indiferença por parte do ‘outro’, o ‘de fora’.

Estivill (2003) destaca que há estratégias de combate à exclusão, contudo, para que essas estratégias deem certo, devem ser executadas por todos da comunidade e não por grupos separadamente, pois tratam: da integralidade (moradias, infraestrutura, qualidade profissional, escolaridade, emprego, saúde, etc.), da parceria (sociedade civil e poder público), da participação (todos devem participar das discussões e decisões organizadas pela comunidade, associação, organização política, etc., atos que proporcionarão ação social na comunidade) e

da aproximação territorial (somente funcionará após opiniões e decisões das estratégias anteriores).

Na perspectiva de Castel (2005), podemos afirmar que há neste território tanto uma identidade individual quanto uma identidade coletiva. O referido autor alega que, se há exclusão, haverá isolamento de pessoas, pois a ruptura de laços culturais, sociais, será inevitável. Por esta razão, será difícil que todos apresentem a mesma identidade e harmonia coletiva. Daí haver uma associação com a presença de pouquíssimas pessoas nas reuniões da Associação dos moradores, conforme comprovado através das Atas de Reuniões, das respostas a nossa entrevista sempre se relacionarem à rua ou ao beco onde habitam, do boato que percorria o bairro na semana em que realizávamos as entrevistas, de que alguns pretendem fundar mais duas associações: uma dos moradores da favela e outra dos moradores da Rua 07.

Para Saquet (2005a, p.13.870), a identidade dependerá “de relações passadas e presentes, de sua interconexão” com os processos de T-D-R vivenciados. Ressalva que a formação da identidade está relacionada às relações diárias entre homem e natureza exterior, pois é a partir dessa relação que o indivíduo sobreviverá social e biologicamente.

Há uma construção do território que produz identidade e, no nosso entendimento, uma construção da identidade que produz o território; este processo é produto de ações coletivas, recíprocas, de atores sociais. [...] As identidades são processuais, reconstruídas constantemente.

As relações cotidianas produzem tradições, permanências e mudanças, unidade, no tempo e no espaço. Relações que são registradas pela memória, individual e coletivamente. Relações que estão na base da *identificação* econômica, política e cultural entre sujeitos e destes com o lugar, o entorno, ambiente, rua, casa, vizinhos, amigos... Enfim, a identidade é processual e relacional. Constitui-se historicamente, fruto e condição da territorialização, em que há relações multiescalares, totalizantes; desigualdades e diferenças, contraditoriamente. (SAQUET, 2005a, p.13.872, grifo do original)

Haesbaert (1999, p.172) destaca que sempre que houver uma identidade territorial haverá também uma identidade social, “[...] não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes.”

Parte da população do bairro apresenta sentimento de territorialidade negativa, isto é, há por alguns a ideia de excluídos e por outros a ideia de incluídos, talvez este seja o motivo de se apresentarem com duas identidades: individual e coletiva. A outra parte apresenta um sentimento de territorialidade positiva, ou seja, os moradores não se sentem excluídos da

sociedade montesclareense por morarem no bairro Chiquinho Guimarães, mas percebem que há indiferença e estigmatização pelos ‘outros’, os ‘de fora’ em relação ao bairro, que mesmo sendo um conjunto habitacional é sempre ‘taxado’ de favela. Souza (2001) destaca que, se um território é tido como excluído por aqueles que lá não residem, provavelmente, toda a comunidade se sentirá excluída. Mas isto não ocorre neste bairro.

Algumas situações diárias fazem com que o morador do conjunto ou da favela se sinta diferenciado, dentre as situações a nós relatadas, citamos a de uma moradora da Rua 04: “Eu digo que moro aqui sempre! Mas ontem, por exemplo, meu marido precisou de um medicamento e ligamos para uma farmácia central. A telefonista me informou que nenhum dos motoqueiros queriam vim trazer o medicamento. E me deu duas opções: ou ia lá buscar ou esperasse até amanhecer para que algum deles trouxessem. Eu não tinha como ir e se fosse esperar até amanhecer tava arriscado o meu marido morrer. Ainda bem que o SAMU⁶¹ veio e ficou tudo bem.”

Carlos (1992, p. 73) afirma: “O indivíduo é parte da sociedade, ao mesmo tempo em que o sentido da vida se expressa na unidade casa/rua.” Observamos que havia duas identificações em um único território: a primeira divide-se em moradores do conjunto, e moradores da favela e a segunda refere-se ao bairro como um todo. Optamos por apresentar o resultado das entrevistas, nesta parte do trabalho, separadamente, isto é, como há dois territórios socioespacialmente diferenciados no bairro, decidimos verificar se os moradores, das ‘ruas’ e dos ‘becos’, se sentem excluídos ou não por habitarem nos respectivos territórios, conjunto ou favela. Isto porque temos a certeza de que ao se afirmarem como residentes do Bairro Chiquinho Guimarães eles não se sentem excluídos.

Outro motivo que nos levou a optar por esta separação é porque compreendemos que havia, entre alguns, indiferença em relação aos habitantes dos becos. Alguns demonstraram estar incomodados por se sentirem obrigados a residir numa área próxima a uma favela, alegam que não há como mudar por questões econômicas e que o bairro tem fama de favela por causa deste território.

Para que fosse possível analisarmos se os moradores se sentem excluídos ou não em relação aos outros, aos ‘de fora’, optamos por não utilizar o termo “exclusão”, apesar de utilizarmos este termo não somente relacionado a renda, mas também a moradia em bom estado que apresenta infraestrutura: água encanada, energia elétrica, dentre outras que lhes são

⁶¹ Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.

merecidas por direito. Acreditamos que o termo “exclusão” poderia gerar algum constrangimento no momento da entrevista.

Ao perguntarmos então aos moradores se em quaisquer circunstâncias eles se apresentariam como habitantes do bairro Chiquinho Guimarães, as conclusões não nos surpreenderam. Observamos no decorrer das entrevistas e visitas no bairro que os moradores, de maneira geral, se identificam com este território.

Dentre os 129 (cento e vinte e nove) entrevistados que residem na parte do bairro que corresponde ao ‘conjunto’ (as Ruas), Gráfico 12, somente 1% não sabia ou não respondeu, enquanto que 91% informaram que sim, que sempre afirmam que residem no bairro Chiquinho Guimarães, mesmo que isto possa lhes prejudicar. Alguns afirmaram que já se sentiram tratados com apatia ao alegarem que residem neste bairro, mas, mesmo assim, disseram que não mentem sobre o lugar onde habitam. No entanto, 8% alegam que às vezes ocultam a informação acerca do bairro onde moram. Fazem isto em situações nas quais acreditam que podem vir a ser prejudicados como, por exemplo, numa entrevista de emprego.

Em relação aos 80 (oitenta) moradores entrevistados que residem nos ‘becos’, Gráfico 13, 92% afirmaram que se assumem como moradores do bairro em qualquer situação. “Às vezes causa transtorno, mas sempre falo que moro aqui, doa a quem doer! Uma vez demorei pra conseguir pegar um moto-táxi no Centro pra vim embora. Tive que garantir pro cara que se ele fosse roubado aqui eu devolveria. Até parece, aqui não é assim!” (morador Beco F). Na mesma proporção daqueles residentes das ‘ruas’, 8% dos habitantes da favela alegaram que não informam onde residem nas mais diversas circunstâncias, “[...] se percebo que irá me prejudicar, não digo que moro aqui!” (moradora do Beco A).

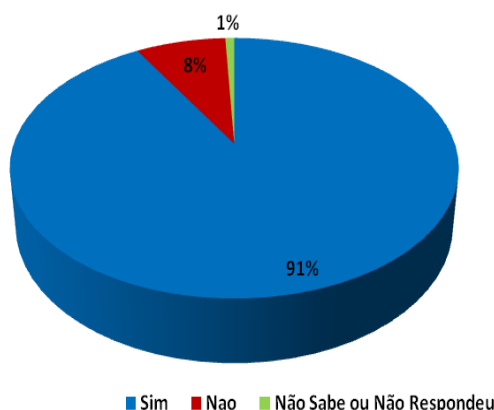


GRÁFICO 12 - RUAS – Você sempre, nas diversas circunstâncias, se apresenta como morador do Chiquinho Guimarães?

Fonte: Entrevista realizada entre os dias 19 e 23 de janeiro de 2009

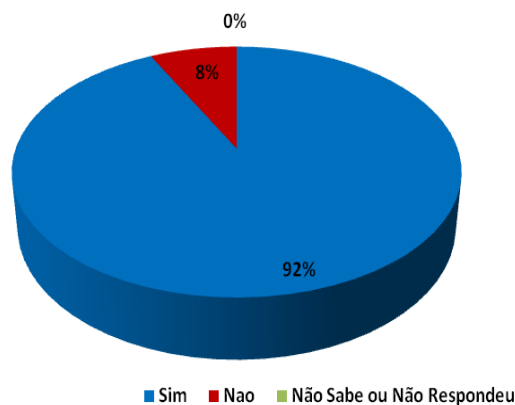


GRÁFICO 13 - BECOS – Você sempre, nas diversas circunstâncias, se apresenta como morador do Chiquinho Guimarães?

Fonte: Entrevista realizada entre os dias 19 e 23 de janeiro de 2009

Ao perguntarmos aos moradores do bairro se venderiam suas casas (Gráfico 14), 66% afirmaram que não e justificaram de diversas maneiras: “Porque não tenho outro lugar para ir.” (Morador da Rua 07); “Porque moro no quintal da minha sogra.” (Moradora da Rua 04); “Porque eu morava em um barraco de lona e ganhei pela necessidade, a moradia.” (Moradora do Beco H); “Porque quando eu mudar vou deixar para o meu irmão.” (Moradora da Rua 04); “Porque eu não vou ganhar outra casa.” (Morador da Rua 08); “Porque foi herança do meu pai.” (Moradora do Beco B); “Porque sofri muito para conseguir.” (Moradora do Beco B); “Porque fiz muitas mudanças na casa e não conseguiria o preço que merece”. (Moradora do Beco C); “Porque acho que agora vai ter melhorias no bairro.” (Moradora do Beco F); “Porque não acho outro filho de Deus, como Tadeu⁶², para nos dar outra casa.” (Moradora do Beco E).

Pouquíssimos afirmam que não venderiam porque gostam do lugar onde moram, a grande maioria relacionava afeição com a casa por ter sido herança de família, pelas mudanças que realizou no imóvel que comprou, por viver debaixo de lona e ter ganhado a casa, dentre outros. Acreditam verdadeiramente que na atual gestão de Prefeito Luis Tadeu Leite (2009-2012) certamente haverá mudanças para a melhoria do bairro.

⁶² Refere-se ao Prefeito Luís Tadeu Leite.

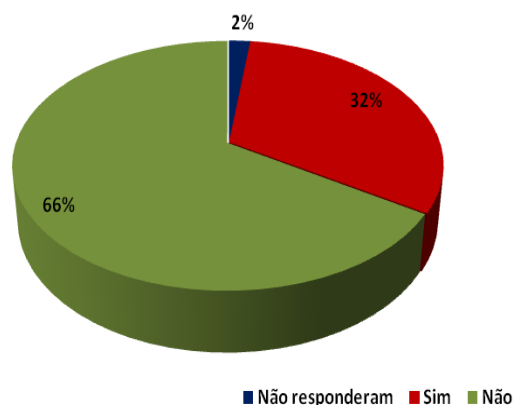


GRÁFICO 14 - Você venderia a sua casa?

Fonte: Entrevista realizada entre os dias 19 e 23 de janeiro de 2009

A maior parte das pessoas que disseram que não venderiam sua residência relaciona isto ao fato de não conseguirem outro lugar para habitar e deixam a entender que, se isso fosse possível, aceitariam desfazer-se do bem e migrar para outro território. Enquanto 2% não quiseram responder, 32% alegaram que sim, que venderiam a casa onde moram, pois: “Eu venderia na hora. Você quer comprar? O bairro é bom, mas eu não gosto de morar aqui, tem muita fofoca.” (moradora do Beco A); “Sim, mas só se o dinheiro desse para comprar uma casa em outro lugar melhor.” (morador do Beco C); “Se eu achar um lugar melhor eu vou. Porque corre muita água suja da vizinha na porta da minha casa, mas não tem outro lugar para escorrer, né?” (morador do Beco F); “Para dar entrada no apartamento num condomínio” (moradora da Rua 04); “Porque aqui não conseguimos trabalho.” (moradora da Rua 08); “Porque é muito perigoso onde eu moro.” (morador do Beco F).

Perguntamos então se dizem com orgulho que moram no bairro Chiquinho Guimarães e por quê. Percebemos que 77% dos 209 (duzentos e nove) moradores entrevistados afirmaram que sim, 20% disseram que não e somente 3% não souberam ou não quiseram responder. No entanto, optamos por relacionar as variáveis: orgulho em morar no Chiquinho Guimarães e tempo de residência no bairro, para averiguarmos o percentual de moradores (antigos ou não) deste território que se sentem orgulhosos em dizer que residem ali (Tabela 6).

Assim, o maior percentual de habitantes do bairro que afirmou se orgulhar de morar neste território foi o daqueles que estão lá há mais tempo, desde a sua implantação, de 22 a 32 anos, sendo: 85% alegaram que se envaidecem ao falar que moram neste bairro; por outro lado, 15% disseram que não. Em relação àqueles que vivem entre 11 a 21 anos: 3% destacaram que não sabiam ou não queriam responder, 78% sim e 19% não. Os que lá estão

de 1 a 10 anos: 4% afirmaram que não sabiam ou não queriam responder, enquanto que 68% alegaram que sim, dizem com orgulho, os outros 28% disseram que não.

TABELA 6 - Você diz com orgulho que mora no Bairro Chiquinho Guimarães x tempo de residência no bairro. Sem distinção entre conjunto e favela

Tempo de Residência no Bairro	Você diz com orgulho que mora no Bairro Chiquinho Guimarães?							
	Não Sabe/Não Respondeu		Sim		Não		TOTAL	
	Quantidade	Percentual (%)	Quantidade	Percentual (%)	Quantidade	Percentual (%)	Quantidade	Percentual (%)
Não Sabe Não Respondeu	0	0	02	67	01	33	03	100
1 a 10 anos	02	4	32	68	13	28	47	100
11 a 21 anos	04	3	87	78	21	19	112	100
22 a 32 anos	0	0	40	85	07	15	47	100
TOTAL	06	3	161	77	42	20	209	100

Fonte: Entrevista realizada entre os dias 19 e 23 de janeiro de 2009.

Analisando esta questão separando-a entre os moradores do conjunto e os moradores da favela, a diferença em relação às justificativas de afirmarem ou não se dizem com orgulho que moram no bairro é mínima. Inicialmente se tratava de uma questão aberta (Apêndice 4), no entanto as respostas dadas foram tão parecidas que nos foi possível categorizá-las (Tabela 7).

Assim, entre os moradores do conjunto tem-se que 80% garantem que falam com orgulho acerca do lugar onde moram, as justificativas de alguns estão relacionadas à ideia de respeito, de afeição ao lugar, enquanto outros se relacionam apenas ao fato de morarem lá, “não tem outro jeito, eu moro aqui mesmo” (morador da Rua 07). Destes, 30% justificam afirmando que dizem com orgulho que moram no bairro “Porque amo meu bairro.”, 25% “Porque gosto do meu bairro”, 11% “Porque sou morador e tenho que admitir”, 4% “Porque tenho orgulho”, 5% “foi aqui que Deus preparou para mim”, 5% “foi aqui que consegui uma casa”. No entanto 2% alegaram não saber ou não querer responder.

Enquanto que 18% disseram que não se orgulham de residir no conjunto, destes: 1% justifica “porque é mal falado”, 1% “tenho dificuldade de arrumar emprego”, 5% porque é violento, 5% alegam que não dizem com orgulho que moram neste território “porque o bairro é discriminado”, 5% “porque não gosto do bairro”, 1% “tenho vergonha daqui”.

TABELA 7 - Por que você diz com orgulho que mora no Chiquinho Guimarães?

	Por que diz com orgulho que mora no Chiquinho Guimarães?	Moradores "Conjunto" RUAS		Moradores "Favela" BECOS		Total de Moradores	
		Quantidade	Percentual (%)	Quantidade	Percentual (%)	Quantidade	Percentual (%)
Sim	"Porque amo meu bairro."	41	30	24	30	65	31
	"Porque gosto do meu bairro."	33	25	14	18	47	22
	"Porque sou morador e tenho que admitir."	14	11	18	23	32	15
	"Porque tenho orgulho!"	05	4	05	7	10	5
	"Porque foi aqui que Deus preparou para mim."	06	5	01	1	07	3
	"Porque foi aqui que consegui uma casa."	06	5	0	0	06	3
Não	"Porque é mal falado!"	01	1	0	0	01	1
	"Porque tenho dificuldade de arrumar emprego."	01	1	0	0	01	1
	"Porque é violento!"	06	5	01	1	07	3
	"O bairro não e bom!"	0	0	01	1	01	1
	"O bairro é discriminado."	06	5	06	8	12	6
	"Porque não gosto do bairro."	06	5	02	2	08	4
	"Porque o bairro não é valorizado."	0	0	02	2	02	1
	"Porque tenho vergonha daqui."	01	1	02	2	03	1
Não sabe não respondeu	03	2	04	5	07	3	
Total		129	100	80	100	209	100

Fonte: Entrevista realizada entre os dias 19 e 23 de janeiro de 2009.

Em relação aos moradores da favela, de acordo com a Tabela acima: 77% afirmaram que se orgulham em morar neste território, enquanto, 5% alegaram não saber ou não quiseram responder e 18% asseguraram que não se orgulham de residir em qualquer dos becos. Porém, 8% alegam que não se orgulham em dizer que moram no bairro, estes justificam: "Porque o bairro é violento" – 1%, "Porque o bairro não é bom." – 1%, "Porque o bairro é discriminado" – 8%, "Porque não gosta do bairro" – 2%, "Porque não é valorizado" – 2% e "Porque tenho vergonha daqui" – 2%.

Após esta análise afirmamos que, em sua maior parte, os moradores do bairro Chiquinho Guimarães não se sentem excluídos da sociedade montesclarensense, no entanto há uma pequena parcela da população desta comunidade que alega que se sente indiferente em relação a esta sociedade. Por ser uma pequena parte, destacamos que os moradores deste território não se sentem excluídos. Portanto, há indiferença dentro da comunidade, os próprios habitantes se diferenciam entre moradores do conjunto e moradores da favela.

4.3 O Desenvolvimento como Liberdade no território Chiquinho Guimarães

Uma alternativa ao enfoque sobre os meios para o bem viver é a concentração sobre como as pessoas conseguem viver de fato (ou, avançando além disso, sobre a liberdade para realmente viver de um modo que se tem razão para valorizar). (SEN, 2000, p.93)

Uma das concepções que tratamos neste trabalho acerca da exclusão está relacionada ao que Sen (2000) denomina como privações de liberdade, ou seja, para que determinada comunidade possa obter desenvolvimento como liberdade devem ser proporcionadas a todos melhores condições e qualidades de vida, ou seja, vai além de moradia e infraestrutura, envolve, ainda, renda, direitos civis e direitos políticos.

Conforme já mencionado no capítulo anterior, pouquíssimas são as residências que não apresentam energia elétrica, água encanada, rua ou beco pavimentados, coleta do lixo, dentre outras características relacionadas a infraestrutura. Entretanto, ainda há algumas medidas que precisam ser tomadas para que a população do bairro Chiquinho obtenha realmente um desenvolvimento social.

Solicitamos aos moradores que sugerissem propostas de melhorias para o bairro, sempre pensando na questão social. Destacamos que, neste momento, os entrevistados não fizeram distinção em relação a sua ‘rua’ ou ao seu ‘beco’, mas sim nos deram respostas as quais consideramos que, se as propostas fossem atendidas, teriam o desenvolvimento social com liberdade para todos da comunidade.

Transcreveremos as propostas que, de uma maneira ou de outra, foram citadas por todos aqueles que nos responderam a pesquisa, por as julgarmos principais. Listaremos por ordem de frequência com as quais foram apontadas. A primeira a ser destacada foi a preocupação com o futuro dos jovens da comunidade, os moradores acham necessário desenvolver trabalhos na comunidade que poderão levar: “Conscientização aos adolescentes em relação às drogas e a prostituição.” (morador da Rua 03); “Oficina de artes para os jovens.” (morador da Rua 07); “Oportunidade de cursos profissionalizantes para os jovens da comunidade.” (morador da Rua 01); além da realização de uma “Área de lazer para as crianças que não tem diversão nenhuma nesse bairro.” (morador do Beco B).

De acordo com a Dona Maria, já houve projetos que atendessem aos jovens neste território, mas não são levados a sério pelo público-alvo. Destaca que o fato de os projetos

não darem certo no bairro está relacionado a diversos fatores, dentre esses: os pais não exigem dos filhos a participação e a seriedade com o projeto como deveriam; muitos dos jovens participam com única e exclusiva vontade ou precisão em receber algo em troca, principalmente se o benefício for a dinheiro; o público-alvo, os jovens, demonstra-se desinteressado e/ou desestimulado; as pessoas que são escaladas para desenvolver os projetos ou não são preparadas (normalmente, estagiários) ou não têm verdadeiro interesse em ajudar no ‘andamento’ do projeto.

Ressaltamos que a Presidente concorda com a população, isto é, acredita também que devem investir principalmente nas crianças e nos jovens da comunidade. Afirma que a Associação sempre tenta levar para o bairro projetos que tenham este fim, mas dos problemas já mencionados, fica receosa em relação ao resultado final.

A segunda proposta refere-se à retirada dos moradores dos becos, na ideia de ‘acabar’ com a favela, porém desde que os habitantes tenham melhor qualidade e condição de vida. “Destruir os becos e dar outro lugar melhor pra gente morar.” (morador do Beco B); “Tirar os moradores daqui da favela e levar para um lugar melhor.” (moradores dos Becos C, F). Ressaltamos que nem todos os moradores da favela concordam com o deslocamento das famílias deste para outro território por questões relacionadas ao sentimento de apego e de afeição ao lugar onde moram. Alegam que há uma parte da história da vida deles ali: é o filho que herdou a casa dos pais; é a casa que foi construída com o próprio suor, com o sufoco do dia a dia; é a casa que era de lona e agora é de alvenaria; é a casa que vai deixar para algum parente como herança; é o lugar onde criou os filhos; é lá que estão os amigos; etc.

A terceira proposta está relacionada à infraestrutura dos locais que ainda não a tem, como por exemplo: “Manilhar o beco para não empoçar água fedorenta nas portas das casas.” (morador do Beco H); “O asfalto do Beco Beira Rio e do Beco E e a drenagem do esgoto.” (morador do Beco Beira Rio); “Drenar o esgoto⁶³ que desce pela Rua 10 e passa por aqui” (morador da Rua 08). Além de outras propostas relacionadas a infraestrutura, acreditam que estas irão colaborar muito para o desenvolvimento social de todos no bairro: “Posto de saúde, mais atendimento do PSF, drenagem nas Ruas 08 e 07 e nos becos e o asfalto na Rua 10 e no

⁶³ No decorrer da semana em que realizávamos as entrevistas, após um dia de chuva, voltamos a Rua 08 para continuarmos. Deparamo-nos com os moradores desta rua e do Beco E irritadíssimos com os políticos e com a COPASA, os quais, segundo eles, têm conhecimento do assunto e não os ajudam com o esgoto a céu aberto que passa pela rua e nem com o esgoto que volta pelos bueiros dentro das casas. “Acordei de manhã e ao abrir a porta que dá para o meu quintal, a água já estava quase entrando dentro de casa. Tive que caminhar naquela água suja... água nada, esgoto! Tudo que você pensar estava lá, boiando! Até fezes tinha lá! Então, tive que caminhar com o esgoto até no joelho para desentupir o bueiro. Vê se eu não tenho razão para estar nervosa!” (moradora da Rua 08).

Beco E”. (morador da Rua 04); “Construir um posto de saúde, posto policial e uma praça no lugar do campo, assim, acabaria com o lamaceiro quando chove.” (morador do Beco E).

A área denominada pelos moradores por ‘campo’ é, na verdade, um terreno designado, pela Prefeitura Municipal como “Área Institucional” (Figuras 31 e 32) que apresenta uma área de 720,75 m². De acordo com os moradores, esta área poderia ser utilizada para a construção de diversas coisas em benefício da comunidade e adjacências, como: um posto policial, um posto de saúde, uma praça e/ou um campo de futebol.

Diversas pessoas alegaram que a construção de uma praça e/ou uma quadra seria ideal para retirar muitos meninos e meninas que estão “indo para o caminho errado” (fala de um morador). Não nos foi passada nenhuma informação pelo 10º BPM em relação a crimes cometidos por menor nem em relação à prostituição infantil no bairro. Contudo, estes foram alegados por alguns moradores, além de crianças envolvidas com o tráfico de drogas. A preocupação com as crianças e adolescentes do conjunto torna a aparecer aqui, essa é visível em todas as casas que visitamos no decorrer das entrevistas. Para eles, construir algo no “campo” proporcionaria à comunidade um lugar ideal para o lazer e com segurança para todos que quisessem usufruir deste espaço. Ao menos, não seria mais visto apenas como um lugar abandonado pelo poder público.



**FIGURA 31 - “Área Institucional”. À frente,
Avenida Nossa Senhora de Fátima
AUTORA: CASTRO, G. F.; 23/01/2009**



**FIGURA 32 - “Área Institucional”. Ao fundo: casa
da Associação dos Moradores e Quadra da Escola
Estadual Antônio Canela
AUTORA: CASTRO, G. F.; 23/01/2009**

A quarta proposta refere-se em atentar para a população de adultos da comunidade: “Investindo em capacitação para os moradores e tendo espaço para os projetos culturais.” (morador da Rua 04); “Aumentar o número de séries na escola durante a noite, por exemplo,

da 4ª série acima. Porque tem muito adulto fora da escola.” (morador da Rua 04). Buscamos em Costa (2004, p.17), os dados relacionados à escolaridade dos responsáveis pela família e moradores do Bairro Chiquinho Guimarães, assim, dentre as 407 famílias pesquisadas, tem-se que: 16,7% dos chefes de família são analfabetos; 22,9% alfabetizados (analfabeto funcional); 33,2% apresentam ensino fundamental incompleto; 10% ensino fundamental completo; 7,4% ensino médio incompleto; 6,4% ensino médio completo; 0,7% ensino superior incompleto; 1,7% ensino superior completo e 1% não respondeu.

Os moradores destacaram ainda que há grande número de desempregados⁶⁴ no bairro, reclamaram da falta de cursos profissionalizantes para jovens e adultos. “Os órgãos maiores [poder público] podiam olhar para o nosso bairro porque parece que ficamos isolados do resto da cidade.” (morador do Beco E); “Podiam realizar projetos sociais de geração de renda” (morador da Rua 07). Estes, por sua vez, não encontram outra saída a não ser a informalidade. Novamente recorremos à pesquisa realizada sob a coordenação de Costa (2004), o qual retrata na Tabela 8 que mais de 51% dos responsáveis pela família trabalham no setor de serviços, na informalidade, 16,2% com serviços domésticos, 7,6% são empregados no setor industrial, 3,9% trabalham com produção agropecuária, 2,7% com atividades de direção, 1,7% são empregadores em indústrias e serviços; 1,7% possuem renda oriunda de ocupações técnicas e artísticas, 1,2% subordinados ou de rotina, 0,2% são vendedores ambulantes, 7,6% não se enquadram em nenhuma das alternativas anteriores e 5,2% não responderam.

⁶⁴ A partir da necessidade de geração de renda na comunidade, juntamente com a Presidenta da Associação dos Moradores do bairro, tivemos a iniciativa em propor a criação de um Banco Comunitário – BC no bairro, através de parceria entre esta Associação e a Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial – ANDES. De acordo com a Visão Mundial (2005, p.5), BC “[...] é uma organização informal, formada por pessoas que possuem pequenas atividades econômicas, que se unem para acesso ao crédito com o objetivo de fomentar e fortalecer seus empreendimentos, promovendo o desenvolvimento local através de um processo educativo que visa desencadear melhorias na qualidade de vida da comunidade”. Araújo e Rodrigues (2008, p. 9-10) destacam que BC é “[...] uma organização informal de trabalhadores situados em territórios marcados por pobreza e desigualdades sociais. Foram criados com o intuito de possibilitar o acesso do microcrédito e a poupança àqueles segmentos sociais que não conseguem acessar o sistema financeiro oficial.” Entretanto, não foi possível a criação deste BC porque a comunidade deveria formar um grupo de no mínimo 08 (oito) pessoas interessadas no projeto.

TABELA 8 - Setor de atividade econômica do responsável pela família – bairro Chiquinho Guimarães, Montes Claros – 2003

Setor de Atividade	Frequência	Percentual
Trabalhadores do Setor de Serviços	211	51,8
Serviços Domésticos	66	16,2
Trabalhadores do Setor da Indústria	31	7,6
Atividade da Produção Agropecuária	16	3,9
Atividades de Direção	11	2,7
Empregadores (Indústria e Serviços)	07	1,7
Ocupações Técnicas e Artísticas	07	1,7
Subordinados ou de Rotina	05	1,2
Vendedores Ambulantes	01	0,2
Não se Enquadra	31	7,6
Não Respondeu	21	5,2
Total	407	100,0

Fonte: Empresa Júnior de Estudos e Pesquisas Sociais – EJEPS, 2004.

A Tabela 9 apresenta o percentual em relação às profissões destes responsáveis pela família, de acordo com Costa (2004). Destacamos que as mais citadas são: pedreiro (11,3%), doméstica (10,6%), aposentado (6,1%), serviços gerais (5,9%), servente (5,2%), vendedor (3,7%) e vigilante (3,7%).

TABELA 9 - Profissão do responsável pela família - moradores do bairro Chiquinho Guimarães, Montes Claros – 2003

	Frequência	%		Frequência	%
Pedreiro	46	11,3	Borracheiro	2	0,5
Doméstica	43	10,6	Carpinteiro	2	0,5
Aposentado(a)	25	6,1	Carroceiro	2	0,5
Serviços Gerais	24	5,9	Eletricista	2	0,5
Servente	21	5,2	Estofador	2	0,5
Vendedor(a)	15	3,7	Garçon (Garçonete)	2	0,5
Vigilante	15	3,7	Industriário	2	0,5
Do Lar	11	2,7	Reciclador	2	0,5
Faxineiro(a)	11	2,7	Tratorista	2	0,5
Operador de Máquina	10	2,5	Açougueiro	1	0,2
Servidor Público	10	2,5	Ajustador Mecânico	1	0,2
Trabalhador Rural	10	2,5	Auxiliar de Escritório	1	0,2
Gari	9	2,2	Caixa	1	0,2
Lavadeira	9	2,2	Camelô	1	0,2
Motorista	9	2,2	Catador de Papel	1	0,2
Armador	8	2,0	Chapista	1	0,2
Informal	6	1,5	Confeiteiro	1	0,2
Marceneiro	6	1,5	Copeiro	1	0,2
Pensionista	6	1,5	Coveiro	1	0,2
Costureira	5	1,2	Cozinheira	1	0,2
Auxiliar de Enfermagem	4	1,0	Desenhista	1	0,2
Comerciante	4	1,0	Embalador	1	0,2
Pintor	4	1,0	Enfermeiro	1	0,2
Cabeleireiro(a)	3	0,7	Fazendeiro	1	0,2
Frentista	3	0,7	Instrutor	1	0,2
Granjeiro	3	0,7	Lanterneiro	1	0,2
Jardineiro	3	0,7	Lenhador	1	0,2
Mecânico	3	0,7	Militar	1	0,2
Padeiro	3	0,7	Office-Boy	1	0,2
Recepcionista	3	0,7	Passadeira	1	0,2
Serralheiro	3	0,7	Secretaria	1	0,2
Tecelão	3	0,7	Soldador	1	0,2
Autônomo	2	0,5	Técnico em Eletrônica	1	0,2
Babá	2	0,5	Não Respondeu	21	5,2
Bombeiro Eletricista	2	0,5	Total	407	100,0

Fonte: Empresa Júnior de Estudos e Pesquisas Sociais – EJEPS, 2004.

A quinta proposta destacada foi a necessidade de resolver os problemas relacionados a questões ambientais no bairro, principalmente, o lixo. Acreditam que o desenvolvimento de projetos relacionados à educação ambiental⁶⁵ proporcionaria a “conscientização dos moradores em relação ao meio ambiente” (morador da Rua 04). Sugeriram, ainda, como uma maneira de amenizar os problemas ambientais no bairro, que fosse disponibilizado pela Prefeitura Municipal “[...] mais gari para poder limpar o bairro, pois está muito sujo.” (morador do Beco A).

A sexta e última proposta indicada para que tenham desenvolvimento social no bairro, isto é, desenvolvimento como liberdade, na visão de seus moradores está relacionada aos

⁶⁵ Foi-nos solicitado através da Coordenadora da Pastoral da Criança no Bairro Chiquinho Guimarães, Avilmaria, parceria para realizarmos um projeto de educação ambiental na comunidade.

problemas oriundos das drogas na comunidade. “O bairro seria melhor se os traficantes mudassem todos daqui e nós pudéssemos viver em paz.” (morador do Beco B). Relataram que há compra e venda de drogas sendo realizadas até mesmo por menores. Talvez este seja o principal fator para se preocuparem tanto com a necessidade de projetos sociais direcionados às crianças e aos jovens do bairro, bem como a solicitação da implantação de um posto policial neste território⁶⁶ por mais de 60% dos entrevistados em nossa pesquisa.

Sen (2000, p. 26) destaca que, “[...] com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros.” Por isso a precisão de ouvirmos a população interessada e, a partir de suas considerações, compreendermos quais são suas verdadeiras necessidades e seus verdadeiros anseios. Não basta somente que outros (os ‘de fora’) queiram implantar projetos na comunidade, mas sim, fazê-lo a partir das necessidades da comunidade. As pessoas devem priorizar nas capacidades que têm de fazer as coisas que acreditam ter razão para prezar, além de se concentrarem em suas liberdades para que possam levar o tipo de vida que desejam e valorizam; tem de haver um desenvolvimento social.

Ainda de acordo com Sen (2000), liberdade está relacionada a liberdade de ações e de decisões, como também a oportunidades que os indivíduos têm em relação a situações pessoais e sociais. A privação da liberdade então se refere em impedir a pessoa de crescer (social, cultural, economicamente) devido a procedimentos ou a oportunidades normalmente inadequadas.

Liberdade, proposta por Sen (2000, p. 39), “[...] apresenta uma semelhança genérica com a preocupação comum com a ‘qualidade de vida’, a qual também se concentra no modo como as pessoas vivem [...], e não apenas nos recursos ou na renda de que elas dispõem.”

Há dois tipos de liberdades: substantivas e instrumentais. A primeira, afirmamos que existe no território Chiquinho Guimarães, pois se refere a não privações relacionadas: a fome (apesar da pobreza declarada por muitos, diversos trabalham informalmente e sustentam a família), a morte prematura, a subnutrição, a escolaridade mínima, a participação política, etc. Entretanto, a segunda, liberdades instrumentais, está relacionada às condições pessoais e sociais dos indivíduos, são divididas em cinco estágios progressivamente: liberdade política, facilidade econômica, oportunidade social, garantia de transparência e segurança protetora.

⁶⁶ Segundo a presidenta da Associação dos Moradores, Dona Maria, esta associação já há algum tempo tenta uma parceria com a Polícia Militar para: aumentar o policiamento no bairro e quiçá a implantação de uma guarita no Campo.

Há, entre os moradores do bairro, liberdade política, entretanto a questão econômica é vista como um empecilho para o desenvolvimento como liberdade para este território, conseqüentemente todos os outros estágios posteriores certamente não serão realizados de maneira a trazer desenvolvimento a todos.

4.4 A pobreza no Bairro Chiquinho Guimarães

Destacamos que a pobreza aqui está relacionada à questão socioespacial, ou seja, consideramos o bairro pobre porque os seus habitantes são privados de se desenvolver social e espacialmente. Neste sentido, Bajoit (2006) aponta quatro tipos de interpretação de pobreza: marginal, explorado, dependente e desafiliado; dentre estas, afirmamos que cada uma delas tem a sua parcela no território Chiquinho Guimarães. No decorrer das entrevistas, observamos que: alguns se consideram estigmatizados (pobreza marginal), por isso não conseguem emprego e conseqüentemente não há melhoria de condições de vida; outros relacionam a sua condição de pobre com falta de oportunidade de emprego (pobreza explorada), há aqueles que trabalham, mas reclamam do baixo salário (pobreza dependente); e há ainda aqueles que não acreditam que poderá haver mudança, estão desestimulados e desmotivados (pobreza desafiliada).

A pobreza⁶⁷ relacionada à renda também está presente em todo o bairro. Segundo Dona Maria “[...] algumas pessoas aqui passam fome e nos pedem ajuda. Mas a gente ajuda como pode.” De acordo com a concepção de Estivill (2003), em que apresenta a pobreza absoluta e a pobreza relativa e, após análise dos dados referente a renda mensal do responsável pela família, apresentados por Costa (2004) sobre o bairro Chiquinho Guimarães, temos a Tabela 10, onde: 3,7% apresentam renda de 0 a 30 reais mensalmente, o que corresponde à família sobreviver com até R\$ 1,00 por dia; 1,7% sobrevive com renda entre 31 a 60 reais; 1,2% vive com renda entre 61 a 90 reais; 5,2% entre 91 a 120 reais; 5,9% entre 121

⁶⁷ No primeiro dia de entrevista aos moradores do bairro, algumas das agentes foram indagadas por muitos deles querendo saber se elas estavam fazendo cadastro para distribuição de feira. Já houve um tempo em que era realizado o cadastro de famílias para receberem uma cesta básica doada pela Prefeitura Municipal de Montes Claros e algumas das agentes que nos ajudaram com as entrevistas também ajudavam com o cadastro das famílias. Era visível o desapontamento destes ao saberem que não era um cadastro e sim um roteiro de entrevistas que seriam realizadas no bairro.

a 200 reais; 63,9%, ou seja, a maior parte das famílias vive mensalmente com menos de um salário mínimo entre 201 a 400; 9,1% entre 401 a 800 reais; 0,7% com mais de 800 reais mensais e 8,6% não responderam.

TABELA 10 - Renda mensal do responsável pela família - moradores do bairro Chiquinho Guimarães, Montes Claros - 2003

Renda em Reais (R\$)	Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
0 a 30	15	3,7	3,7
31 a 60	7	1,7	5,4
61 a 90	5	1,2	6,6
91 a 120	21	5,2	11,8
121 a 200	24	5,9	17,7
201 a 400	260	63,9	81,6
401 a 800	37	9,1	90,7
801 a mais	3	0,7	91,4
Não respondeu	35	8,6	100,0
Total	407	100,0	

Fonte: Coleta Direta / EJEPS, 2004.

Afirmamos que há neste território casos de pobreza absoluta, na qual o indivíduo não tem condições de obter o mínimo de calorias necessárias por dia, pois seu padrão de vida é considerado precário (péssimas condições de vida); e de pobreza relativa com destaque para as mulheres que, por serem responsáveis pela família, não conseguem trabalho ou o perdem por não conseguir conciliá-los, e para os profissionais qualificados desempregados.

Apesar de todos os problemas encontrados no bairro e apontados pelos moradores, Gráfico 15, a grande maioria dos entrevistados acredita que atualmente o bairro se encontra melhor do que 20 (vinte) anos atrás ou em relação ao tempo em que migraram para lá, sendo: 74% dos residentes do conjunto e 70% da favela. No entanto, há aqueles que alegam que a situação do bairro piorou: 11% dos moradores do conjunto e 18% da favela. 5% da população que reside nas 'ruas' e 1% nos 'becos' afirmaram que não perceberam nenhuma mudança e alguns preferiram não responder ou alegaram não saber, 10% do conjunto e 11% da favela.

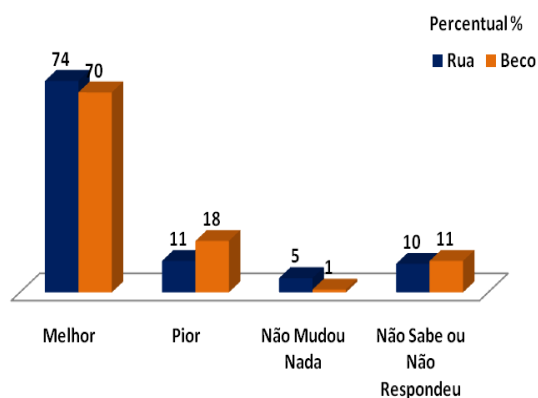


GRÁFICO 15 - Você acha que o bairro como está hoje está melhor ou pior do que 20 anos atrás?

Fonte: Entrevista realizada entre os dias 19 e 23 de janeiro de 2009

Destacamos que este é um bairro pobre, tanto no que se refere à questão econômica, quanto às oportunidades e às liberdades. Isto se dá por causa da privação dos direitos, das oportunidades e da liberdade que sofrem os moradores, seja do conjunto e/ou da favela, não os permitindo caminhar e se desenvolver social e espacialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do espaço urbano montesclarenses, influenciada pela intervenção do poder público e dos outros agentes sociais, colabora para a expulsão da população de baixa renda para áreas cada vez mais periféricas. Essas pessoas acabam se apropriando de terras indevidamente ou aceitando mínimas condições e qualidade de vida oferecida pelo Estado. Isso possibilita a concretização de territórios considerados excluídos socioespacialmente, como: favelas, conjuntos habitacionais e loteamentos populares.

Independentemente de como se dá o processo de territorialização, isto é, a apropriação do espaço e sua transformação em um lugar habitado socialmente, o homem sempre modificará o meio em que vive, seja por falta de opção ou por imposição. As alterações realizadas no território caracterizam o que se denomina de desterritorialização e, conseqüentemente, a reterritorialização ou criação de novo território.

A formação do atual Bairro Chiquinho Guimarães se deu tanto pela intervenção estatal com a implantação do Conjunto Rotary, quanto pela necessidade de moradia por famílias que migraram posteriormente para este, constituindo assim, os bicos. Há duas faces em um único território: conjunto habitacional e favela. Atualmente o que se tem é um lugar denominado por conjunto habitacional pelo poder público municipal, constituído em parte por características que permitem denominá-lo de favela, além de ser reconhecido por alguns de seus moradores como ‘bairro’.

Para discutirmos as transformações ocorridas na ‘COHAB’ Chiquinho Guimarães detectamos quatro principais processos acerca da tríade T-D-R, no período compreendido entre 1980 e 2008: o primeiro tem origem no início da década de 1980, quando diversas modificações foram realizadas no território conhecido como “Pombal” até a concretização do Conjunto Rotary, em 1984. Algumas alterações ocorridas neste período – como: construção de casas e embriões, divisão de lotes, ampliação e divisão de ruas, deslocamento de famílias beneficiadas – foram realizadas por meio de intervenção estatal. Mais especificamente, através do Programa Cidade de Porte Médio, subprojeto Montes Claros, que atingia além da Região Sul, outros pontos da cidade: Conjunto Tabajara, Favelas São Vicente e Morro do Frade (Região Norte) e Favela Morrinhos (Região Central).

O segundo processo identificado neste estudo inicia-se no final dos anos de 1980 com o deslocamento de famílias de baixo poder aquisitivo para a área que corresponde, atualmente, à favela Chiquinho Guimarães situada dentro do perímetro do ‘Conjunto Rotary’. Alguns fatores proporcionaram para a origem deste: espaço desabitado próximo a um conjunto habitacional que possuía certa infraestrutura (energia elétrica, água encanada, algumas ruas pavimentadas, transporte coletivo, escola e creche); a proximidade a dois lugares que cresciam rapidamente, atuais sub-centros: Major Prates e Maracanã; além do baixo valor da terra.

O terceiro processo de T-D-R identificado neste estudo consiste no aterro da barroca na Rua 10, obra realizada no ano de 2004, após inúmeras solicitações e reclamações dos moradores do bairro. O aterro amenizou diversos problemas nesta rua e em outras próximas, contribuiu para melhor qualidade de vida da população, pois alguns problemas foram amenizados, como: lixo depositado na rua, abatedouro de animais doentes, etc.

O quarto processo T-D-R refere-se ao desalojamento de 23 (vinte e três) famílias do Beco Beira Rio, situado a margem do Córrego dos Mangues, em 2007. Alguns moradores optaram por receber indenizações e outros por um imóvel em outra localidade (Vargem Grande). As transformações desse processo foram iniciadas com a retirada das famílias e, a partir desta daí, a canalização do córrego e o início da construção da avenida nova (sem nome). No entanto, em 2008, duas famílias reiniciaram o processo de habitação neste beco.

Os diversos processos ocorreram por necessidade de melhoria da qualidade de vida para a população que reside na comunidade, oriundos de movimentos migratórios, sejam intraurbanos, interurbanos ou intermunicipais. O processo de favelização do bairro Chiquinho Guimarães se deu por necessidade de moradia, caracterizada por iniciativa da população. A favela apresenta atualmente razoável infraestrutura: quase todos os becos são pavimentados, há energia elétrica, água tratada, coleta do lixo. Contudo, há ainda famílias sem a mínima condição de vida.

Alguns conceitos foram essenciais para discutirmos sobre território e exclusão neste trabalho: poder, identidade, pobreza e desenvolvimento. O poder como algo sempre presente em qualquer relação homem e meio, território e indivíduo; a identidade relacionada com o sentimento de pertencimento ao lugar, a ligação, o enraizamento, podendo ser individual ou coletiva, gerada a partir da relação que o indivíduo tem com o lugar onde habita, a partir da sua territorialidade; a pobreza, por sua vez, associada não só com a ideia da renda, mas também com o não acesso a serviços que as pessoas deveriam ter por direito; e o

desenvolvimento, uma concepção que engloba as anteriores, que dispõe sobre a garantia dos direitos, sejam eles políticos, civis ou qualquer outro.

Por ser este um espaço, habitado socialmente, situado na periferia urbana; por ser um grupo social excluído independentemente de ser um conjunto, um loteamento ou uma favela; por apresentar características de pobreza relacionada ao acesso ou não a uma estrutura social que todo cidadão tem por direito (boas condições de vida, moradia, educação, saúde, direito civil básico, etc.); adotamos como premissa que o Chiquinho Guimarães é um território de exclusão para os outros, os ‘de fora’. Partimos de um movimento centrípeto em relação à exclusão. E buscamos a compreensão de território de exclusão através de um movimento centrífugo, isto é, para os ‘de dentro’ em relação aos ‘de fora’.

No caso “Chiquinho Guimarães” as alterações territoriais afloram sentimentos, relações e formas de vida que, ao se misturarem, proporcionam à população a formação de sua identidade territorial. Existe em todo o conjunto um sentimento de territorialidade, pois as pessoas se identificam com o lugar consideram-se pertencentes a ele, sempre se preocupando com o progresso socioespacial. Percebemos que o sentimento de territorialidade é positivo entre os moradores que compraram o imóvel ou os que receberam uma casa ou lote ou embrião, enquanto que entre os que deslocaram para o bairro por falta de opção, este sentimento é negativo.

Este estudo revelou a existência de duas formações identitárias no bairro: individual e coletiva. A identidade individual relaciona-se àqueles que se identificam como moradores da favela e àqueles que afirmam pertencer ao conjunto; e a identidade coletiva refere-se aos residentes que não se distinguem como habitante de um lado ou do outro lado, mas sim, como uma pessoa que se identifica com o todo, o bairro.

Alguns moradores demonstraram não se sentirem residentes de um território excluído, apesar de relatarem casos nos quais perceberam preconceito por parte dos ‘de fora’, ao se assumirem moradores do bairro Chiquinho Guimarães. A ideia de exclusão é percebida com mais ênfase entre aqueles que vivem no conjunto (ruas) em relação à população que sobrevive na favela (becos). Isso possibilita a formação de duas identidades neste território: uma identidade relacionada à porção do lugar onde se habita, isto é, ao conjunto ou à favela e outra identidade territorial e coletiva, o bairro. “A identidade é construída coletivamente pelos sujeitos locais, interagidos entre si [...]” (SAQUET, 2007, p.152).

Ao tratarmos da questão relacionada ao desenvolvimento social para os moradores deste bairro, optamos por apontar os problemas e apresentar as possíveis soluções, na visão dos moradores. Nas entrevistas realizadas, os respondentes apontaram para a redução de problemas sociais, espaciais e econômicos existentes na comunidade, os quais sanados certamente contribuiriam para obterem melhores condições de vida.

Um conjunto de fatores identificados com a pobreza (moradia inadequada; problemas de infraestrutura; carências nas áreas de: educação, saúde, emprego, dentre outros) são percebidos no Chiquinho Guimarães. Faz-se necessária a intervenção do poder público na tentativa de atender aos apelos e propostas dos moradores. Isso certamente concorreria para um desenvolvimento social com liberdade, permitindo-os viverem mais estimulados, mais esperançosos e menos estigmatizados pelos ‘outros’, os ‘de fora’.

O desenvolvimento social que deve se processar com a expansão das liberdades é aqui proposto por meio das sugestões apontadas pela comunidade no anseio de amenizar ou sanar os problemas por ela vivenciados. Esse desenvolvimento proporcionaria à esta população mais união e mais coletividade, colaborando assim, para a formação de uma identidade territorial mais coletiva e menos individualista. Contribuindo assim, para que não mais se identificassem com o conjunto ou com a favela, mas, sim, sempre se sentindo e se identificando como moradores do Chiquinho Guimarães.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Ivete Soares; LEITE, Marcos Esdras. **Diagnóstico socioeconômico das aglomerações subnormais da cidade de Montes Claros/MG**. Relatório de Pesquisa FAPEMIG. Montes Claros, 2008.

AMORIM FILHO, O. B. Topofilia, topofobia e topocídio em Minas Gerais. In: RIO, V. del; OLIVEIRA, L. de. (Orgs.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Stúdio Nobel, 1996. p. 139-152.

ANDRADE, Luciana da Silva; LEITÃO, Gerônimo Emílio de Almeida. Transformações na paisagem urbana: favelização de conjuntos habitacionais. In: SILVA, Rachel Coutinho Marques de. (Org.). **A cidade pelo avesso: desafios do urbanismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, Ed. Proube, 2006. p. 113-132.

ANDRADE, Manuel Corrêa de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, Annablumme, 2002. p. 213-220.

ARAÚJO, Yara Mendes Cordeiro; RODRIGUES, Luciene. Construindo alternativas de baixo para cima: a Economia Solidária no Brasil e as novas possibilidades de Desenvolvimento que surgem (nos) para os mais pobres. In: I COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE (DES) ENVOLVIMENTO CONTRA A POBREZA: MEDIAÇÕES TEÓRICAS, TÉCNICAS E POLÍTICAS. Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes, Montes Claros/MG, 2008. **Anais...** Unimontes, 2008.

BAJOIT, G. Olhares sociológicos, rostos da pobreza e concepções do trabalho social. In: BALSA, Casimiro; BONETI, Lindomar Wessler; SOULET, Marc-Henry (Org.). **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2006. p.91-102.

BALSA, Casimiro. Espaço e exclusão, espaço de exclusão. In: BALSA, Casimiro (Org.). **Relações sociais de espaço**. Homenagem a Jean Remy. Lisboa: Colibri, 2006. p. 13-34.

BARBOSA, Rafael K.; MIOTO, Beatriz. **O desenvolvimento local em perspectiva: explorando alguns ângulos do debate**. Disponível em: <<http://www.coni.unicamp.br/jornadas/completos/UFSC/CA1012%20%Artigo.doc>>. Acesso em: 02/03/2007.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas-SP: UNICAMP, 2004.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm>. Acesso em: 09/11/2008.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 9.785 de 29 de janeiro de 1999**. Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Desapropriação por utilidade pública) e as Leis nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Registros Públicos) e Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L9785.htm>. Acesso em: 09/11/2008.

_____. Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transporte. Ministério do Transporte. Disponível em <<http://www1.dnit.gov.br/index.asp>>. Acesso em 15/01/2009.

_____. **Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008**. Disponível em <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2008/11718.htm>>. Acesso em março de 2009.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Lei Complementar n. 125, de 13 de janeiro de 2007**. Brasília - DF. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/LC125.pdf>>. Acesso em: 15/04/2009.

_____. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Manual de regularização fundiária plena**. Ministério das Cidades. s/d.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. Classes sociais, desigualdades sociais, exclusão social. In: BALSÁ, C.; BONETTI, L.W.; SOULET, M-H. (Orgs.). **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social**. Uma abordagem transnacional. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006, p.63-78. (Coleção Método e Teorias).

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Graziella Fernandes de. **Favela**. Breve análise das dinâmicas socioeconômicas, identidade e territorialidades nesta área "excluída". VI Encontro Regional de Geografia. A Geografia e a espacialidade regional: práticas, diálogos e perspectivas. Montes Claros: Unimontes, 2006.

_____.; CARNEIRO, Marina de F. B. **Topofobia, topofilia, topocídio e topo-reabilitação uma breve análise da cidade de Montes Claros**. In: II Semana de Ciência e Tecnologia, VI Seminário de Pesquisa e Pós-graduação e IV Seminário de Iniciação Científica. Montes Claros: Unimontes, 2005. Volume 1.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a. p. 15-48.

_____. **Trajelórias geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.

COSTA, L. F. F. (Org.). **Perfil sócio-econômico dos moradores de bairro Chiquinho Guimarães**. Relatório de Pesquisa - Empresa Júnior de Estudos e Pesquisas Sociais. Centro de Ciências Sociais Aplicadas: Unimontes, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Tradução Bento Prado Junior e Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 1993. p. 111-279.

_____. **Mil Platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Tradução Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2007a. p. 11-39; 53-93. Volume 1.

_____. **Mil Platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2008a. p. 61-109. Volume 2.

_____. **Mil Platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Tradução Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Ronilk. 6. ed. São Paulo: Editora 34, 2008b. p. 31-116. Volume 3.

_____. **Mil Platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2007b. p. 179-232. Volume 5.

DEUS, João Batista de. **As cidades médias na nova configuração territorial brasileira**. UFG/IESA. Disponível em: <http://file://E:/AGB/site/Eixo1/e1_cont377.htm>. Acesso em: 11/10/2007.

DURAND, José Carlos Garcia; MACHADO, Lia Pinheiro. (Orgs.). **Sociologia do desenvolvimento II**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

ESTIVILL, Jordi. A face não reconhecida da sociedade. O debate conceptual sobre a exclusão social na Europa e na América Latina. In: BALSÀ, C.; BONETI, L.W.; SOULET, M-H. (Orgs.). **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social**. Uma abordagem transnacional. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006, p.103-142. (Coleção Método e Teorias).

_____. **Panorama da luta contra a exclusão social**. Conceitos e estratégias. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, 2003.

EWALD, François. **5 Resenhas sobre Mil Platôs de Gilles Deleuze e Félix Guattari**. Disponível em: <http://br.geocities.com/polis_contemp/deleuze_resenhas_mil_platos.html>. Acesso em: 20/09/2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina de. **Manual para elaboração de publicações técnico-científicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GUIMARÃES, E. N. **Conjunto habitacional funcionários: um processo de transformação do espaço urbano**. 2002. Montes Claros. Monografia (Curso de Pós-Graduação Lato Sensu) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 165-205.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: 2004. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 07/2008.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, Bertha K. et al. (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006a. p. 43-70.

_____. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006b.

_____. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-191.

_____. **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. **A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari**. Geografia nº 7. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2003. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_07/rogerio7.pdf>. Acesso em: 07/2008.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva Ltda, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10/2008.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas de desenvolvimento humano**. 2002. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 03/07/2006.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Espaço e política**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEITE, Marcos Esdras. **Geoprocessamento aplicado ao estudo do espaço urbano: o caso da cidade de Montes Claros**. 2006. 177f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

LÉVY, Jacques. Os novos espaços da mobilidade. In: BONNET, M.; DESJEUX, D. **Les territoires de la mobilité**. Tradução Rogério Haesbaert e Sylvain Souchaud. Paris: Presses Universitaires de France, 2000. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_06/levy6.pdf>. Acesso em: 14/10/2008.

LUZ, Madel T. A construção da racionalidade científica moderna. In: _____. **Natural, racional, social**. Razão médica e racionalidade científica moderna. Rio de Janeiro: Campus, 1988. 41 p.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado. In: Espaços e Debates: Segregações Urbanas. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 24, n. 45, p. 24-33, jan./jul. 2004.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

MATIAS, Vandeir Robson da Silva. Exclusão social e pobreza no espaço urbano. O papel do estado na sociedade capitalista brasileira: contribuições pra um debate. **Revista On-Line: Caminhos da Geografia**, v. 13, n. 1, artigo 11, p. 175-196, out. 2004. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/volume13/artigo11_vol13.prf>. Acesso em: 17/08/2006.

MONTES CLAROS. Procuradoria Jurídica. **Lei Complementar n. 11, de 18 de dezembro de 2006**. Altera a Lei Complementar municipal n. 4, de 07/12/2005, Código Tributário Municipal. Montes Claros-MG, 18 de dezembro de 2006.

_____. **Plano Diretor da Cidade de Montes Claros**. Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2001.

_____. Prefeitura Municipal, Secretaria de Planejamento e Coordenação. **Projeto Especial Cidades de Porte Médio** – Subprojeto Montes Claros. Projeto de Avaliação de Eficácia – Componente B.60 – Implantação de Lotes Urbanizados. Prefeitura Municipal de Montes Claros, out. 1983.

PEREIRA, Anete Marília; LEITE, M. E. A expansão urbana de Montes Claros a partir do processo de industrialização. In: PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete Soares de. **Leituras geográficas sobre o norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2004.

_____. Expansão urbana de Montes Claros e a questão da centralidade: Notas para reflexão. In: ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA. Região e lugares: novos tempos, outros desafios, 5., 2005, Montes Claros. **Anais...** Montes Claros: Departamento de Geociências, 2005a, CD-ROM.

_____. Expansão territorial e os espaços de pobreza na cidade de Montes Claros. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005b.

_____; SOARES, Beatriz Ribeiro. **Tendências e problemas da urbanização de cidades médias:** o caso de Montes Claros. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/2srg/5/5-122A.pdf>>. Acesso em: 10/2005c.

_____. A propósito das cidades médias: considerações sobre Montes Claros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE CIDADES MÉDIAS, 1., 2005, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: UNESP, 2005d. CD-ROM.

_____. Expansão territorial e o espaço de pobreza na cidade de Montes Claros. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005e. CD-ROM.

_____; LEITE, M. E. **Metamorfose do espaço intra-urbano de Montes Claros/MG.** Montes Claros: Editora Unimontes, 2008.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor:** Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros: Unimontes, 2002.

PONTES, Beatriz Maria Soares. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (década de 1970). In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **Urbanização e cidades:** perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP, 2001, p.569-608.

PREFEITURA DE MONTES CLAROS. Disponível em: <<http://www.montesclaros.mg.gov.br/>>. Acesso em: 16/01/2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1980.

RAMIRES, Júlio César de Lima; SANTOS, Márcia Andréia F. Exclusão social em Uberlândia: algumas reflexões a partir do bairro Dom Almir e seu entorno. **Revista On-Line: Caminhos da Geografia**, v. 4, n. 2, artigo 05, p. 73-87. jun. 2001. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/volume04/artigo05_vol04.pdf>. Acesso em: 17/08/2006.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual**: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

_____. **Manual de geografia urbana**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002.

SANTOS, Milton; BECKER; Bertha K. et al. (Orgs.). **Território, territórios**: ensaios sobre ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____; **Por uma geografia nova**. 6. ed. São Paulo: USP, 2004.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: _____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: USP, 2005. p. 21-32.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Territórios e identidades. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005a. CD-ROM.

_____. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005b. CD-ROM.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade**: uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo, Augurium, 2004. p. 161-180.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE MINAS GERAIS – SEDESE/MG. **Observatório dos Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais**: Relatório 2008. Minas Gerais, 2008. Disponível em: <http://200.198.62.75/relatorio_dh.pdf>. Acesso em: 01/2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais dos ajustes neoliberais na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOULET, Marc-Henry. Para além da exclusão: a integridade como nova expressão da questão social. In: BALSÀ, C.; BONETI, L.W.; SOULET, M-H. (Orgs.). **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social**. Uma abordagem transnacional. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006, p.79-90. (Coleção Método e Teorias).

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In.: CASTRO, Iná Elias de. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

_____. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. São Paulo: Ática S.A. 1996. (Série Princípios).

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Redes e cidades**. São Paulo: Unesp. 2008.

_____. A noção de território. Uma leitura pela noção de desenvolvimento. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. CD-ROM.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: Unesp, 2001, p. 569-608.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

SUDENE. Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br>>. Acesso em 02/2009.

SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 23-53.

TUAN, Y-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VISÃO MUNDIAL. **Avaliação dos Bancos Comunitários - 2005. Relatório Final**. Disponível em < http://www.agenciaande.org.br/publicacoes/relat_bc_2005.pdf >. Acesso em 19 de março de 2009.

YIN, Robert K. **Case study research: design and methods** = “Estudo de Caso”. Tradução e Síntese Ricardo Lopes Pinto. Adaptação de Gilberto de Andrade Martins, [S.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.focca.com.br/cac/textocac/Estudo_Caso.htm>. Acesso em: 11/08/2006.



APÊNDICES

- APÊNDICE 01 - PROTOCOLO DE ESTUDO
- APÊNDICE 02 - ROTEIRO DE ENTREVISTA A
- APÊNDICE 03 - ROTEIRO DE ENTREVISTA B
- APÊNDICE 04 - ROTEIRO DE ENTREVISTA C
- APÊNDICE 05 - ROTEIRO DE ENTREVISTA D



APÊNDICE 01 - PROTOCOLO DE ESTUDO

PESQUISA: ESTUDO DOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO-DESTERRORIZAÇÃO-RETERRORIZAÇÃO E EXCLUSÃO DE UM TERRITÓRIO COM DUAS FACES: O “BAIRRO CHIQUINHO GUIMARÃES”, MONTES CLAROS/MG

Aspectos/ ações a considerar	Data/horário Local/envolvidos	Providências	Observações
a. Procedimentos Iniciais (diversos)	Visita à Prefeitura Municipal de Montes Claros: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Estratégica-SEPLAN, Secretaria Municipal de Política Social.	Encaminhamento de ofício (PPGDS); Agendamento de visita; Ligações.	Pesquisa documental: análise de mapeamento e de documentos sobre a COHAB Chiquinho Guimarães; Projeto Cidade Porte Médio – Implantação de Loteamentos Urbanos.
	Visita ao Centro de Controle de Zoonoses – Montes Claros.	Encaminhamento de ofício (PPGDS); Agendamento de visita; Ligações.	Pesquisa documental e análise de mapeamento e de documentos acerca da COHAB Chiquinho Guimarães.
	Visita ao Conjunto Habitacional Chiquinho Guimarães.	Máquina Digital; Papel e caneta.	Visualizar a COHAB
	Entrevista a 03 (três) moradoras mais antigas do bairro.	Agendamento de visita/ligações; Gravador de voz; Máquina Digital.	Pesquisa oral acerca do histórico do bairro; Acesso a fotos do bairro.
	Visitas COHAB Chiquinho Guimarães.	Máquina Digital; Papel e caneta.	Entrevistas semi-estruturadas e plano de observação.
	Entrevista com os ex-secretários municipais da Secretaria de	Agendamento de visita/ligações; Gravador de voz.	Pesquisa oral sobre as políticas públicas realizadas na COHAB.



	Políticas Públicas e Sociais e da Secretaria de Planejamento e Coordenação Estratégica.		
b. Questões para estudos	<ul style="list-style-type: none">• Território – Territorialização e Territorialidade (Haesbaert, Saquet, Raffestin, Deleuze e Guattari, Santos)<ul style="list-style-type: none">✓ Como e quando se deu o processo de territorialização da COHAB Chiquinho Guimarães?✓ Como e quando se deram os processos de desreterritorializações?✓ O bairro passou por um processo de desreterritorialização?✓ Quais os fatores que proporcionaram estas modificações?✓ Que consequências a desreterritorialização do bairro trouxe para a população local?• Território de Exclusão (Balsa, Castel, Estivill, Haesbaert, Sen, Bajoit, Soulet)<ul style="list-style-type: none">✓ O bairro Chiquinho Guimarães é considerado um “território de exclusão” pelos moradores?✓ Os moradores se sentem excluídos (política, econômica, cultural, social e/ou espacialmente) da sociedade montesclareense?✓ Quais ações poderiam ser realizadas no bairro pelo governo municipal?✓ Caso a população local se sinta excluída, o que eles poderiam fazer para reverter a situação e permitir se sentirem incluídos num processo de desenvolvimento social?		
c. Possíveis fontes de evidências	<ul style="list-style-type: none">• Documentos<ul style="list-style-type: none">✓ Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Estratégica-SEPLAN✓ Secretaria Municipal de Política Social✓ Secretaria de Divisão Habitacional✓ Arquivo da Câmara Municipal• Entrevistas e Questionário<ul style="list-style-type: none">✓ Entrevistas: quatro moradores da COHAB Chiquinho Guimarães✓ Entrevistas aos ex-secretários municipais da década de 1980✓ Questionário: diversos moradores do bairro		



	<ul style="list-style-type: none">• Plano de Observação<ul style="list-style-type: none">✓ Da organização espacial do bairro✓ De fotos antigas e atuais✓ Dos mapas: Conjuntos Habitacionais de Montes Claros, da Região Administrativa do Jardim São Geraldo, do Bairro Chiquinho Guimarães.
--	---



APÊNDICE 02 - ROTEIRO DE ENTREVISTA A

PESQUISA: ESTUDO DOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO-DESTERRORIZAÇÃO-RETERRORIZAÇÃO E EXCLUSÃO DE UM TERRITÓRIO COM DUAS FACES: O “BAIRRO CHIQUINHO GUIMARÃES”, MONTES CLAROS/MG

CIDADE: MONTES CLAROS / MINAS GERAIS

LOCALIDADE: CONJUNTO HABITACIONAL CHIQUINHO GUIMARÃES

FORMULÁRIO Nº _____

TIPO: FONTE ORAL - HISTÓRICO

FONTE: _____

DATA DA ENTREVISTA: ____/____/_____

1. Você é montesclareense? (caso afirmativo ir para a questão 05)
2. Caso não seja de Montes Claros, qual é a sua naturalidade?
3. Quando veio para Montes Claros?
4. Por que se mudou para Montes Claros (a trabalho, melhor condição de vida, estudo, etc.)?
5. Há quanto tempo reside neste local (Bairro Chiquinho Guimarães)?
6. Quando veio para esta localidade já era conhecida como Conjunto Habitacional Chiquinho Guimarães?
7. Você poderia descrever como era este lugar quando veio para cá?
8. Você saberia informar quantos moradores havia neste lugar quando chegou aqui?
9. Você foi uma das pessoas beneficiadas com o imóvel no Chiquinho Guimarães? Ou você comprou o imóvel de outro?
10. Quanto pagou pelo imóvel?
11. Saberia informar se foi feito algum cadastro, alguma seleção para receber o imóvel na COHAB Chiquinho Guimarães?
12. Quem fez este cadastro, foi a prefeitura?
13. Em relação à escritura da casa, ela foi entregue a você?
14. Quando isto aconteceu?
15. Você, ao receber a casa, poderia vendê-la a terceiros?
16. E por que não vende a casa?



APÊNDICE 03 - ROTEIRO DE ENTREVISTA B

PESQUISA: ESTUDO DOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO-DESTERRITORIALIZAÇÃO-RETERRORIZAÇÃO E EXCLUSÃO DE UM TERRITÓRIO COM DUAS FACES: O “BAIRRO CHIQUINHO GUIMARÃES”, MONTES CLAROS/MG

CIDADE: MONTES CLAROS / MINAS GERAIS

LOCALIDADE: CONJUNTO HABITACIONAL CHIQUINHO GUIMARÃES

FORMULÁRIO N° _____

TIPO: FONTE ORAL - HISTÓRICO

FONTE: _____

NOME: _____

DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____

1. A realização do Projeto Cidade Porte Médio – Subprojeto Montes Claros, Implantação de Lotes Urbanizados, o qual originou os conjuntos (Rotary e Tabajara) foram realizados em parceria com a COHAB/MG e Prefeitura Municipal?
2. Como foi realizado o cadastro das famílias que desejavam obter uma casa ou lote no bairro?
3. Há algum registro, na Prefeitura, de cadastro das famílias que receberam casa no bairro Chiquinho Guimarães? Onde posso conseguir?
4. Qual deveria ser o perfil da família para realização do cadastro?
5. Foi realizado algum contrato com estas famílias? Onde posso conseguir um modelo deste contrato?
6. As famílias que receberam casa, lote ou embrião no bairro receberam também a escritura?
7. Onde é o cartório de registro de imóveis que atua na circunscrição territorial que abrange o Chiquinho Guimarães?
8. As famílias pagaram ou ganharam seu imóvel?
9. Há algum registro das famílias que estão no bairro atualmente? Onde posso conseguir?
10. Por que mudaram o nome do bairro de Conjunto Rotary para a COHAB Chiquinho Guimarães?
11. No projeto Cidade Porte Médio – Subprojeto Montes Claros, Implantação de Lotes Urbanizados de 1983 apresentaram alguns formulários que seriam instrumentos para pesquisa após a implantação do projeto, sendo realizada em dois momentos, primeiro após a transferência das famílias para o conjunto e após a legalização/urbanização do bairro; e segundo, um ano após a implantação do projeto. V.S^a. saberia informar se foram realizadas estas pesquisas? Caso tenha sido, onde posso conseguir estes questionários ou o Relatório Preliminar (junho de 1984) e/ou Relatório Final (maio de 1985) desta pesquisa?
12. O projeto apresenta em seu cronograma como uma das atividades a serem desenvolvidas a “documentação fotográfica”, nos períodos: novembro/1983; abril/1984 e março/1985, V.S^a. saberia informar onde estas fotos estão arquivadas?



13. De acordo com o Manual da Regularização Fundiária Plena da Secretaria Nacional de Programas Urbanos no Ministério das Cidades, toda regularização de COHABs deve apresentar uma pesquisa fundiária “em que o terreno ocupado pelo conjunto deverá ter toda a sua história registrada, analisada, a fim de se ter compreensão do perímetro da área, quais são os títulos que o compõem e quem são os titulares de direitos envolvidos” (p.103). Saberá me informar se foi realizada uma pesquisa fundiária do bairro Chiquinho Guimarães? Onde posso conseguir, para consulta, esta pesquisa?



APÊNDICE 04 - ROTEIRO DE ENTREVISTA C

PESQUISA: ESTUDO DOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO-DESTERRITORIALIZAÇÃO-RETERRORIZAÇÃO E EXCLUSÃO DE UM TERRITÓRIO COM DUAS FACES: O “BAIRRO CHIQUINHO GUIMARÃES”, MONTES CLAROS/MG

CIDADE: MONTES CLAROS / MINAS GERAIS

LOCALIDADE: CONJUNTO HABITACIONAL CHIQUINHO GUIMARÃES

FORMULÁRIO N° _____

TIPO: FONTE ORAL

FONTE: _____

DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____

1. Você é montesclarenses? (*caso afirmativo ir para a questão 05*)
2. Caso não seja de Montes Claros, qual é a sua naturalidade?
3. Quando veio para Montes Claros?
4. Por que se mudou para Montes Claros (a trabalho, melhor condição de vida, estudo, etc.)?
5. Há quanto tempo reside neste bairro?
6. Em qual localidade residia antes de vir para o Chiquinho Guimarães?
7. Como era o bairro quando veio para cá?
8. Você ganhou () ou comprou () sua casa () lote () ou embrião ()
9. Quanto pagou pelo imóvel?
10. Como era a sua casa quando a recebeu?
11. Você tem a propriedade () e a escritura () de sua casa?
12. Você venderia a sua casa? Por quê?
13. O que citaria como aspecto positivo em morar neste bairro?
14. Tem muita diferença o bairro, quando veio para cá, e o bairro atualmente (2008)? Cite 03 (três) diferenças.
15. Você acha que o bairro como está hoje está melhor ou pior do que o bairro 20 anos atrás?
16. Quando veio para o bairro ele já tinha energia elétrica (), água encanada (), tratamento de esgoto (), coleta do lixo (), escola ()?
17. Qual posto de saúde vocês procuram quando precisam?
18. Existe PSF (Programa de Saúde da Família)? Desde quando?
19. Existem algumas linhas de ônibus no bairro, você acha que é suficiente para garantir acesso aos diversos locais na cidade, como, por exemplo, ao trabalho, a parques, a praças, ao centro, a clubes, a rodoviária, etc.
20. Você é daquela pessoa que diz com orgulho que mora no Chiquinho Guimarães? Por quê?
21. Por ordem de importância, cite 03 (três) problemas que podemos encontrar no bairro. Como você acha que poderiam ser resolvidos?
22. O que poderia propor como melhoria para o seu bairro?



APÊNDICE 05 - ROTEIRO DE ENTREVISTA D

PESQUISA: ESTUDO DOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO-DESTERRITORIALIZAÇÃO-RETERRITORIALIZAÇÃO E EXCLUSÃO DE UM TERRITÓRIO COM DUAS FACES: O “BAIRRO CHIQUINHO GUIMARÃES”, MONTES CLAROS/MG

CIDADE: MONTES CLAROS / MINAS GERAIS

LOCALIDADE: CONJUNTO HABITACIONAL CHIQUINHO GUIMARÃES

FORMULÁRIO Nº _____

TIPO: FONTE ORAL

FONTE: Cartório de Registro de Imóveis

NOME: _____

DATA DA ENTREVISTA: ____/____/_____

1. Quantos imóveis localizados no Bairro Chiquinho Guimarães foram registrados neste cartório?
 - em 1980: _____
 - em 1990: _____
 - de 2000 a 2008: _____
2. Houve registros de venda de lote(s) e/ou casa(s) no bairro? Quando?
3. Há algum registro de imóveis localizados nos becos (Chiquinho Guimarães)?
4. De acordo com alguns moradores do bairro, assim que receberam o nº dos lotes foram orientados a procurar o cartório, com os documentos em mãos, para realizarem o registro do imóvel que receberam? Você poderia me dizer quais são os procedimentos a serem tomados aqui no cartório para este fim? Ou seja, para registrar um imóvel situado em uma COHAB, no qual o tipo de regularização é “concessão de uso especial para fins de moradia - CUEM”?
5. Seria possível acessar estes registros?



ANEXOS

- ANEXO A - RELAÇÃO DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DA CIDADE DE MONTES CLAROS/MG
- ANEXO B - RELAÇÃO DAS COHABS LOCALIZADAS NA CIDADE DE MONTES CLAROS/MG



ANEXO A - RELAÇÃO DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DA CIDADE DE MONTES CLAROS/MG

PESQUISA: ESTUDO DOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO-DESTERRITORIALIZAÇÃO-RETERRORIZAÇÃO E EXCLUSÃO DE UM TERRITÓRIO COM DUAS FACES: O “BAIRRO CHIQUINHO GUIMARÃES”, MONTES CLAROS/MG

CIDADE: MONTES CLAROS / MINAS GERAIS

TIPO: Fonte Digital

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Estratégica – SEPLAN/MONTES CLAROS (Lei nº 3.550/2006. Câmara Municipal de Montes Claros. 27 de março de 2006)

DATA: agosto/2007 – novembro/2008

Relação das 43 (quarenta e três) Regiões Administrativas da Cidade de Montes Claros/MG

- | | |
|-------------------------|-----------------------|
| 1. Bairro São José | 29. Jaraguá |
| 2. B. Alto São João | 30. Jardim Primavera |
| 3. B. Alice Maia | 31. Independência |
| 4. B. Renascença | 32. Interlagos |
| 5. Vera Cruz | 33. Carmelo |
| 6. J.K. | 34. Ipiranga |
| 7. Morada do Parque | 35. Lourdes |
| 8. Jardim Morada do Sol | 36. Delfino Magalhães |
| 9. Major Prates | 37. Cintra |
| 10. Jardim São Geraldo | 38. Santa Rita |
| 11. Cidade Nova | 39. Jardim Alvorada |
| 12. Maracanã | 40. Santo Antônio |
| 13. São Judas Tadeu | 41. Santo Inácio |
| 14. Santo Expedito | 42. Santo Amaro |
| 15. Cândida Câmara | 43. Amazonas |
| 16. Jardim São Luiz | |
| 17. Ibituruna | |
| 18. Mauriceia | |
| 19. Jardim Panorama | |
| 20. Todos os Santos | |
| 21. Brasília | |
| 22. Edgar Pereira | |
| 23. Santos Reis | |
| 24. Jardim Eldorado | |
| 25. Centro | |
| 26. Distrito Industrial | |
| 27. Cidade Industrial | |
| 28. Village do Lago | |



ANEXO B - RELAÇÃO DAS COHABS LOCALIZADAS NA CIDADE DE MONTES CLAROS/MG

PESQUISA: ESTUDO DOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO-DESTERRORIZAÇÃO-RETERRORIZAÇÃO E EXCLUSÃO DE UM TERRITÓRIO COM DUAS FACES: O “BAIRRO CHIQUINHO GUIMARÃES”, MONTES CLAROS/MG

CIDADE: MONTES CLAROS / MINAS GERAIS

TIPO: Fonte Digital

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Estratégica – SEPLAN/MONTES CLAROS

DATA: agosto/2007 – novembro/2008

Relação das 16 (dezesseis) COHABs localizadas na Cidade de Montes Claros/MG:

1. J.K.
2. DR. JOSÉ CARLOS VALE DE LIMA
3. JOAQUIM COSTA
4. JOSÉ CORRÊA MACHADO
5. CLARISSE ATHAÍDE
6. NOVO HORIZONTE (atual Village do Lago III)
7. FLORESTA
8. HAVAÍ
9. OLGA BENÁRIO
10. TANCREDO NEVES
11. CHIQUINHO GUIMARÃES
12. VILA TIRADENTES
13. SÃO JUDAS TADEU (São Judas II)
14. VILA TELMA
15. VILLAGE DO LAGO II
16. BANDEIRANTE